

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Sociedade**  
**Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior e Sociedade**

**Políticas de Educação Superior: os desafios da inclusão, acesso e permanência no contexto da expansão das Universidades Federais**

**RELATÓRIO FINAL**

## **DADOS GERAIS DO PROJETO**

**EDITAL:** MCT/CNPq 14/2013 - Universal - Faixa B

**ÁREA / SUB ÁREA DO PROJETO:** Educação

**Nº DO PROCESSO:** 483820/2013-0- Auxílio a Pesquisa

**PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 07/05/2013 a 31/05/2017

**TÍTULO DA PESQUISA:** *Políticas de Educação Superior: os desafios da inclusão, acesso e permanência no contexto da expansão das Universidades Federais*

**COORDENADOR:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Edineide Jezine Mesquita Araujo

## **EQUIPE DE PESQUISADORES**

Edineide Jezine Mesquita Araujo – UFPB/CE/PPGE/

Emília Maria da Trindade Prestes – UFPB/CE/MPGOA/PPGE/ Dep. Hab. Pedagógicas

Geovânia da Silva Toscano – CCHLA/Dep. de Ciências Sociais

Ivan Fontes Barbosa - CCHLA/ Dep. de Ciências Sociais

Mara Leite Simões – CE/Dep. de Metodologia da Educação

Maria da Salete Barboza de Farias – UFPB/MPPGAV/MPPGOA/Dep. Hab. Pedagógicas

Paulo Hideo Nakamura – CCEN/Dep. de Estatística

Rossana Maria Souto Maior Serrano - CCS/Dep. de Enfermagem

Uyguaciara Veloso Castelo Branco – CE/Dep. de Fundamentos da Educação

Ana Lúcia Borba de Arruda – UFPE/CE/Dep. de Adm. Escolar e Plan. Educacional.

Andreia da Silva Quintanilha Sousa – UFR/UFRN

## **EQUIPE: ESTUDANDES**

Ana Luísa Alves Cordeiro	Mestranda/UCDB
Camilla Regina Pinto Barbosa da Trindade	Graduanda/PIBIC/UFPB
Cláudia Mara Stapani Ruas	Mestranda/UCDB
IlderLayanna Arruda Galdino Dantas	Mestranda/OBEDUC/UFPB
Isaac Alexandre da Silva	Doutorando/UFPB
Jailson Batista dos Santos	Graduando/UFPB
Janaina Gomes Fernandes	Graduanda/PIBIC/UFPB
Izabel Cristina Martins	Doutoranda/PPGE/UFPB
Juliália Cassia Alves Bezerra	Graduanda/PIBIC/UFPB
Maisa Cordeiro Tavares	Graduanda/UFPB
Maria Gislhayne da Silva Santos	Graduanda/UFPB
Quézia Vila Flor Furtado	Doutoranda/UFPB
Shirleide Karla de Oliveira Silva	Graduanda/PIBIC/UFPB
Sandra Maria Cordeiro Rocha de Carvalho	Doutorado/PPGE/UFPB
Tereza Cristina Araújo de Oliveira	Mestranda/UFPB
Thais Gomes de Vasconcelos	Graduanda/UFPB
Gideon Soares da Silva	Mestrado/MPPGAV/UFPB
Vanda Lucia Batista dos Santos Souza	Mestrado/MPPGAV/UFPB

## RESUMO

O relatório apresenta os resultados da pesquisa “**Políticas de Educação Superior: os desafios da inclusão, acesso e permanência no contexto da expansão das Universidades Federais**”, financiado pelo CNPq e desenvolvido como o apoio da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) através do Programa de Iniciação Científica (PIBic/UFPB) em parceria com a Rede Nacional de Pesquisa Universitárias/Br – Sub-Projeto 5 – Acesso e Permanência. A investigação parte da mudança do perfil socioeconômico dos ingressantes a partir da adoção das políticas de expansão do acesso e políticas de cotas, e questiona as políticas e as condições para a permanência em cursos superiores. Objetiva analisar as políticas de acesso e expansão na educação superior e as inovações/tendências voltadas para a democratização do acesso ao conhecimento dirigidas às universidades federais, deslocando a análise das estruturas para os sujeitos, com o foco na permanência. Para tal, serão considerados, como recorte temporal de contexto: os anos de 1996 (aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9493/96); 2006 (dez anos após de LDB); e 2007 (implantação do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e a expansão das universidades federais brasileiras). A análise do perfil socioeconômico e educacional dos ingressantes em cursos na UFPB tem mostrado que a expansão de vagas proporcionada pelo REUNI e as políticas de cotas favorecem o ingresso de sujeitos com histórico de exclusão ou propensos a serem excluídos dessa modalidade de ensino. Nesse sentido, para além de traçar o perfil socioeconômico, educacional dos ingressantes, torna-se fundamental questionar os processos de igualdade e equidade social no conjunto das políticas de inclusão, ou seja, quais as políticas institucionais de permanência em sua viabilidade e condições para a conclusão do curso e minimização da evasão, que estão sendo implantadas na Universidade Federal da Paraíba? Para tanto, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo na busca de clarificar a problemática e possibilitar a compreensão e interpretação do fenômeno em seus diversos significados e contextos, contribuindo o levantamento do Estado da Arte da categoria **permanência**, junto ao banco de dados da CAPES e produções acadêmicas da ANPED. A coleta dos dados procedeu-se a partir da Base de Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), com o estudo de caso localizado da UFPB a partir das informações do Sistema de Informação e Tecnologia (STI/UFPB) a fim de obter informações a respeito da expansão do acesso na educação superior em âmbito do Brasil, Nordeste e Paraíba e, especificamente da UFPB. Para compreender os fatores internos e externos aos sujeitos que podem ou não contribuir para a permanência foi elaborado uma “Escala para Avaliação da Permanência Discente”, validada junto a pesquisadores de instituições de ensino superior que foi aplicada, indicando que os fatores internos aos sujeitos possuem maiores contributos para a permanência. Nesse sentido, a pesquisa aponta que a expansão institucional do sistema federal de ensino superior no que refere-se a oferta de vagas e matrículas vem apresentando índices crescentes de evasão, gerando a problemática dos estudos acerca da permanência em cursos superiores. Desse modo, a contribuição da referida pesquisa insere-se no processo de compreensão epistemológica da categoria permanência, bem como na construção, testagem e aplicação da “Escala para Avaliação da Permanência Discente” que poderá proporcionar estudo comparados em instituições de ensino superior públicas e privadas.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Permanência. Políticas de Inclusão.

## **SUMÁRIO**

1. Aspectos do processo de globalização e mercantilização para a expansão da Educação Superior --- 04.
2. Políticas Públicas de Educação Superior no Brasil e Nordeste – Expansão do acesso e mercadorização da Educação Superior 8
3. A expansão do acesso no Estado da Paraíba e a Universidade Federal da Paraíba- a contramão da evasão 16
4. A permanência como uma categoria teórica de análise para as políticas de Educação Superior: a discussão no Banco de Dados da CAPES 28  
A Permanência no contexto da expansão. Produções acadêmicas das Reuniões da ANPED 32
- 4.2. A permanência e a categoria gênero como variável de análise para a permanência 40
5. A Universidade Federal da Paraíba como um estudo de caso: estrutura e políticas para a Permanência 50
- 5.1. Os Programas Acadêmicos de Pesquisa na UFPB e a contribuição para a Permanência 57
6. A Escala para Avaliação da Permanência Discente: um instrumento de análise para a permanência 63

*Políticas de Educação Superior: os desafios da inclusão, acesso e permanência no contexto da expansão das  
Universidades Federais*

## **1. Aspectos do processo de globalização e mercantilização para a expansão da Educação Superior.**

As últimas décadas do século XX são marcadas pela expansão de uma economia globalizada, que assume seu espaço nos países capitalistas, com efeito das organizações multilaterais, em que um marco histórico a ser considerado pode ser a reorganização do sistema econômico e político mundial, caracterizado pela era da informação, multiculturalismo e globalização. Entende-se a globalização como “um conjunto de dispositivos políticos- econômicos para a organização da economia global, conduzido pela necessidade de manter o sistema capitalista” (DALE, 2004, p. 436). Para Scocuglia (2008), o surgimento desse modelo econômico e político denominado de globalização e neoliberalismo comercial se daria a partir da crise do capitalismo, devido a superprodução, a concentração de riquezas e a exclusão social.

Autores, como Sousa (1997) e Scocuglia (2008) partem do pressuposto que a globalização é definida a partir do sistema econômico, caracterizando-se por uma nova economia mundial que se dá pela intensificação da transnacionalização dos mercados financeiros e de bens e serviços, em que as empresas multinacionais, em consonância com as políticas internacionais de financiamento como Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), ganham atuação no cenário internacional, formulando proposições para o desenvolvimento econômico, político, social e educacional dos países considerados em desenvolvimento. Pontua-se a atuação do Brasil nesse contexto, que não foi diferente dos demais países da América Latina e mundo global, à medida que os países dominantes adotam a globalização, não restam muitas alternativas para os países dominados, senão aderir a esse modelo. Nesses termos, a globalização trouxe complexas relações entre os países, criando novas conexões e funções a serem submetidas em contexto global, com novas conexões internacionais entre os Estados Nacionais e o processo capitalista de acumulação global (ROMÃO, 2008, p. 169).

Entende-se que esse período é marcado por várias mudanças, principalmente no âmbito educacional. Chaves, Jezine e Cabrito (2011, p. 59) destacam “a globalização se caracteriza como instrumento multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas”, sendo assim, a educação torna-se protagonista nesse processo, como instrumento importante ao serviço do sistema capitalista. Nesse contexto, emergem novas demandas sociais, que acedem à necessidade de discutir a criação de alternativas que possam reparar as desigualdades sociais advindas desse processo; para isso, são realizadas

conferências internacionais<sup>1</sup> para discutir as questões relacionadas aos direitos sociais, às responsabilidades do Estado, os processos de globalização e ampliação dos mercados comerciais e industriais no contexto da crise do capitalismo.

Na busca por uma cultura global e equitativa, Organizações Mundiais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, na Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo Mundial de Investimentos (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD/Banco Mundial) estabelecem diretrizes para todos os países e interferem, principalmente, no campo educacional (JEZINE; CHAVES; CABRITO, 2011). Ressalta-se os interesses do Banco Mundial e FMI na educação, ao reafirmarem um “modelo pautado sob os padrões de produtividade, eficiência e eficácia do mundo da profissionalização, cumprindo a função ideológica de consenso e controle social” (JEZINE; CHAVES; CABRITO, 2011), que vão refletir fortemente na educação brasileira, em especial na educação superior.

A década de 1990, no Brasil pode ser considerada o marco da expansão da educação superior; o contexto histórico destas formulações são as políticas neoliberais<sup>2</sup>, caracterizadas como um projeto de ajuste do capitalismo, que passa a intervir na relação público/privado e, em especial, nas políticas educacionais inseridas no desenvolvimento da ciência e das tecnologias.

As promessas da modernidade não levaram à construção de um sistema igualitário, como ensejavam os movimentos libertários, revolucionários ou mesmo democráticos do pós-guerra. A queda do Muro de Berlim (1989) representou a dissolução do regime comunista e dos ideais revolucionários, a explosão da economia globalizada mundializou as estruturas do capital financeiro por meio de organismos multilaterais; em meio aos conflitos entre as forças produtivas da sociedade e as relações de produção existentes do capitalismo o modelo neoliberal toma força, passando a exigir reformas, tanto do Estado como das instituições sociais, dentre elas as educacionais. A reforma do Estado brasileiro<sup>3</sup>, iniciada no governo Fernando Collor (1990-1992), processou-se sob a referência do modelo econômico-político traçado no Consenso de Washington, que definiu uma série de medidas pautadas na

---

<sup>1</sup>Dentre essas destaca-ser: a Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, 1990); Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais de Jovens e Adultos (Salamanca, 1994); Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e outras Formas Correlatas de Intolerância (Durban, 2001)

<sup>2</sup> Pablo Gentili (1996, p.10) considera o neoliberalismo como um projeto hegemônico do capitalismo, expresso como estratégias políticas, econômicas e jurídicas frente à crise capitalista que se manifesta nos anos 1970, e um projeto de reforma ideológica para a difusão de um novo senso comum, legitimadas propostas de reforma do bloco dominante.

<sup>3</sup> O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare), coloca a educação dentro do que intitularam “serviços não exclusivos” do Estado.

desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público, na proclamação da superioridade do setor privado e no ajuste fiscal que redefiniu as funções da esfera pública e privada. Tais medidas se traduziram na redução do tamanho do Estado a partir da eliminação dos direitos sociais e trabalhistas, outrora conquistados pelas organizações civis, sociais e políticas, a favor dos mercados livres e da economia globalizada, em que as ações do governo se coadunam para a consecução de privatizações e de retenção de investimentos para a área da Educação, em especial a superior<sup>4</sup>.

Dois documentos, na década de 1990, foram indicadores para a constituição das atuais políticas para a educação superior: 1) *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (BANCO MUNDIAL, 1995)<sup>5</sup>, que destaca orientações para a diversificação das fontes de financiamento; a vinculação das IES com as demandas do mercado; a relação com o sistema produtivo; a seletividade no acesso; a expansão do setor privado; controle do mercado, regulação e avaliação por parte do Estado, induzindo a mercantilização e a privatização interna das instituições públicas brasileiras; e 2) *La educación en los países en desarrollo: peligros y promesas* (BANCO MUNDIAL, 2000)<sup>6</sup>, que apresenta análise acerca dos seguintes temas: novas necessidades, demandas sociais, interesse público e diferenciação da educação superior; necessidade de melhorar a qualidade da educação para atender à inovação científica e tecnológica; e ênfase nos currículos de educação geral, adaptando-os às demandas dos estudantes. Das proposições importa questionar como elas se efetivam na execução das políticas públicas e quais as consequências para o processo de democratização da educação superior.

Os dois documentos trazem objetivos diferenciados: enquanto o primeiro apresenta a expansão a partir da privatização do espaço público e da mercantilização da educação superior, o segundo assume o discurso de que é necessário priorizar essa modalidade de ensino como fundamento para o desenvolvimento econômico associado ao conhecimento, demandando para as universidades a responsabilidade de produção de conhecimento avançado e formação de indivíduos altamente capacitados. Segundo **Borges (2010, p. 372)**, o Banco Mundial “propõe um sistema de educação superior híbrido, com objetivos institucionais diferenciados, que concilie metas de excelência e educação de massas”.

---

<sup>4</sup>O Estado se “minimiza” também para outras áreas, mas, em face do objeto deste estudo, a análise se deterá à área da Educação.

<sup>5</sup> Esse documento é resultado de um trabalho de análise da crise que perpassa a educação superior nos países em desenvolvimento, em que se avaliam as possibilidades de êxito das reformas educacionais.

<sup>6</sup> Documento produzido pelo Grupo Especial sobre Educação Superior e Sociedade (Task Force on Higher Education and Society), convocado pelo Banco Mundial e pela Unesco, em que se diagnosticam as dificuldades e os problemas específicos à realidade educacional dos países.



No Brasil não seria diferente, visto que o país, assim como os demais países da América Latina submetidos aos processos de globalização da economia e recessão mundial, passa a adotar políticas públicas para amenizar as desigualdades sociais e estimular a produção e venda de tecnologias, a partir do chamado consenso das políticas neoliberais, tornando os países em vias de desenvolvimento subordinados às agências multilaterais de financiamento (JEZINE; CHAVES; GABRITO, 2011). Tais proposições políticas e econômicas, no Brasil, na década de 1990, marcam uma série de reformas educacionais, tendo por base a doutrina neoliberal, cuja ideologia pauta-se em uma política centrada na “desregulamentação do mercado, na abertura comercial financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado” (CHAVES; LIMA; MEDEIROS, [s.d.]<sup>7</sup>), reflexo observado com maior evidência no processo de expansão do sistema de ensino superior no Brasil.

## **2. Políticas Públicas de Educação Superior no Brasil e Nordeste – Expansão do acesso e mercadorização da Educação Superior**

A lógica da “desregulamentação do mercado, na abertura comercial financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado” (CHAVES; LIMA; MEDEIROS, [s.d.]<sup>8</sup>), encontra seu suporte na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n° 9.394/96, que garante o processo de expansão e diversificação institucional, que passa a caracterizar um sistema dual, em que algumas universidades de excelência, responsáveis pela pesquisa e produção do conhecimento serão destinadas a alguns poucos privilegiados, e uma vasta rede de ensino superior privada, acrescida de algumas Instituições de Educação Superior (IES) públicas, servirá para o atendimento de outras demandas, em consonância ao modelo pragmático e mercantilista. Resulta, dessa perspectiva, o crescimento das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, desde os anos de 1995, que, no início do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), registra a oferta de 39,8 % das matrículas reservadas para instituições públicas e 60,2% para as privadas. Esse crescimento se mantém, ao final do mandato FHC, no ano de 2002, em que se registra 69,2% das IES, no setor privado e, 30,8% no setor público. O Governo Lula da Silva dá continuidade

---

<sup>7</sup> Artigo elaborado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior-GEPES de Belém. Disponível em: [http://www.gepes.belemvirtual.com.br/documentos/Artigos/Artigo\\_Vera\\_Luciene\\_e\\_Rosangela.pdf](http://www.gepes.belemvirtual.com.br/documentos/Artigos/Artigo_Vera_Luciene_e_Rosangela.pdf) Acesso: 28/08/2014.

<sup>8</sup> Artigo elaborado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior-GEPES de Belém. Disponível em: [http://www.gepes.belemvirtual.com.br/documentos/Artigos/Artigo\\_Vera\\_Luciene\\_e\\_Rosangela.pdf](http://www.gepes.belemvirtual.com.br/documentos/Artigos/Artigo_Vera_Luciene_e_Rosangela.pdf) Acesso: 28/08/2014.

a esse processo, sendo registrado ao final de 2010, o percentual de 25,8% de instituições de cunho público e 74,2% em rede privada de ensino superior (MANCEBO, 2013).

Neste sentido, as políticas públicas de atendimento as demandas sociais do período dos dois governos (1995 -2010) são geradas a partir da demanda de acesso à educação superior e necessidades de qualificação rápida para o mercado, adotando dois caminhos: a) a expansão das instituições privadas via liberalização dos serviços educacionais, isenção tributária e previdenciária das instituições filantrópicas, do salário educação e bolsa de estudo para alunos carentes através do Programa de Financiamento Estudantil (FIES); empréstimos a juros baixos pelo Banco de Desenvolvimento Econômico-Social (BNDES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI); b) privatização das instituições públicas por meios de mecanismos privatistas como as fundações de direito privado, cobranças de taxas e mensalidades dos cursos de pós-graduação, corte de verbas para a infraestrutura e cobranças pelas prestações de serviços dentre outros. Das orientações fundamentais que marcaram a política dos dois governos (CHAVES, 2010; OTRANTO, 2006; CARVALHO, 2011), é possível inferir que o modelo democrático do país, a mobilização social e a própria avaliação do sistema público não permitiram a privatização do Sistema Federal de Ensino.

Após dez anos de implantação da legislação, a expansão dual do sistema é possível de ser observada a partir do crescimento de instituições de ensino no setor privado, conforme indicam os dados do *Censo da Educação Superior* (INEP, 2010), em que o país, em 1996, possuía o total de 922 instituições; destas, 211 eram públicas e 711, privadas. Em 2006, o total de IES passou para 2.270, das quais apenas 248 eram públicas e 2.022 eram privadas. Após dez anos de LDB, o crescimento da rede privada atingiu 73,7% das matrículas no ano de 2011, enquanto as IES públicas detinham 26,3%.

No governo Lula da Silva, no conjunto do Acordo de Metas<sup>9</sup>, a política de expansão para as universidades públicas federais foi efetivada a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)<sup>10</sup>, que prevê: expansão de vagas a partir do aumento da relação de 18 alunos por professor; ampliação do número de diplomados, para atingir a meta de 90% em cinco anos. Dessa ação, o que se pode indicar é a tímida expansão de matrículas em instituições públicas, comparada às matrículas do setor privado, conforme tabela a seguir.

---

<sup>9</sup> Segundo Vera Lúcia Chaves e Odete da Cruz Mendes (2009), o Acordo de Metas “incentiva” as universidades públicas federais a firmarem contratos de gestão, por meio do estabelecimento de Termo de Compromisso, condicionando-as a receber verbas públicas mediante o cumprimento de metas.

<sup>10</sup> O Reuni foi criado por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de “criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível superior”, utilizando-se do “melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos atualmente existentes” (BRASIL, 2007, art.1º).

**Tabela 1 - Evolução das matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais por Organização Acadêmica e Localização (capital e interior) – (1999 - 2015).**

Ano	Brasil		Nordeste	
	Público	Privado	Público	Privado
1999	832.022	1.537.923	243.062	114.773
2000	887.026	1.807.219	271.795	141.914
2001	939.225	2.091.529	285.646	174.669
2002	1.051.655	2.428.258	316.645	225.764
2003	1.136.370	2.750.652	339.536	285.156
2004	1.178.328	2.985.405	345.508	334.521
2005	1.192.189	3.260.967	352.757	385.505
2006	1.209.304	3.467.342	356.278	439.862
2007	1.240.968	3.639.413	367.735	485.584
2008	1.273.965	3.806.091	383.539	529.154
2009	1.351.168	3.764.728	409.393	556.109
2010	1.461.696	3.987.424	438.090	614.071
2011	1.773.315	4.966.374	514.212	812.444
2012	1.875.195	5.140.312	553.508	881.317
2013	1.932.527	5.373.450	561.175	960.531
2014	1.961.002	5.867.011	582.852	1.064.031
2015	1.952.145	6.075.152	590.489	1.104.191
Total de crescimento %	<b>134,6%</b>	<b>295,0%</b>	<b>142,9%</b>	<b>862,1%</b>

**Fonte:** BRASIL. INEP. **Sinopses Estatística do Censo da Educação Superior:** 1999 a 2015. Brasília: Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso 20 fev. 2014.

A tabela possibilita observar, no Brasil, o aumento das matrículas, no ano de 1999 até 2010, considerando os Governos FHC, LULA e Dilma. É notório, também, que o crescimento do setor público foi de 134,6%, enquanto que o setor privado teve um crescimento de 295,0%. Na região Nordeste, o crescimento das matrículas, considerando os dois governos, foi de 142,9%, nas instituições públicas, e, no setor privado, o crescimento foi de 862,1%. Analisando, portanto, os dados, de maneira mais específica, pode-se constatar o maior crescimento do setor privado, no governo Lula e Dilma, sobretudo a partir de 2005, quando, no Nordeste, há uma inversão nos dados, sendo o setor privado o que passa a deter maior número de matrículas no Nordeste e, no cenário nacional, os números atingem crescimentos significativos neste setor, sofrendo uma duplicação em relação ao ano imediatamente anterior (2004).

A partir dos dados, observa-se a reafirmação da supremacia do setor privado sobre o setor público, acompanhando a lógica do projeto neoliberal, no que diz respeito mercantilização da educação superior que se alastra pelo Brasil. Nesse sentido, a referida

mercantilização dos serviços educacionais possui relação direta com as recomendações internacionais do Consenso de Washington (1989):

Como corolário da tendência de tudo ser transformado em mercadoria pela sociedade capitalista, é que se pode entender que os serviços educacionais, como um direito e um bem público, possam ser considerados como uma mercadoria, a educação-mercadoria, objeto de exploração de mais-valia ou de valorização. Isto não somente entre os empresários da educação, mas até certo ponto também para os interesses privado/mercantis no aparelho do Estado. (SGUISSARDI, 2008, p.1013).

Há, portanto, uma sintonia entre as ações empreendidas, pela via das políticas públicas de governo, e os interesses do capital, servindo a educação como mercadoria cobiçada pelos grandes grupos educacionais, ligados às redes internacionais, que crescem à sombra do encolhimento do Estado.

A análise do estudo apresentado centra-se na região Nordeste, caracterizada como uma das regiões mais pobres do país. O coordenador da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Aristides Monteiro Neto, avaliou que a renda per capita do Nordeste, em 2010, ainda era metade da renda brasileira e que, mesmo com o crescimento da região a partir de 2003 em velocidade acima da nacional, ela não subiu. “Para que o PIB per capita do Nordeste chegue a 75% do brasileiro, seria preciso crescer 2,4 vezes mais que o País”<sup>11</sup>.

Tendo como ponto de partida a realidade socioeconômica da Região Nordeste, é mister analisar como se processa a expansão da educação superior, no que tange a relação público/privado, nesse contexto. Para tanto, utilizar-se-á os dados de 2000 a 2014, disponíveis no Censo da Educação Superior, na base de dados do INEP.

Na Tabela 2, a seguir, é possível perceber um crescimento significativo, do ensino privado em relação ao ensino público, em termos de vagas oferecidas, alunos ingressos, matrículas efetivas e total de concluintes.

**Tabela 2 - Vagas oferecidas, Ingressos, Matrículas e Concluintes no Ensino Superior, no Nordeste (2000-2014) por categoria administrativa**

ANO	Vagas Oferecidas		Ingressos		Matrículas		Concluintes	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
2000	68.740	72.825	67.363	56.219	271.795	141.914	28.905	14.011
2001	76.388	100.124	84.600	93.963	285.646	174.669	31.632	15.228

<sup>11</sup> Gustavo Porto e Suzana Inhesta. Renda per capita do Nordeste, ainda é a metade da brasileira, diz IPEA. **Estadão**. 19 de setembro de 2013. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,renda-per-capita-do-nordeste-ainda-e-a-metade-da-brasileira-diz-ipea,165157e>. Acesso em: 26 de abr. 2017.

2002	90.175	150.158	98.012	123.765	316.645	225.764	47.167	21.657
2003	80.984	196.556	96.274	147.246	339.536	285.156	48.730	27.788
2004	91.311	230.618	114.966	153.863	345.508	334.521	54.209	35.461
2005	88.764	246.133	98.270	172.452	352.757	385.505	56.559	46.037
2006	91.806	266.622	100.138	184.906	356.278	439.862	50.504	56.849
2007	96.069	297.621	101.427	193.411	367.735	485.584	52.427	62.358
2008	100.014	328.740	104.568	212.630	383.539	529.154	48.140	68.480
2009	117.260	354.929	106.820	187.891	409.393	556.109	50.242	80.587
2010	128.415	372.536	128.740	203.806	438.090	614.071	48.172	85.662
2011	140.828	383.875	128.081	224.610	471.209	667.749	53.799	94.342
2012	160.965	399.328	133.817	268.870	499.721	713.798	53.259	95.541
2013	147.281	432.511	134.696	290.408	511.825	775.727	53.457	95.913
2014	142.573	472.957	137.607	325.356	527.984	850.936	60.240	94.486

**Fonte:** BRASIL, INEP/MEC, 2000-2014.

Em termos absolutos, o ensino privado teve um aumento de 400.132 vagas no período, enquanto que o ensino público aumentou apenas 73.833 vagas, apesar do incremento significativo pós-REUNI<sup>12</sup>, a partir de 2007, que repercutiu no aumento de 46.504 vagas até 2014. Entretanto, os dados anteriores mostram que o crescimento foi da ordem de 84,6% na rede privada e 51,8% na rede pública, sendo o domínio empresarial responsável por 76,84% do total de vagas ofertadas na educação superior nordestina. Para melhor visualização, os dados estão apresentados no Gráfico 1, a seguir.

**Gráfico 1 - Vagas oferecidas no Ensino Superior, no Nordeste (2000-2014) por categoria administrativa**

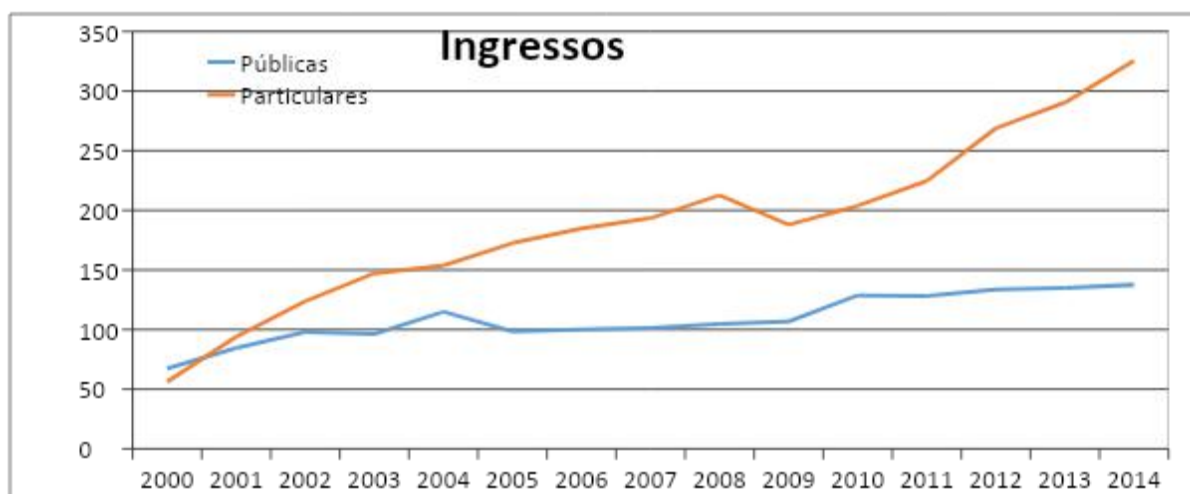


**Fonte:** BRASIL, INEP/MEC, 2000-2014.

<sup>12</sup>Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

No que diz respeito a número de alunos ingressos no sistema, o ensino privado novamente aparece com um aumento de 269.137 ingressantes no período, enquanto que o ensino público aumentou apenas 70.244 ingressantes. Entretanto, os dados anteriores mostram que o crescimento foi da ordem de 82,7% na rede privada e 51,0% na rede pública. Aqui merece um registro o descompasso entre o número de vagas ofertadas no período e o número de ingressantes, sobretudo na rede privada de ensino superior, apontando, possivelmente para um aumento de ociosidade de vagas nesse sistema de ensino. Para melhor entendimento, pode-se visualizar os dados de ingressos no sistema apresentados no gráfico 2, a seguir.

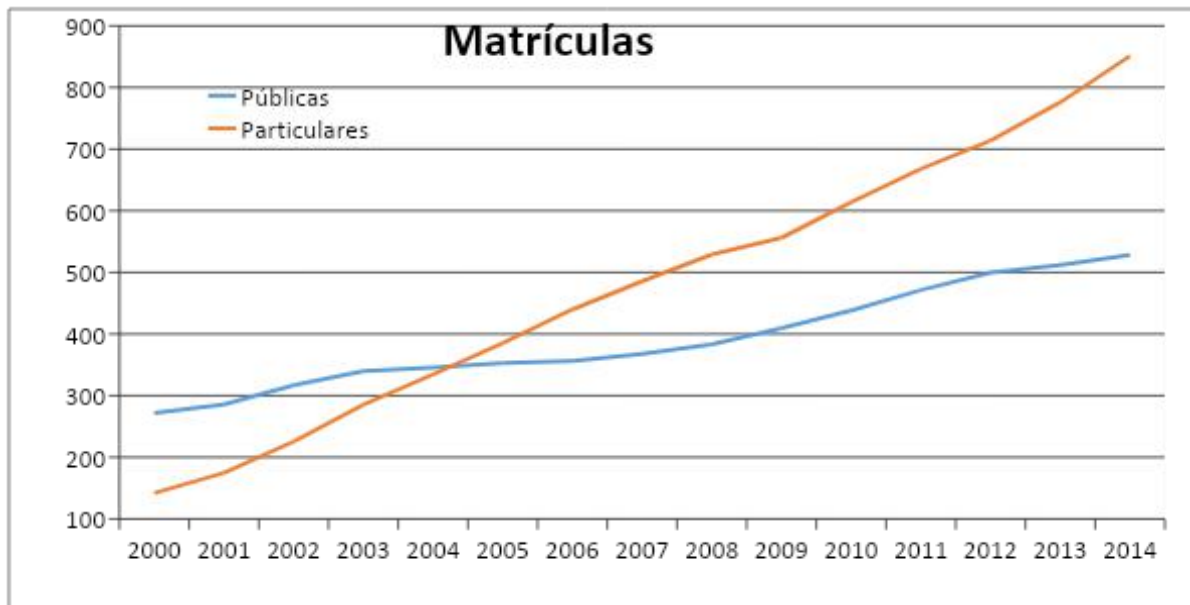
**Gráfico 2 - Ingressos no Ensino Superior, no Nordeste (2000-2014) por categoria administrativa**



**Fonte:** BRASIL, INEP/MEC, 2000-2014.

Em relação a matrícula efetiva no sistema, encontramos um comportamento bastante semelhante ao anterior: o ensino privado aparece com um aumento de 709.022 matrículas no período, enquanto que o ensino público aumentou apenas 256.189 vagas. Entretanto, os dados anteriores mostram que o crescimento foi da ordem de 83,3% na rede privada e 48,5% na rede pública. Aqui um dado merece destaque: até o ano de 2004, a rede pública respondia pela maioria das matrículas no ensino superior; a partir do ano de 2005, há uma inversão dos números, passando a rede privada a responder pela maioria dos matriculados no ensino superior nordestino; um comparativo importante é que, em 2000, dos 413.709 matriculados, 271.795 (65,7%) estavam matriculados na rede pública; em 2005, esse número cai para 47,8% e, em 2014, chega ao alarmante valor de 38,3% do total de 1.378.920 matriculados no ensino superior nordestino (ver tendência discutida no gráfico 3, a seguir).

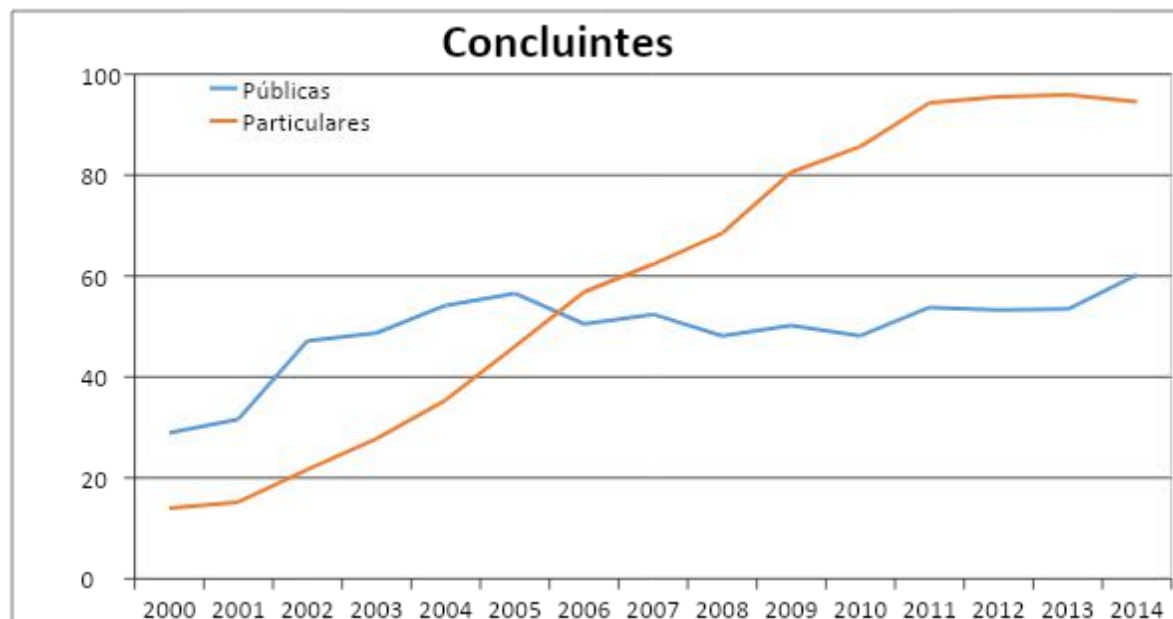
**Gráfico 3 - Matrículas no Ensino Superior, no Nordeste (2000-2014) por categoria administrativa**



**Fonte:** BRASIL, INEP/MEC, 2000-2014.

Por fim, apresentamos a análise do número de concluintes na região nordeste, com um comportamento bastante interessante para nossas reflexões: primeiramente, o ensino privado aparece com um aumento de 80.475 concluintes no período estudado, enquanto que o ensino público aumentou apenas 31.335 concluintes. Entretanto, os dados anteriores mostram que o crescimento foi da ordem de 85,2,3% na rede privada e 52,0% na rede pública. Em segundo lugar, um fato digno de destaque: até 2005, a rede pública respondia pela maioria dos concluintes no ensino superior (56.559 concluintes ou 55,1%), do total de 102.596 concluintes, havendo a mesma inversão verificada no número de matriculados referido anteriormente; em 2014, temos do total de 154.726 concluintes, apenas 38,9% são concluintes da rede pública, sendo a maior parcela oriundos da rede privada (61,1%). Para melhor visualização, ver gráfico 4, a seguir.

**Gráfico 4 - Concluintes no Ensino Superior, no Nordeste (2000-2014) por categoria administrativa**



Fonte: BRASIL, INEP/MEC, 2000-2014.

Analisando os dados apresentados, podemos refletir sobre a mercantilização da educação superior brasileira, agravada ainda mais na Região Nordeste, em que a iniciativa privada passa a dominar a oferta de vagas, alunos ingressos, número de matrículas e de concluintes, sobretudo, a partir de 2005.

O poderio privado em regiões pobres chama a atenção para a perspectiva ainda mais cruel do sistema, em que o estado se encolhe face às necessidades da população mais carente, e se agiganta em acolher a iniciativa privada e os grandes capitais, favorecendo os grupos educacionais que despontam nessas regiões. É o que observa Maia (2014, *apud* SGUISSARDI 2014, p.8), quando constata que esses grupos educacionais são ligados às grandes redes, de atuação internacional, que acarretaram profundas transformações na educação superior, no país:

Segundo *Boletim para a Imprensa* da Hoper Consultoria em 2013, os 12 maiores “Grupos Educacionais” das cercas de 1.900 IES privadas particulares (com fins de lucro) detinham 39,3% das 5.448.730 matrículas desse setor, isto é, 2.141.720 matrículas.

O modelo neoliberal, portanto, além de favorecer o crescimento da educação superior privada no país, torna o setor privado avassalador, sobretudo, nas regiões brasileiras mais pobres e cada vez mais desprestigiadas pelo Estado Mínimo e por suas políticas públicas, gerando processos de exclusão social, a exemplo os sujeitos em situação de vulnerabilidade



social (JEZINE, CASTELO BRANCO e NAKAMURA, 2015) que ao ingressarem em instituições de Educação Superior, não conseguem permanecer e concluir o curso com sucesso, esse entendido como inserção no mercado de trabalho. A problemática da expansão do acesso e a ótica da mercantilização da oferta, tem gerado novas problemáticas de pesquisa sobre políticas de ensino superior, dentre ela destaca-se o crescente aumento do número de alunos retido e evadidos, ou seja que não consegue permanecer e concluir o curso superior. Para a análise da problemática os estudos específicos sobre a Universidade Federal da Paraíba revelam que a evasão tem estado na contramão das políticas de acesso e permanência.

### **3. A expansão do acesso no Estado da Paraíba e a Universidade Federal da Paraíba- na contramão do acesso, a evasão**

A categoria **evasão** é definida como toda e qualquer interrupção no ciclo de estudos (GAIOSO, 2005), sendo não apenas visto como um problema de ordem educacional, mas como um verdadeiro desperdício de recursos econômicos, social e cultural.

O fenômeno é visto como significativo e crítico tanto no âmbito público, quanto privado, uma vez que implica em perda de receita e desperdício de investimento em infraestrutura (espaço físico de salas de aula, biblioteca, equipamentos, etc.), em recursos humanos (corpo docente e técnico administrativo ocioso para atender a demanda residual e não a demanda inicialmente planejada), etc. Mas nada supera a insatisfação ou desgaste emocional dos alunos que, pretensamente “incluídos”, terminam por serem expulsos do sistema, muitas vezes pela ausência de gestão no acompanhamento da sua vida escolar, tornando o sistema incompetente em retê-los, com sucesso no curso com o qual sonharam ou tiveram acesso. Essa ausência de gestão pode ser traduzida na constatação de que:

[...] são raríssimas as IES brasileiras que possuem um programa institucional profissionalizado de combate à evasão, com planejamento de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem-sucedidas. (LOBO et. al., 2007, p. 642).

Em se tratando da ociosidade de vagas no sistema público, essa perda de receita é ainda mais grave porque implica em impedir o acesso de milhares de alunos que ficam fora do sistema, pela limitação de vagas oferecidas gratuitamente, aguardando outro processo seletivo para ingresso muitas vezes em faculdades privadas, enquanto sobram vagas ao longo da

trajetória acadêmicas dos que ingressaram e, infelizmente, não poderão ser ocupadas por este verdadeiro exército de reserva.

Outro dado preocupante é que não há a disponibilização, nos bancos de dados oficiais, de informações sobre quantitativos de alunos que vão deixando de frequentar disciplinas, são reprovados sistematicamente ou deixam de figurar nos bancos escolares, nem muito menos um mapa sobre causas ou razões da evasão nas IFES, muito menos de suas consequências para a vida acadêmica ou para as instituições. Em lugar de se ampliarem os estudos ou discussões, perde-se um tempo enorme com discussões acerca do conceito de evasão, a partir de intermináveis critérios estatísticos ou matemáticos.

Para contribuirmos com a discussão sobre a temática da evasão, tomamos como elemento para a análise de sua definição, dois aspectos fundamentais apontados por Lobo et al. (2007, p. 642):

A evasão deve ser entendida sob dois aspectos similares, mas não idênticos:

1. A evasão anual média mede qual a percentagem de alunos matriculados em um sistema de ensino, em uma IES, ou em um curso que, não tendo se formado, também não se matriculou no ano seguinte (ou no semestre seguinte, se o objetivo for acompanhar o que acontece em cursos semestrais). [...]
2. A evasão total mede o número de alunos que, tendo entrado num determinado curso, IES ou sistema de ensino, não obteve o diploma ao final de um certo número de anos. É o complemento do que se chama índice de titulação. [...].

A partir dos quantitativos encontrados, cumpre as Instituições de Ensino Superior (IES) buscarem mapear os múltiplos fatores causais ou conjunturais para tentar solucionar o problema ou, pelo menos, mantê-lo em níveis razoáveis. Para facilitar nessa tarefa, alguns autores apontam para aspectos, como: a falta de recursos financeiros dos alunos (ZAGO, 2006), questões de ordem acadêmica, que abrangem expectativas em relação ao curso ou instituição que podem motivar ou desmotivar os alunos ou tornar a conclusão de seu curso uma prioridade ou não em sua vida (SILVA FILHO et. al., 2007). Há, ainda, um aspecto extremamente pertinente para a discussão sobre a temática:

[...] falta de aquisição de “capital cultural” ao longo da trajetória de sua vida e de seus estudos, o que não se obtém de um momento para o outro. Essa desigualdade cultural é sentida desde a educação básica, quando a maioria dos alunos inicia seus estudos em desvantagem a outros, em virtude da ausência de oportunidades que tiveram em relação ao acesso a conhecimentos diversos, desde a mais tenra idade. Reconhecer essas desigualdades deve ser o primeiro passo de uma escola de qualidade, caso

contrário, haverá muitos alunos incluídos no sistema escolar, mas poucos irão realmente se apropriar do conhecimento que o processo de ensino e aprendizagem exige. A permanência do aluno na IES, portanto, também depende do suporte pedagógico disponibilizado por esta, no entanto encontramos muitas instituições particulares e públicas despreparadas para estes desafios. A implementação e o acompanhamento de políticas públicas educacionais, tendo por base a igualdade de oportunidades de acesso, é uma condição necessária, mas não é a única para que ocorra a democratização efetiva nas IES particulares para combater a evasão. (BAGGI; LOPES, 2011, p. 357).

Segundo Kira (1998), a evasão ou *fuga do aluno*, em algum momento de sua vida escolar, parece ser uma combinação entre fatores de natureza pessoal, sociocultural e econômico e não um evento de causalidade única e percebida de forma simplista. Nessa mesma linha de raciocínio, outros autores corroboram com as conclusões de Kira (1998), apontando os mesmos fatores causais (BRAGA; PEIXOTO; BOGUTCHI, 2003).

Porém, o debate sobre evasão traz à tona a necessária discussão sobre a qualidade do ensino (em todos os seus níveis) e a necessidade de avaliá-lo, propondo a articulação, praticamente inexistente apesar das preocupações governamentais datarem de 1972 (POLYDORO, 2000, p. 45), entre avaliação institucional, análise da evasão e da retenção acadêmica e criação de indicadores de qualidade do ensino nas IES.

Historicamente, alguns autores (BAGGI; LOPES, 2011, p. 363-364) chamam para essa articulação entre evasão e avaliação institucional, contemplando causas significativas como aquelas ligadas a questões internas às IES, que possam repercutir em políticas públicas de permanência na educação superior. Tal dificuldade em se fazer essa articulação pode ser explicada em razão de que

[...] cada IES tem seus critérios para aferir a evasão de seus alunos e que, dentro do sistema educacional as transferências entre instituições não são rastreáveis, a coleta de dados para fins de comparação entre as IES fica comprometida. (BAGGI; LOPES, 2011, p. 364).

Baggi; Lopes (2011, p. 364), propõem a distinção entre *evasão de curso* e *evasão do sistema*. A primeira como a saída do curso sem concluí-lo e a segunda, como abandono completo do aluno do ensino superior propriamente dito. Nessa mesma linha, porém com expressões diferentes, Cardoso (2008) utilizou-se da definição de **evasão aparente**, como mobilidade de um curso para outro; e **evasão real**, como desistência do aluno em cursar educação superior.

Silva Filho (2007) opta por denominar como **evasão anual** a diferença entre alunos matriculados de um ano de referência em relação ao anterior, e como **evasão total** ao comparativo entre o número de alunos matriculados ingressantes, em um curso em ano específico, e o número final de alunos concluintes desse curso ao final do seu prazo padrão.

Em razão da temática e da categoria estudada estar ainda em construção, entendemos ser pertinente o diálogo entre as IES públicas e privadas, tendo o comparativo numérico aliado a um debate profícuo em relação aos desafios, ações e incertezas, a partir das contribuições teórico-metodológicas apresentadas, que permitiriam um trilhar mais seguro em busca de soluções a curto, médio e longo prazo.

Nesse sentido, como ponto de partida do estudo comparativo apresentado em relação ao ensino superior paraibano, utilizaremos a definição de um indicador de evasão simplificado, construído e apresentado em estudo recente (CASTELO BRANCO; JEZINE; NAKAMURA, 2015): o cálculo do **abandono** ( $A_i$ ), baseado no modelo desenvolvido por Lobo et al. (2007):

$$A_i = Me_i - M_i$$

$$\text{Onde: } Me_i = M_{i-1} - C_{i-1} + I_i$$

Sendo:

$A_i$  = Abandono no ano  $i$

$M_i$  = Matrícula no ano  $i$

$C_i$  = Concluintes no ano  $i$

$I_i$  = Ingressos no ano  $i$

$Me_i$  = Matrículas esperadas no ano

A análise do contexto do Estado da Paraíba, a partir dos dados de 2000 a 2014, indica um crescimento significativo de instituições de ensino superior, na Paraíba, do ensino privado em relação ao ensino público. Em termos absolutos, o ensino privado teve um aumento de 29.542 vagas no período, enquanto que o ensino público aumentou apenas 12.643 vagas, apesar do incremento significativo pós-REUNI<sup>13</sup>, a partir de 2007. Esse crescimento é da ordem de 636,1% na rede privada e 164,0% na rede pública.

Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), percebemos um elemento importante, que merece destaque: a redução de vagas em 2002, pela criação da UFCG e consequente divisão de vagas, cursos e recursos humanos e materiais; em face disso, tomaremos o ano de 2002

---

<sup>13</sup>Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

como referência para comparação entre os dados, percebendo um aumento de 4.821, em relação a 2013 (crescimento de 140,4%), ano em que teve seu pico no crescimento, havendo uma redução de 415 vagas em 2014, sem explicação plausível. Essa redução afeta o comportamento de vagas públicas no mesmo ano. Se observarmos, portanto, o ano de 2014 como referência, o aumento foi de 4.406 vagas ou 128,3%. Para uma melhor visualização, os dados estão apresentados em tabela e gráfico, a seguir.

**Tabela 3 - Vagas oferecidas no Ensino Superior, na Paraíba (2000-2014)**

ANO	VAGAS OFERECIDAS		
	Públicas	Particulares	UFPB
2000	7.711	4.644	5.217
2001	8.022	5.166	5.172
2002	8.294	6.980	3.434
2003	8.327	9.821	3.457
2004	8.852	13.660	3.617
2005	9.156	14.102	3.436
2006	9.612	14.980	3.612
2007	12.595	15.479	4.407
2008	12.770	17.853	5.007
2009	15.670	18.336	6.335
2010	17.315	19.890	7.055
2011	19.242	22.200	7.826
2012	19.698	24.111	8.199
2013	20.700	29.287	8.255
2014	20.354	34.186	7.840

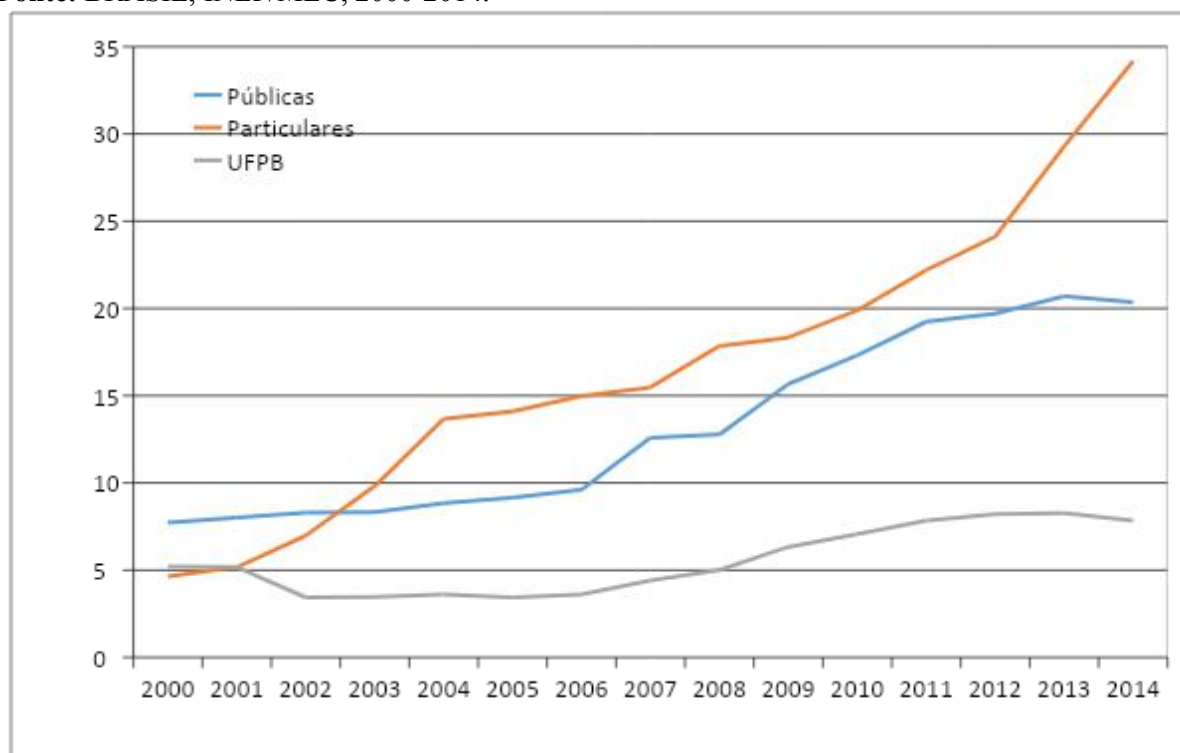
**Fonte:** BRASIL, INEP/MEC, 2000-2014.

Em relação aos ingressantes na educação superior, considerou-se o número total de ingressos no ensino superior no Estado da Paraíba, ou seja, por vestibular, por outro processo seletivo e outras formas de ingresso.

Na Tabela 3 e Gráfico 5, percebemos comportamento semelhante ao observado na oferta de vagas: o ensino privado teve um aumento de 19.824 ingressantes no período, enquanto que o ensino público teve um aumento de apenas 12.002 alunos. Esse crescimento é da ordem de 502,9% na rede privada e 153,9% na rede pública. Vale destacar o quantitativo de prováveis vagas ociosas no sistema privado, quando analisamos os dados das tabelas 1 e 2 em conjunto e percebemos uma “sobra” de 9.718 vagas em relação ao número de ingressantes no período, enquanto na rede pública esse número é de apenas 641 vagas “não preenchidas”, apesar do programa de bolsas PROUNI e FIES, na rede privada.

**Gráfico 5 - Vagas oferecidas no Ensino Superior, na Paraíba (2000-2014)**

Fonte: BRASIL, INEP/MEC, 2000-2014.



Na coluna que refere-se aos dados da UFPB, comparando o crescimento do número de ingressantes no ano de 2002 em relação a 2014, percebendo um aumento de 6.958 ingressantes (crescimento de 92,7%, bastante inferior ao observado no contexto estadual), sendo acentuada a queda no número de ingressantes nos anos de 2013 e 2014, provavelmente explicadas pela adesão total da UFPB, em 2013, ao Sistema de Seleção Unificada (SISu). Comparando 2012 e 2013, tivemos a perda de 1.330 alunos ingressantes; esse dado é ainda mais preocupante se compararmos os anos de 2012 e 2014, com queda em 2.400 ingressantes, apontando para aumento de “vagas ociosas”, na rede pública, analisando a relação entre vagas e ingressos no sistema no mesmo período.

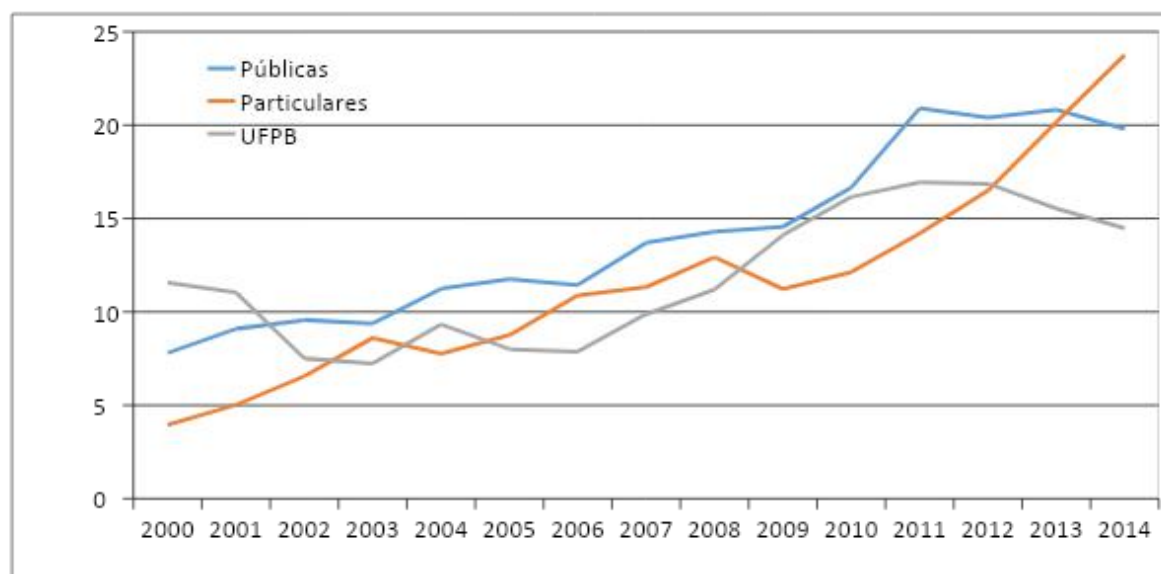
**Tabela 4 - Alunos Ingressos no Ensino Superior, na Paraíba (2000-2014)**

ANO	Ingressos		
	Públicas	Particulares	UFPB
2000	7.800	3.942	11.566
2001	9.094	5.019	11.030
2002	9.569	6.552	7.508
2003	9.378	8.604	7.236
2004	11.239	7.769	9.330

2005	11.764	8.762	8.008
2006	11.440	10.880	7.872
2007	13.700	11.328	9.876
2008	14.283	12.922	11.194
2009	14.556	11.226	14.110
2010	16.666	12.130	16.156
2011	20.895	14.199	16.938
2012	20.391	16.492	16.866
2013	20.825	20.160	15.536
2014	19.802	23.766	14.466

Fonte: BRASIL, INEP/MEC, 2000-2014.

**Gráfico 6 - Alunos Ingressos no Ensino Superior, na Paraíba (2000-2014)**



Fonte: BRASIL, INEP/MEC, 2000-2014.

Em relação aos matriculados na educação superior no Estado da Paraíba, dispostos na Tabela 4 e Gráfico 6, percebemos alguns aspectos merecedores de destaque: o ensino privado teve um aumento de 49.906 matriculados no período (2000-2014); o ensino público teve um aumento de 33.303 alunos matriculados no mesmo período; na UFPB, o aumento no período de 2002 a 2014 foi de 12.528 matriculados. Esse crescimento corresponde a 545,4% na rede privada; 99,5% na rede pública; e 81,8% na UFPB, levemente abaixo do contexto da rede pública no estado. Essa tendência de crescimento é melhor explicitada na tabela e gráfico seguintes.

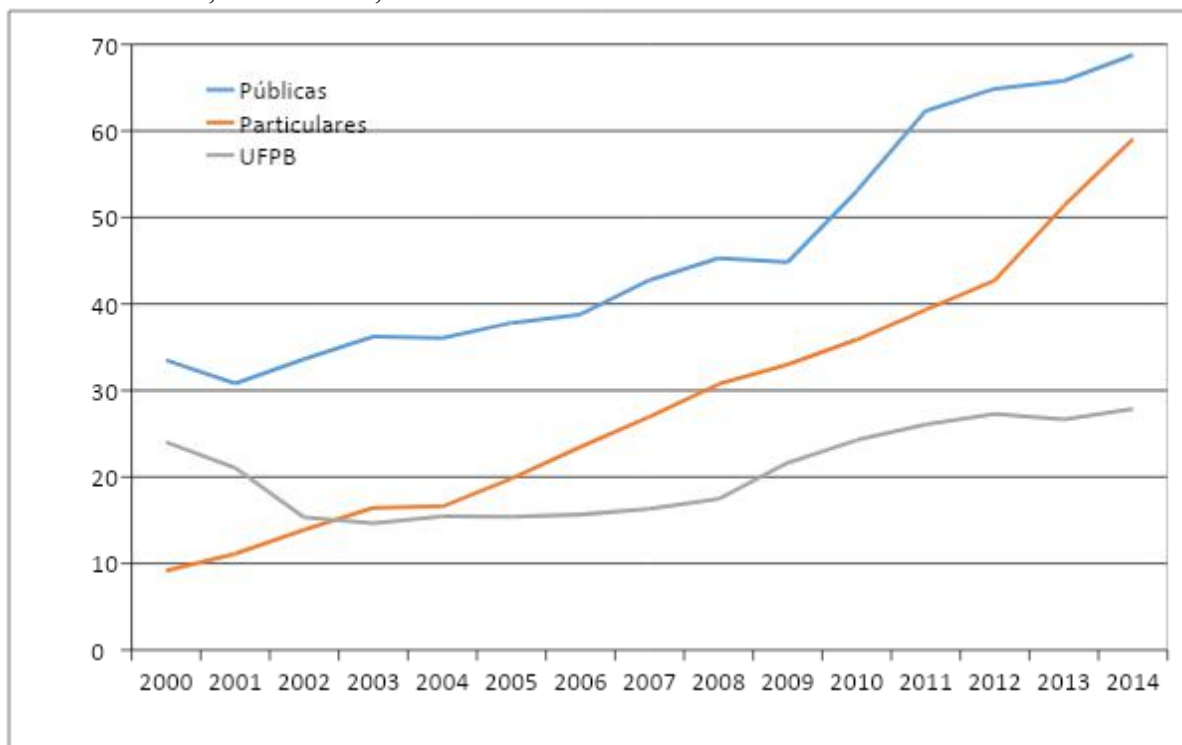
**Tabela 5 - Alunos Matriculados no Ensino Superior, na Paraíba (2000-2014)**

ANO	Matriculados		
	Públicas	Particulares	UFPB
2000	33.486	9.150	24.027
2001	30.822	11.124	21.048
2002	33.618	13.882	15.319
2003	36.240	16.418	14.658
2004	36.044	16.589	15.461
2005	37.816	19.799	15.388
2006	38.788	23.480	15.656
2007	42.763	26.960	16.296
2008	45.282	30.733	17.467
2009	44.834	32.995	21.636
2010	53.036	35.870	24.263
2011	62.328	39.319	26.069
2012	64.885	42.724	27.288
2013	65.770	51.333	26.667
2014	68.789	59.056	27.847

Fonte: BRASIL, INEP/MEC, 2000-2014.

**Gráfico 7 - Alunos Matriculados no Ensino Superior, na Paraíba (2000-2014)**

Fonte: BRASIL, INEP/MEC, 2000-2014.





Em relação aos concluintes na educação superior, na Paraíba, na Tabela 6 e Gráfico 7, destacamos o aumento dos concluintes tanto no ensino privado quanto no ensino público, no período estudado (2000-2014): na rede privada, o aumento foi de 3.943 (418,1%); o ensino público teve um aumento de 2.675 concluintes (59,9%).

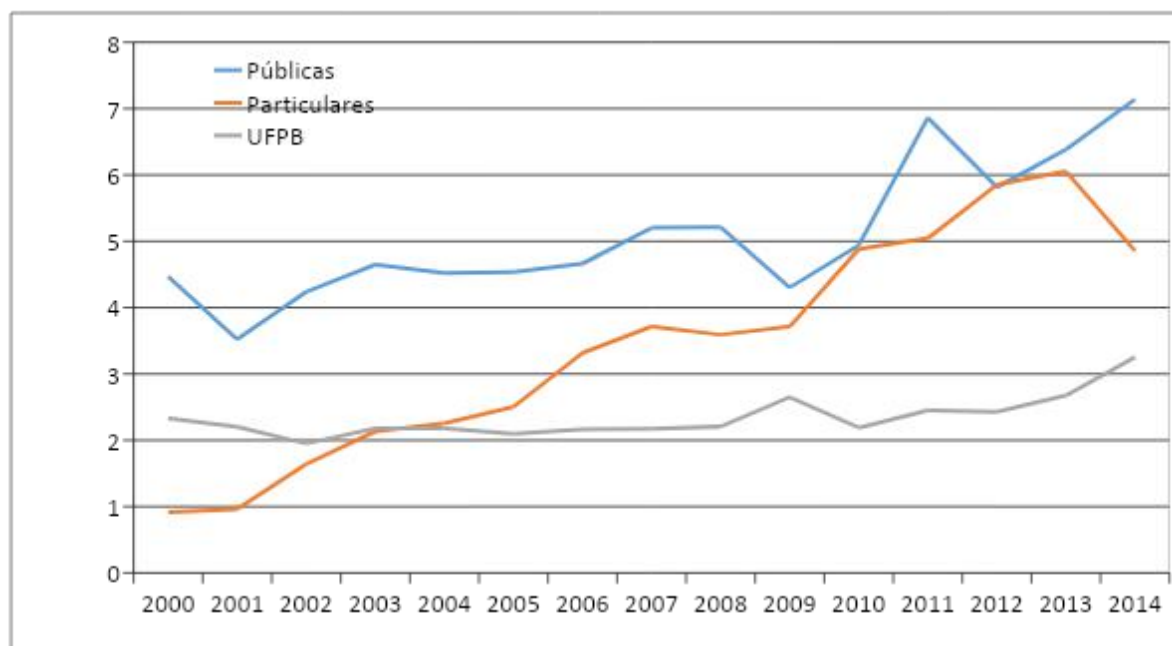
Na UFPB (2002-2014), o aumento foi de 1.304 concluintes (66,9%). Esse pequeno crescimento na rede pública, acompanhado de um enorme crescimento na rede privada aponta para uma seletividade interna ao sistema, que parece impor mecanismos de seleção interna, sobretudo nas IES públicas, dificultando a diplomação de seus alunos, ao passo que, na rede privada, a conclusão é consequência quase esperada para a imensa maioria dos que ingressam. Porém essa tendência sofre uma mudança significativa no ano de 2014, na rede privada, com uma queda significativa no número de concluintes, com uma redução de 1.198 alunos, o que pode indicar uma redução das bolsas de financiamento ou das políticas de assistência para os alunos que ingressam na rede privada superior. Essa tendência de crescimento e a queda identificada é melhor explicitada no Gráfico 8, a baixo.

**Tabela 6 - Alunos Concluintes no Ensino Superior, na Paraíba (2000-2014)**

ANO	Concluintes		
	Públicas	Particulares	UFPB
2000	4.466	913	2.332
2001	3.522	964	2.202
2002	4.238	1.643	1.950
2003	4.648	2.134	2.177
2004	4.524	2.252	2.181
2005	4.536	2.504	2.097
2006	4.664	3.317	2.164
2007	5.204	3.715	2.170
2008	5.211	3.591	2.206
2009	4.302	3.713	2.649
2010	4.939	4.882	2.189
2011	6.859	5.045	2.451
2012	5.815	5.855	2.430
2013	6.384	6.054	2.674
2014	7.141	4.856	3.254

**Fonte:** BRASIL, INEP/MEC, 2000-2014.

**Gráfico 8 – Alunos Concluintes no Ensino Superior, na Paraíba (2000-2014)**



Fonte: BRASIL, INEP/MEC, 2000-2014.

Utilizando-se o modelo de cálculo do Abandono ( $A_i = Me_i - M_i$ ), apresentado em Castelo Branco; Jezine; Nakamura (2015), analisamos os dados apresentados na Tabela 7 e Gráfico 9, a seguir, destacando alguns comentários relevantes: no mesmo período estudado anteriormente (2001-2014), o aumento do abandono no ensino privado paraibano; aumento do abandono no ensino público; aumento do abandono na UFPB, nos anos de 2003-2014.

Analisando os dados descritos anteriormente e o comportamento do gráfico 5, percebemos uma tendência acentuada de queda do abandono na rede privada e aumento desse fenômeno na rede pública, tendo como marco temporal o ano de 2013. Um elemento importante identificado em outros estudos (NAKAMURA, 2014) é a mudança do perfil sociocultural provocada pelo “efeito SISu” na educação superior, com a diminuição da presença de jovens em situação de vulnerabilidade social e cultural nas IFES, ao contrário do caráter mais inclusivo apresentado pelos anteriores processos seletivos realizados em nível local, pelas próprias instituições.

Com a presença de jovens mais favorecidos social e culturalmente, o abandono parece diminuir, não deixando de mencionar o efeito positivo dos programas de financiamento e assistência estudantil ampliado na rede pública.

Porém o efeito das políticas de financiamento parece não ter o mesmo resultado positivo na rede privada, em que cresce, significativamente, o abandono no período estudado,

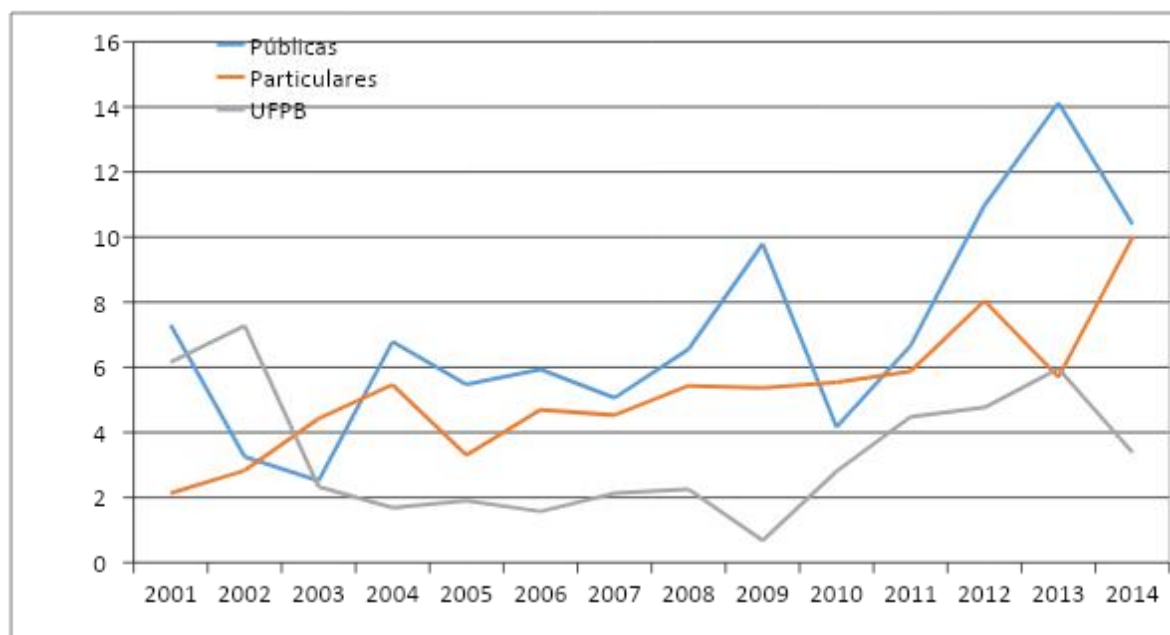
sobretudo no ano de 2014, talvez explicado pela saída dos alunos com maior vulnerabilidade da rede pública, como um entrecruzamento de sistemas que parecem se complementar.

**Tabela 7 - Alunos que abandonaram o Ensino Superior, na Paraíba (2001-2014)**

ANO	Abandono		
	Públicas	Particulares	UFPB
2001	7.292	2.132	6.162
2002	3.251	2.830	7.281
2003	2.518	4.425	2.329
2004	6.787	5.464	1.685
2005	5.468	3.300	1.896
2006	5.932	4.695	1.571
2007	5.061	4.531	2.134
2008	6.560	5.434	2.256
2009	9.793	5.373	680
2010	4.162	5.542	2.802
2011	6.664	5.868	4.474
2012	10.975	8.042	4.763
2013	14.125	5.696	5.959
2014	10.399	9.989	3.379

Fonte: BRASIL, INEP/MEC, 2000-2014.

**Gráfico 9 - Alunos que abandonaram o Ensino Superior, na Paraíba (2000-2014)**



Fonte: BRASIL, INEP/MEC, 2000-2014.

Os dados analisados ampliam nossa percepção acerca dos meandros da inclusão/exclusão, uma vez que não nos basta compreender as múltiplas formas de ingresso na educação superior, mas analisar, com o máximo possível de riqueza documental, os desafios da permanência e da conclusão de um curso de graduação, seja na rede pública de ensino, seja na rede privada, garantindo a qualidade na formação recebida pelos alunos, com a aquisição de capital cultural, social e econômico, levando-os ao empoderamento e transformação de suas condições de existência.

Nesse sentido a intenção ao discutir as políticas públicas de acesso e analisar a e permanência, na perspectiva de seus resultados efetivos nas IES públicas e privadas, e não apenas ter o encantamento possibilitado pelas estatísticas oficiais que, muitas vezes, mascaram a verdadeira face da exclusão, pela via do abandono ou evasão, tão ocultada dos documentos disponíveis dos órgãos governamentais.

O cálculo do abandono como elemento de análise da evasão parece contribuir para melhor entendimento do que vem acontecendo na educação superior, apontando para a necessária revisão dos mecanismos de seleção, acompanhamento, avaliação e gestão da educação superior na Paraíba, em particular, mas no Brasil, haja vista a realidade aqui apresentada.

#### **4. A permanência como uma categoria teórica de análise para as políticas de Educação Superior: a discussão no Banco de Dados da CAPES**

O debate acerca da permanência emerge das discussões sobre diversidade e inclusão no âmbito educacional, sob o contexto da redemocratização do Brasil nos anos de 1980, período em que a sociedade brasileira passou por modificações nas estruturas sociais, políticas e econômicas, saindo de um regime ditatorial para democracia. Nesse período, os movimentos sociais foram de grande importância, impelidos a construir a dialética, se firmaram na sociedade com participação ativa e transformadora, tendo em vista reivindicações que correspondem a necessidade do povo ou de diversificados grupos existente em uma dada sociedade.

De certo modo, as mudanças na sociedade corroboravam em direção as reinvenções postuladas pelos movimentos sociais, tendo como foco a educação, não como um favor e sim como um direito social (pública, laica e gratuita), sendo reafirmada pela Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, a palavra permanência aparece na Constituição Federal de 1988 no

Art. 206 dizendo que o ensino será norteado com princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

A LDB/1996 segue em consonância com a Constituição/1988, expondo no Art. 3º o acesso e a permanência como direito. Já no Art. 37 §2º da LDB diz que o “*Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si*”. A permanência é compreendida como um vínculo do aluno aos processos educativos e à escola básica.

Na educação superior, a permanência direciona-se a estabilidade do aluno na instituição, do acesso a conclusão. Entende-se que as discussões sobre permanência ganham formato nos anos de 1990, mas, é intensificada nos anos 2000. Período que as políticas de acesso, na perspectiva inclusiva, tais como: Financiamento da Educação Superior (Fies); Programa Universidade para Todos (Prouni) e as Políticas Afirmativas, também denominada de Políticas de Cotas possibilitaram em escalas maiores o ingresso de sujeitos em situação de vulnerabilidade social na educação superior. Nesse sentido, com ingresso de sujeitos em condições desfavoráveis na educação superior, a permanência veio ser alvo de estudos, entendendo que condições socioeconômicas são fatores que podem impossibilitar a permanência.

A categoria de análise “*permanência*” significa segundo o dicionário Aurélio estado permanente, sem ausência e interrupção. Santos (2009) diz que a permanência é o “ato de durar no tempo que deve possibilitar não só a constância do indivíduo, como também a possibilidade de transformação e existência”. A permanência possui um caráter de existir em constante fazer. Gimenez; Maciel (2016) faz um levantamento bibliográfico sobre a categoria permanência, e os estudos revelam que a permanência vem sendo caracterizadas nas políticas públicas como ações assistenciais, que precisam ser implementadas para subsidiar a permanência do aluno em situação de vulnerabilidade social na educação superior.

Nesse sentido, ato de permanecer guiado na lógica do aluno compreende na sua estabilidade em uma instituição de ensino, considerando seu ingresso até conclusão. Portanto, a permanência do aluno revela um grau de subjetividade imensurável, isso porque adentra no espaço individual e contextual, nos cenários políticos, econômicos e culturais de uma sociedade a outra, e até mesmo nas organizações institucionais, podendo oscilar de realidade a realidade. Ou seja, entender a permanência do aluno, revela uma complexidade, porque envolve vários elementos que pode variar de pessoa para pessoa e de contexto para contexto. Gimenez; Maciel (2016) detectou, a partir do levantamento bibliográfico, que a permanência

vai além das questões socioeconômicas, perpassando nas causas econômicas, sociais, culturais, psicológicas e pedagógicas.

Para entender a discussão sobre permanência, foi realizado em 2016 um levantamento bibliográfico de teses e dissertações pelo Banco de Dados da Capes, resultando em aproximadamente 94 trabalhos que emprega no título a categoria permanência na educação superior, e apenas 45 se tratava da permanência a sujeitos que se encontra em situação de vulnerabilidade social. 20 trabalhos discutia permanência de alunos com deficiência e 29 que adentra na permanência na educação superior, sob outros olhares, tais como: Políticas (acesso e permanência); docencia; educação à distância e a permanência sob estudos de caso em determinado curso.

**Tabela 08 - Quantitativo de teses e dissertações que empregava no título a palavra permanência na educação superior (2004 – 2016)**

Ano	Quantitativo dos trabalhos que emprega no título permanência.	Quantitativo dos trabalhos que direciona no título a permanência de alunos em situação de vulnerabilidade social.	Quantitativo dos trabalhos que direciona no título a permanência de alunos com Deficiência.	Permanência sob outras temáticas (títulos)
2004	1			1
2006	3		2	1
2007	1			1
2008	3	2		1
2009	3	2		1
2010	8	4	1	3
2011	9	5	4	
2012	12	5	1	6
2013	17	10	3	4
2014	14	9	3	2
2015	21	7	5	9
2016	2	1	1	
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>45</b>	<b>20</b>	<b>29</b>

**Fonte:** Banco de dados da CAPES. Acesso em 02 de novembro 2016.

Na tabela 08, é possível observar o número de crescimento dos trabalhos acadêmicos, no período analisado de 2004 a 2015, 94 trabalhos foram encontrados, destes 18 refere-se a Tese de Doutorado e 76 Dissertações de Mestrado. A tabela mostra claramente que entre 2011 a 2015 existe números expressivos de teses e dissertações que emprega no título a permanência de alunos em situação de vulnerabilidade, o fato se relaciona às políticas de cotas, sendo instalada oficialmente em 2012 pela Lei de nº 12.711, gerando o acesso de um maior número de alunos que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, as

pesquisas sobre políticas de educação superior voltam-se para análise das condições concretas sociais, econômicas e culturais de sujeitos que ingressam pelas políticas de cotas, em que tais condições podem ser um fator que poderá impossibilitar a permanência em cursos superiores

O levantamento comprova que a permanência trata dos sujeitos que estão excluídos, e não conseguem de forma independente permanecer em uma instituição de ensino, portanto necessitam de ações governamentais para subsidiar a sua estabilidade; nesse sentido, muitos trabalhos enfocam na permanência a partir de políticas assistências, que são ações que busca minimizar as desigualdades educacionais, favorecendo benefícios para que o aluno consiga permanecer na instituição. Como mostra o quadro abaixo:

**Quadro 01 - discussões gerais das teses e dissertações que empregava no título a permanência de alunos em situação de vulnerabilidade social.**

ANO	DISCUSSÕES SOBRE PERMANÊNCIA
2008	Os dois trabalhos desenvolvidos a respeito da permanência tratam de pesquisa acerca das políticas de educação superior (acesso e permanência) a partir de estudos bibliográficos e documentais. O estudo de campo aponta para verificação da permanência de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, por meio de formulário semi-estruturado. Os resultados dos dois trabalhos são direcionados para a necessidade de assistência estudantil.
2009	Os trabalhos apresentados, além de fazer uma análise bibliográfica e documental, a respeito das políticas de educação superior (acesso e permanência), mostram alguns avanços, principalmente no conceito permanência a partir das categorias analíticas de Kant e Lewis, definindo (permanência) como o ato de durar no tempo que deve possibilitar não só a constância do indivíduo, como também a possibilidade de transformação e existência. (SANTOS, 2009)
2010	Os trabalhos acerca da permanência apresentam as mesmas estruturas, traz uma análise bibliográfica e documental sobre as políticas de educação superior, como acesso e permanência. Posteriormente verifica a realidade do aluno que se encontra em situação de vulnerabilidade, por meio de estudos de caso, utilizando diversificado instrumento, como: entrevista, questionário, grupo focal, observação e narrativas. É sobre os instrumentos de pesquisa que no ano de 2010 diversifica os trabalhos. E os resultados vem apontando para a inclusão excludente, isso porque a permanência vem sendo segundo plano, na adoção de ações fragmentadas e instáveis. (CARNEIRO, 2010)
2011	Em 2011 foram encontrados cinco trabalhos, e a discussão traz de novidade as práticas institucionais, como programas acadêmicos e outros, sendo a possibilidade de permanência qualificada de alunos em situação de vulnerabilidade social. Os trabalhos fizeram estudo de caso, entrevistando alunos, por meio de entrevista semi-estrutura, diário de campo e questionário. E todos apontam a necessidade de efetivarem políticas que garantam permanência a sujeitos que não conseguem permanecer de forma independente na instituição.
2012	Dos cinco trabalhos levantados, alguns analisaram o Programa Nacional de Assistência Estudantil como o caminho para permanência e a importância da sua efetivação nas instituições de educação superior. Outros trabalhos buscavam entender a permanência a partir da compreensão da trajetória dos alunos em situação de vulnerabilidade social, na instituição.
2013	Os dez trabalhos coletados não trazem muitos avanços nas discussões, os pontos discutidos foram: permanência sob olhar da trajetória no aluno na educação superior; análise das políticas assistenciais e de como elas se efetivam nas instituições; permanência

	de alunos em situação de vulnerabilidade a partir de uma abordagem pedagógica e teórica fundamentada no campo dos estudos de letramento; como as políticas de educação superior, vêm adotando medidas que possibilite o acesso e permanência de alunos em situação de vulnerabilidade; e por fim, as estratégias implementadas pelos alunos em situação de vulnerabilidade para permanecer na instituição.
2014	Os trabalhos são de caráter bibliográfico e documental, que analisa a permanência a partir do contexto das políticas de expansão, acesso e assistência estudantil. Muitos trabalhos realizam estudos de caso, buscando entender a permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade na instituição, por meio de questionário e entrevista.
2015	Muitos trabalhos analisam a permanência sob a ótica da assistência estudantil, e a estratégias do aluno cotista para permanecer na instituição.
2016	Em 2016 foi encontrado 1 trabalho, no qual investiga as políticas institucionais de permanência da Universidades Comunitárias integrantes da Associação Catarinense das Fundações Educacionais–ACAFE, tendo como ponto de partida a evasão.

**Fonte:** Análise das teses e dissertações coletadas no Banco de Dados da Capes em 2016.

O quadro 01 revela que a maioria dos trabalhos possui uma estrutura repetitiva, não resultando de muitos avanços. A estrutura vem sendo apresentada como pesquisa bibliográfica e documental que analisa as políticas de educação superior: expansão, acesso e permanência, posteriormente verificam como estas políticas se efetivam na estabilidade do aluno em situação de vulnerabilidade na educação superior.

O que vem diferenciar uma pesquisa da outra são os estudos de caso e o público alvo, que revelou ser: indígena, negros, alunos de escolas públicas, mulheres, classe subalterna, camadas populares etc. em diversas instituições de educação superior no Brasil (público e privado). O conjunto do público alvo destacado foi intitulado para a presente pesquisa, como alunos em situação de vulnerabilidade social, termo utilizado pela lei de cotas, direcionado para sujeitos de escolas públicas, pardos, indígena e negro e os que possuem uma renda 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio).

O presente levantamento bibliográfico apontou a necessidade de políticas públicas que garantam a permanência de forma eficaz, visto que as políticas de acesso de ações afirmativas vêm possibilitando o ingresso de sujeitos em situação de vulnerabilidade, isso porque os alunos em seu processo acadêmico deparam-se com muitas dificuldades e uma delas, é de ordem financeira.

Os instrumentos de pesquisa é outro ponto para ser destacado: foram vários trabalhos que utilizaram de recursos diversos para adentrar na subjetividade do aluno em situação de vulnerabilidade, na busca de compreender os reais motivos da permanência. Os instrumentos foram: entrevista, questionário, grupo focal, observação etc.

Enquanto a discussão sobre a categoria permanência, a maioria dos trabalhos apresentam incipiência, exceto a tese de doutorado, em que Santos (2009) buscou entender o



conceito da permanência, a partir de um estudo filosófico de Kant e Lewis e identificou a permanência como aspecto material e simbólico. Também para a análise utilizou os estudos de Pierre Bourdieu, Bernard Lahire, Paulo Freire e outros com o intuito de compreender por meio das teorias, explicações viáveis sobre o contexto da permanência de alunos que encontra-se em condições de vulnerabilidade social.

Contudo, torna-se relevante a leitura analítica do levantamento bibliográfico para compreender de onde parte as pesquisas sobre permanência, quais os avanços e as contradições. E dentro de uma análise geral, observa-se que os trabalhos possuem a mesma estrutura e pouco foram os avanços, o que pode justificar esse fato, é que a discussão sobre permanência é recente no campo da Educação Superior.

#### **4.1. A Permanência no contexto da expansão. Produções acadêmicas das Reuniões da ANPED**

O fenômeno da expansão da Educação Superior no Brasil, e as categorias que envolvem a democratização do acesso e a permanência, é considerado por muitos pesquisadores como um processo complexo, em que, a democratização do acesso, as políticas de expansão e a permanência do alunado no ensino superior se entrelaçam em uma dinâmica complexa própria que envolve as políticas de educação superior no Brasil e sua relação com a conjuntura do neoliberalismo e o processo de globalização (PRESTES; JEZINE; SCOCUGLIA; 2012).

O levantamento das produções acadêmicas do grupo de trabalho Política de Educação Superior – GT11/ANPED vem contemplando o debate da temática, categorias de análises que dela se desenvolvem, com relevância, pelo menos ao que constam nas publicações da ANPED. Nesse sentido, o conteúdo disponível no banco de dados da ANPED – nos permite detectar uma diversidade de temas relevantes, possibilitando uma investigação de estudos com recortes específicos acerca de suas novas categorias. Tais produções trazem em seus conteúdos diversas análises de dados, apontamentos e reflexões a respeito desse fenômeno.

Em um procedimento analítico, o Estado da Arte ou Estado do Conhecimento é definido por Ferreira (2002) como um tipo de pesquisa de caráter bibliográfico, que tem como finalidade discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder em que aspectos e dimensões tais produções se situam e se destacam. Tal procedimento se caracteriza pelo estudo investigativo que resgata, organiza e detalha informações relevantes a respeito da produção de conhecimento. No caso trata-se do

levantamento bibliográfico das produções científicas publicadas nas Reuniões Científicas da ANPED, realizadas nos períodos 2010 a 2015.

Esse levantamento se embasa com alguns aspectos quantitativos de análise, para tanto foi necessário fazer um recorte das reuniões, sintetizando uma a uma, e a seleção de artigos que abordaram a temática da Expansão da Educação Superior no Brasil dos trabalhos do GT 11 de cada reunião. A partir dos elementos encontrados nos resumos que se aproximaram do tema, foram selecionados os trabalhos para a análise dos textos completos.

O fortalecimento e a promoção do desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa em educação são uns dos objetivos da ANPED. Essa Associação realiza anualmente reuniões científicas pelo Brasil desde de 1978, e ao longo dos anos vem se consolidando e se aperfeiçoando em suas atividades. As reuniões científicas da Associação são momentos de apreciação do conhecimento que socializam as pesquisas e estudos realizados na área da Educação e afins. Caracteriza-se como espaço que propicia uma troca de conhecimento através da socialização e debates de interesse da Associação.

Em resumo, as reuniões científicas – nacional e regional – da ANPED tem constituído espaços permanentes de importantes debates acerca das temáticas que envolvem o ensino superior no Brasil, e vem contribuindo com a valorização e aperfeiçoamento das produções científicas de professores, pesquisadores, estudantes e gestores da área, consolidando-se como referência na produção e na divulgação do conhecimento em educação.

Os trabalhos publicados na ANPED dentro do GT 11, que contemplam a Política de Educação Superior, tem tratado o fenômeno da expansão com relevância, fomentando importantes debates, e levantado questões pertinentes ao tema. No entanto, para atender o levantamento bibliográfico, faz-se necessário a exposição da quantidade de trabalhos que apesar de não apresentarem uma aproximação acerca da categoria aqui analisada, precisam ser expostas para o entendimento das análises dos trabalhos selecionados.

A quantidade de trabalhos do GT11 publicados nas reuniões científicas da ANPED no período de 2010 a 2015, corresponde ao total de 76 trabalhos no respectivo período, ao selecionar a partir da categoria permanência no contexto da expansão, foram identificados apenas 8 trabalhos. Na 33ª reunião foram publicados 12 trabalhos, a mesma quantidade foi identificada em 2012. Em 2011 foram 18, e em 2013 11 trabalhos. O interessante nesse levantamento é que em 2015 houve um número significativo de publicações, total de 23, o que demonstra a preocupação com a temática da permanência inserida no contexto das políticas de educação superior. Destacamos agora como maiores detalhes os principais títulos publicados no GT 11 das reuniões anuais realizadas nos períodos 2010 a 2015, que

contemplam o tema aqui abordado, conforme ilustrado anteriormente, foram encontrados 8 artigos que se aproximaram da temática.

**Quadro 02 – Produções acadêmicas publicadas pela ANPEd –GT 11 – 2010 - 2015**

<b>33ª Reunião ANPEd 2010</b>	<b>AUTORES</b>
Aumento de vagas ociosas na educação superior brasileira (2003-2008): redução do poder indutor da expansão via setor privado?	Jose Vieira de Sousa
<b>34ª Reunião ANPEd 2011</b>	
Novas fronteiras na democratização da educação superior: o dilema trabalho e estudo.	Hustana Maria Vargas Maria de Fatima Costa de Paula
<b>35ª Reunião ANPEd 2012</b>	
Democratização do acesso à educação superior: o REUNI no contexto da prática.	Ana Lucia Borba de Arruda Alfredo Macedo Gomes
<b>36ª Reunião ANPEd 2013</b>	
Expansão e avaliação na fronteira: efeitos da política de educação superior.	Giselle Cristina Martins Real
A expansão da educação superior privada no estado do Rio de Janeiro.	Sueli de Fatima Ourique de Avila
Políticas públicas de permanência na educação superior brasileira nos anos 2000.	Carla Busato Zandavalli Maluf de Araujo
<b>37ª Reunião ANPEd 2015</b>	
Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014).	Deise Mancebo
A expansão e a internacionalização da educação superior.	Olgaíses Maués

**Fonte:** Tabela criada a partir das informações disponíveis no site da Anped. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional>> Acesso em: 16 nov. 2016.

O artigo intitulado “**Aumento de vagas ociosas na educação superior brasileira (2003-2008): redução do poder indutor da expansão via setor privado?**”, escrito por Jose Vieira de Sousa, faz uma análise sobre a tendência do aumento crescente do número de vagas ociosas na educação superior brasileira, sendo evidente esse aumento no setor privado, no período entre 2003 e 2008. De acordo com o autor do referido artigo:

Nos últimos anos, o aumento crescente do número de vagas na educação superior brasileira não foi acompanhado por um aumento proporcional no número de alunos que ingressaram no sistema, implicando o crescimento dessas vagas nas instituições privadas. Esse aumento progressivo evidencia sinais de um esgotamento no quadro do crescimento do setor privado, bem como de sua possível exaustão. Apesar de nos últimos anos, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2008) ter realizado ações que podem contribuir para a elevação da taxa de acesso à educação superior, algumas delas preservam semelhanças com as políticas neoliberais que apoiam a expansão

do setor privado, como, por exemplo, o Programa Universidade para Todos (PROUNI). (SOUSA, 2010, p.13)

A partir dessa premissa, o autor questiona a redução do poder indutor da expansão pelas vias do setor privado, trazendo dados referentes à evolução do número de IES, segundo a natureza administrativa entre os períodos 2003 a 2008. Ao analisar tais referências, Sousa (2010) ressalta que relação entre o público e o privado na educação superior brasileira tem implicado o processo de privatização interna das instituições superiores públicas, atribuindo à essa relação o caráter marcadamente ideológico privado que o Estado assume. Nessa lógica de pensamento, o autor cita Chaves (2005), para inferir que, no contexto sociedade capitalista atual, o Estado assume a responsabilidade pela promoção da esfera pública, enquanto o mercado configura-se como lócus da esfera privada.

Segundo exposto no artigo em questão, o aumento crescente do número de vagas na educação superior brasileira, teve predominância no setor privado de ensino, os dados apontam que:

[...] entre 2003 e 2008, houve um aumento de 21,1% no número total de IES no país. Porém, quando separadas por natureza administrativa, verifica-se que as instituições públicas aumentaram em 14,0%, passando de 207 para 236, no período, enquanto as IES privadas cresceram 22,0%. Detalhando-se mais os dados da esfera pública, constata-se um aumento de 12,0% nas instituições federais, 26,1% nas estaduais e 3,3% no que se refere às municipais. (SOUSA, 2010, p.4).

O artigo em destaque, além de apresentar alguns antecedentes do processo de expansão da educação superior no País – em relação ao número de instituições, que é considerado recente pelos pesquisadores do fenômeno da expansão – enfatiza a evolução das matrículas, nas esferas pública e privada, sob o viés desse fenômeno, sem deixar de considerar que no Brasil, o aumento de instituições e matrículas, no ensino superior, é decorrente de uma postura estatal que em muitos casos, restringe o acesso ao ensino público e o estimula o ensino privado.

A discursão levantada pelo autor refere-se ao fato de “que as políticas definidas para a educação superior mais recentemente, como, por exemplo, o PROUNI, reiteram a premissa de que o Estado brasileiro estimula o crescimento do setor privado” (SOUSA, 2010; p.13). Esta é uma primeira ideia que o autor estabelece como sendo uma das principais.

Uma outra ideia parte sobre o fato de ter havido um aumento ocioso do número de vagas no setor privado. Para o autor, esse fato evidencia sinais de esgotamento no quadro de

expansão desse setor. Diante desse cenário, surge a seguinte questão: “em que medida o referido Programa configura-se como instrumento de democratização da educação superior?” (SOUSA, 2010, p.13). Com efeito, a análise apresentada possibilitou o entendimento de que, ao mesmo tempo em que a maioria das vagas pouco expressivas são atribuídas ao setor privado, o Brasil é um país ainda mantém uma das mais incipientes taxas de escolarização dos jovens com idade entre 18 a 24 anos, conclui o autor.

As mudanças na educação superior brasileira são explicadas quando compreendidas as suas transformações dentro do contexto político, social e econômico do país. Com efeito, a categoria da permanência no conjunto do debate sobre o fenômeno da expansão, no artigo intitulado “**Novas fronteiras na democratização da educação superior: o dilema trabalho e estudo**”, publicado na 34ª Reunião Anped em 2011, de Hustana Maria Vargas e Maria de Fatima Costa de Paula (2011), fazem uma análise pertinente a respeito da diminuição do ritmo de crescimento no ensino superior. Nessa perspectiva de análise, as autoras explicam que a política educacional contemporânea para a educação superior está embasada no conceito de democratização do ensino. Porém, ressaltam que esse conceito surge pela primeira vez na legislação educacional no Projeto de lei da Reforma da Educação Superior.

O artigo intitulado “**Democratização do acesso à educação superior: o REUNI no contexto da prática**”, de Ana Lucia Borba de Arruda e Alfredo Macedo Gomes teve como foco de análise o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais no contexto da ampliação do acesso a alunos das classes sociais menos favorecidas, no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco. Para tanto, os autores partiram da Abordagem do Ciclo Contínuo de Políticas de Ball e Bowe. Segundo Arruda e Gomes (2012), tal abordagem “constitui a principal referência teórico-conceitual, pois permite compreender a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até sua execução no contexto da prática.” As análises na perspectiva que propuseram os autores do referido artigo, permitiu evidenciar:

[...] a existência de uma diferença significativa entre o número de aprovados egressos de escola pública após a prática do Reuni na UFPE; o percentual de candidatos classificados oriundos de escola pública cuja renda familiar é de um a dois salários mínimos cresceu após o Reuni. Isso requer, de imediato, políticas institucionais do governo federal em termos de investimentos para que esses estudantes tenham longevidade escolar e possam concluir o curso, o que implica na garantia de políticas que possibilitem não apenas o acesso, mas, sobretudo a permanência e a conclusão do curso. (ARRUDA; GOMES, 2012, p.14).

Já o artigo **“Expansão e avaliação na fronteira: efeitos da política de educação superior”**, de Giselle Cristina Martins Real (2013), contribuiu ao tema da expansão com as análises sobre o seu processo e a qualidade do ensino superior brasileiro, revelando efeitos desse processo na fronteira entre Brasil e Paraguai. Dessa forma, o problema que norteou o artigo partiu da seguinte questão: “o que revela a expansão da educação superior, desencadeada na região de fronteira entre Brasil e Paraguai, para a educação superior brasileira?” (REAL, Gisele; 2013). Para responder essa pergunta, a autora utilizou-se de abordagens quanti-qualitativas. Dessa análise observou-se a seguinte constatação:

[...] a taxa de expansão paraguaia é significativamente superior à brasileira. Explicita-se que há efeito colateral da política de educação superior brasileira, que não consegue promover expansão na proporção de sua demanda crescente, que induz mobilidade de estudantes brasileiros para países fronteiriços, como o Paraguai, especialmente considerando a valorização monetária do real, no contexto dos países que compõem o Mercosul. Esse processo é referendado pela dimensão normativa da avaliação educacional, que contribui para o processo de revalidação de títulos estrangeiros no país. (REAL, 2013, p.13).

As análises da autora permitiram inferir que a educação superior possui um cenário de aceleração em seu processo de crescimento das instituições privadas, fomentando várias práticas mercantilistas no País. Não obstante, as formas de se fazer gestão nas instituições privadas estão inteiramente ligadas à lógica do capital atual, dessa forma, o estímulo e investimento nos laços entre ensino, pesquisa e extensão está diminuindo, trazendo consequências drásticas para o ensino superior. A publicação sob o tema **“A expansão da educação superior privada no estado do Rio de Janeiro”** de Sueli de Fatima Ourique de Avila (2015), por meio de uma análise bibliográfica e documental, realizou uma investigação acerca do crescimento das instituições privadas/mercantis, discutindo justamente sobre esse cenário, a partir de alguns dados, a substituição da produção de conhecimento e do compromisso social pelo lucro e pelo empreendedorismo, revelando um sistema que explora a educação como mercadoria. Para a autora do referido artigo:

Imbuídas da perspectiva de “empreendedorismo” e “produtividade” das iniciativas privadas as IFES são estruturadas por princípios de eficácia organizacional, tornando-se distantes da formação intelectual e do conhecimento. Para se pensar a possibilidade de um país em que se possa superar esse modelo neoliberal se faz necessário o reconhecimento da esfera pública como central e estratégica para a reforma do Estado. Esse processo só será possível se a educação não evitar abordar temas como discriminação,

exploração e alienação e trazer à tona a discussão sobre a polaridade público/mercantil e a luta contra a mercantilização (AVILA, 2015, p.18).

Assim, fez uma retrospectiva histórica da educação superior no Estado do Rio de Janeiro, analisando o processo de privatização, a partir da década de 90. Dessa forma, sinalizou o crescente direcionamento de atividades da universidade para o mercado de trabalho, desencadeando uma comercialização do ensino.

No artigo “**Políticas públicas de permanência na educação superior brasileira nos anos 2000**”, publicado na 36ª Reunião, Melo (2013) faz um estudo investigativo sobre as políticas de permanência dos estudantes em cursos de graduação no Brasil promovidas pelo Ministério da Educação, nos anos 2000. De acordo com Melo (2013):

Os aspectos positivos no que toca às políticas de permanência nos anos 2000 referem-se à sua menção explícita em programas do Estado Brasileiro, à ampliação mesmo que sutil das publicações sobre a temática e ao desenvolvimento gradativo de procedimentos que possibilitem a identificação efetiva da permanência dos estudantes nos dados agregados do Censo da Educação Superior, dando suporte futuro à avaliação das políticas públicas. (MELO, 2013, p.15).

O artigo em questão analisa o processo de implantação dessas políticas tomando como referência os dados agregados e documentos disponibilizados pelo Inep, bem como a legislação disponível no sistema do Mec-legis, e documentos relativos ao planejamento do Estado Brasileiro. Mancebo (2015) em seu artigo “**Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014)**” faz uma análise sobre as principais tendências da educação superior no Brasil, no período entre 1995 e 2014, num contexto da expansão desse nível de ensino. Numa perspectiva de investigação que conjuga aspectos quantitativos e qualitativos, o artigo faz uma investigação coletiva, cuja construção apoia-se em pesquisa bibliográfica, documental e estatística, com estudos de caso, entrevistas, dentre outros procedimentos. De acordo com a autora:

[...] o processo de expansão fez-se acompanhar de uma reorganização do modelo de financiamento público. Para a rede pública, o aumento do financiamento significou novas exigências de eficiência e eficácia empresariais, expansão com contingenciamento de gastos, precarização das condições de trabalho, introdução de metas e prazos sem sempre compatíveis com um ensino de qualidade ou com o desenvolvimento de pesquisas verdadeiramente inovadoras. De outro lado, para o setor privado, foram criadas novas formas de transferir recursos públicos (isenções fiscais, financiamentos diretos, redução de encargos trabalhistas, compra de vagas). (MANCEBO, 2014, p.15).

Com essa investigação, a autora aponta para um risco de massificação que a expansão do ensino superior comporta, ao reduzir as instituições, em muitas circunstâncias, às necessidades estritas do mercado.

O artigo “**A expansão e a internacionalização da educação superior**”, de Olgaíses Maués, analisou a expansão da educação superior, a partir do processo de internacionalização que, de acordo com a autora, “vem ocorrendo com os incentivos do governo federal e que se traduzem por meio de programas oficiais e de ações desenvolvidas pela iniciativa privada, tais como a formação de oligopólios de instituições de ensino” (MAUÉS, 2015). Tal trabalho é resultado de uma pesquisa documental que teve como foco de investigação as principais ações em curso sob a rubrica de internacionalização. O resultado a que se chegou com essa investigação, indica que o processo de internacionalização<sup>2</sup> vem intensificando a preponderância do setor privado no ensino superior, contribuindo no aumento do número de matrículas na categoria administrativa privada e na organização acadêmica das faculdades. Ainda sobre esse fato, autora explica que:

A internacionalização da educação é uma decorrência “natural” do processo de mundialização, na lógica capitalista, que leva conseqüentemente a uma internacionalização financeira. A educação, no momento que passa a ser vista como uma *commoditie* entra no rol das mercadorias que devem ser valorizadas para que possam ser exportadas e que possam render maiores dividendos nas bolsas de valores. Mas a internacionalização referente à educação também atinge outras facetas que têm levado cada vez mais a uma preocupação dos “homens de negócio” com os resultados apresentados nas planilhas que traduzem não só os custos, mas também os lucros advindos dessa forma de “comercio” (MAUÉS, 2015, p.3).

O número de pessoas que buscam adentrar no ensino superior vem aumentando consideravelmente, mesmo com as oscilações identificadas no período entre 2014 e 2015. Tal fato interessa consideravelmente a um número maior de empresários, que aproveita esse fenômeno do crescimento para diversificar os negócios, ampliando assim as fronteiras para o aumento dos lucros, tendo em vista que esse crescimento está se dando pela via privada, como mostram as produções nos dados anteriores sobre os egressos na IES do País.

O fenômeno da expansão da Educação Superior Brasileira tem sido tema debatido com relevância nas produções acadêmicas por todo o País. Nas produções publicadas no site da ANPED não é diferente, pois a temática é considerada por vários pesquisadores como um processo complexo, em que, a democratização do acesso, as políticas de expansão e a



permanência do alunado no ensino superior, se desenvolvem como novas categorias de análises, e assim amplia o debate sobre o tema em questão.

No contexto da expansão, há um dinamismo nas mudanças que ocorrem com na educação superior brasileira, sobre tudo, no que diz respeito aos sujeitos que adentram a esse nível de ensino. Tais mudanças são explicadas quando compreendidas as suas transformações, em um contexto maior, que envolvem os aspectos políticos, sociais e econômicos do País.

#### **4.2. A permanência e a categoria gênero como variável de análise para a permanência**

O levantamento de teses e dissertações no Banco de Dados da Capes possibilitou identificar a existência de trabalhos que fazem intersecção entre a educação superior e as questões de gênero. No período de 2001 a 2016, encontrou-se apenas 43 pesquisas, sendo 14 teses e 29 dissertações. Conforme ilustrado na tabela a seguir:

**Tabela 09 - Distribuição de teses e dissertações na temática gênero e educação superior**

GÊNERO E EDUCAÇÃO SUPERIOR (2001 – 2016)					
Ano	Teses	Dissertações	AE*	OA*	Total
2001	1		1		1
2002		1			1
2003					
2004		1		1	1
2005		1	1		1
2006		2	2		2
2007		2	2		2
2008		1	1		1
2009	1	1	1	1	2
2010		1	1		1
2011	1			1	1
2012		2	2		2
2013	2	3	4	1	5
2014	2	8	8	2	10
2015	2	2	2	2	4
2016	5	4	6	3	9
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>29</b>			<b>43</b>

AE\*: Produções na Área da educação  
OA\*: Produções em outras áreas

**Fonte:** Tabela criada a partir do levantamento das teses e dissertações da Capes. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/>> Acesso em: 29 de jun. 2017.

Destaca-se que, a partir do ano de 2012, o número de teses e dissertações, na temática de gênero e educação superior, cresce gradativamente; supõe-se que esse fenômeno ocorre devido ao destaque que a educação superior vem ganhando nos últimos anos, principalmente após a implementação das políticas de inclusão, enquanto Lei Federal, o que acaba por abrir leque para as discussões de gênero, uma vez que, nenhuma das políticas governamentais contemplam essa questão.

Ainda, observa-se que as produções realizadas na temática discutida ocorrem em maior proporção na área da educação, como já previsto. Os 43 trabalhos foram analisados, porém, apenas os que tratam da temática da permanência numa perspectiva de gênero foram escolhidos para uma análise descritiva dos resumos, tendo em vista, que o grupo de pesquisa está se debruçando na permanência universitária nos diversos contextos.

Com a delimitação da permanência, foram encontrados apenas 12 trabalhos entre teses e dissertações, sendo 3 teses e 9 dissertações no período de 2007 a 2016. A seleção dos trabalhos apresentados na tabela 02, foram feitos, a partir do entendimento construído coletivamente pelo grupo de pesquisa, sobre o conceito da permanência, e como se configura no contexto universitário, salienta-se isso, porque dos 12 trabalhos selecionados, apenas 1 trabalha com o termo *permanência* no título.

Conforme ilustrado nas tabelas, identifica-se a existência de poucos trabalhos que fazem intersecção entre a educação superior e as questões de gênero. Dessa forma, este levantamento se configura pertinente, por desvelar a inexistência de um discurso sobre a permanência, enquanto uma categoria de análise da educação superior, em que, ocasiona na falta de trabalhos que discutem essa temática. Essa dificuldade é ainda mais enfática quando se tenta relacionar a permanência com outras problemáticas, pois grande parte dos trabalhos que discutem a permanência na universidade se embasam na tríade “acesso-permanência-evasão”.

Pensando a permanência enquanto *trajetória* escolar acadêmica, sob um recorte de gênero, optou-se pela análise dos trabalhos de Bonfim (2007), Piacitelli (2008), Julio (2011), Santos (2013), Pereira (2013), Sousa (2013), Mello (2013), Willeman (2013), Moraes (2016), Dentz (2016), Lima (2016) e Henriques (2016). Destacar que dos doze trabalhos supracitados, encontrou-se onze, apenas a dissertação de Bonfim (2007) não foi localizada. Conforme ilustrado no quadro a seguir.

**Quadro 03 - Teses e dissertações analisadas: permanência sob um recorte de Gênero - (2007 - 2016)**

TÍTULO	AUTOR (A) / ANO
“Hierarquias Raciais e de Gênero e Medidas de Reparação: sobre a participação das mulheres negras em cursos superiores no marco das ações afirmativas”	(BONFIM, Vânia Maria da Silva; 2007).
“A mulher na Educação Superior: tendências e trajetórias”	(PIACITELLI, Lucia; 2008).
“Negros e Negras no Ensino Superior Privado: um estudo sobre Raça e Gênero”	(JULIO, Ana Luiza dos Santos; 2011).
“A Mulher Negra no Ensino Superior: Trajetórias e Desafios”	(SANTOS, Carlinda Moreira dos; 2013).
“Homens no curso de Pedagogia: as razões do improvável”	(PEREIRA Flavia Goulart; 2013).
“Estratégias de escolarização de homossexuais com sucesso acadêmico”	(SOUZA, Janice Aparecida de; 2013).
“Gênero e Universidade: a presença da mulher aluna nos Cursos do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET) da Universidade Federal do Maranhão”	(MELLO, Maria Celia Macedo Araújo; 2013).
“Condições de acesso e permanência das mulheres da Periferia ao ensino superior: o caso de Duque de Caxias – RJ”	(WILLEMANN, Estela Martini; 2013).
“Relações de gênero e a formação de engenheiras e engenheiros”	(MORAES, Adriana Zomer de; 2016).
“Vozes das mulheres cotistas da Universidade Federal de Santa Catarina (2010-2014)”	(DENTZ, Schirlei Russi Von; 2016).
“Gênero no percurso de vida de estudantes do curso de Pedagogia da UFC”	(LIMA, Francisca Joselia Inocencio de; 2016).
“Tensões, estratégias e rearranjos: a luta das alunas mães trabalhadoras pelo direito à educação superior”	(HENRIQUES, Cibele da Silva; 2016).

**Fonte:** Quadro criado a partir do levantamento das teses e dissertações da Capes. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/>> Acesso em: 29 de jun. 2017.

Na dissertação intitulada “**A mulher na Educação Superior: tendências e trajetórias**”, Piacitelli (2008) realiza um estudo sobre a trajetória da mulher até a chegada à universidade. Tal estudo teve como objetivo, a compreensão das desigualdades produzidas na sociedade, para o entendimento da escolarização e inserção das mulheres aos cursos superiores. Dessa forma, levanta-se uma problemática interessante, no sentido de saber como a trama da articulação da desigualdade de gênero se produz e se reproduz na sociedade?

Para responder a problemática levantada em sua dissertação, Piacitelli (2008) utiliza-se de dados quantitativos, que segundo ela, comprovam uma tendência mundial da inserção da mulher nas universidades.

Além da apresentação de estatísticas, relativas ao crescimento da matrícula feminina na educação superior, foram feitas várias entrevistas com o propósito de compreender melhor a condição social dessas mulheres na busca pela escolaridade. Com base nos depoimentos de oito entrevistadas, que cursavam ou tinham concluído a educação superior, foi possível constatar além de expectativas e sonhos, problemas na ordem de recursos financeiros, desigualdades e preconceitos nesse acesso a universidade (PIACITELLI, 2008, p. 8).

Nesse sentido, o estudo analisou a trajetória das mulheres e as clássicas divisões entre o que se convencionou-se chamar de áreas mais “femininas”, concentradas nas ciências humanas e em vários cursos da área da saúde, e aquelas ditas “masculinas”, mais presentes nas ciências exatas e nas carreiras tecnológicas (PIACITELLI, 2008). Com efeito, a autora observou algumas mudanças significativas através da graduação, como por exemplo: ascensão na carreira e uma relativa independência social e econômica.

Ana Julio (2011), em sua tese intitulada “**Negros e Negras no Ensino Superior Privado: um estudo sobre Raça e Gênero**”, analisa a trajetória acadêmica de negros e negras bolsistas em uma instituição de ensino superior privada (IES), localizada em Porto Alegre. De acordo com a autora, a partir de uma ação afirmativa, são disponibilizadas bolsas de estudo que garantem, administrativamente a permanência na instituição desses bolsistas na instituição privada (JULIO, Ana; 2011). Nessa perspectiva, procurou-se entender o que foi o programa, e qual a repercussão deste no que se refere ao efeito da busca de equidade racial através de um programa de inclusão social pela educação superior.

As questões de gênero e de raça têm se caracterizado como dois grandes instrumentos contra-hegemônicos. Possivelmente em função disto, contam com forte oposição e tendências a não serem muito consideradas, não recebendo, ainda, a devida importância que lhes cabem (JULIO; 2011, p. 149-150).

Na dissertação intitulada “**A Mulher Negra no Ensino Superior: Trajetórias e Desafios**”, Santos (2013) apresenta uma problemática sobre a política de cotas raciais para as mulheres negras que conseguiram ingressar em cursos de elevado prestígio social na Universidade Federal da Bahia. Nesse sentido, levantou-se a seguinte questão: o que a política de cotas representou para essas mulheres? Dessa forma, buscou-se como objetivo, compreender as barreiras que se colocam na caminhada de uma mulher negra, apontando os elementos que atuaram para impulsionar sua trajetória.

Para atender o objetivo e responder a problemática, Santos (2013) tomou como base dados secundários disponibilizados pelo Centro de Processamento de Dados – CPD/UFBA, e entrevistas semiestruturadas. Assim, os resultados evidenciaram que,

[...] os cursos de alto prestígio da Instituição, em que pese o aumento da participação de mulheres negras, permanecem representados predominantemente por estudantes brancos/as. A desigualdade também se verifica através de elementos que interferem no desempenho acadêmico anterior ao processo seletivo vestibular, que apontam as mulheres negras sobreviventes de um processo de superseleção em função de seu pertencimento racial e de sua condição de mulher, quanto mais se aproximam daqueles cursos de perfil masculino (SANTOS, 2013; p. 9).

Contudo, Santos (2013) conclui que a maioria das estudantes negras, ao se posicionarem a favor da política de cotas entendem que há uma necessidade de ampliação dessa política no sentido de qualificá-la, sobretudo no que tange à permanência dessas estudantes dentro da Universidade.

A dissertação “**Homens no curso de Pedagogia: as razões do improvável**”, de Flavia Goulart Pereira (2013) realizou uma investigação sobre o papel do gênero na escolha do curso superior e da profissão docente. Conforme justificado pela autora,

Como apontam, entre outros, Alves e Soares (2001) e Vianna (2001), o gênero envolve expectativas socialmente definidas. Estes modelos ideais de gênero construídos pela sociedade parecem influenciar os sujeitos no momento de sua escolha profissional. Vários estudos sobre o tema demonstram, por exemplo, que os cursos da área de humanas são escolhidos de forma mais frequente por mulheres e que os cursos mais voltados para a área tecnológica são comumente escolhidos pelos homens (PEREIRA, 2013; p. 4).

Nesse sentido, buscou-se dentre a problemática do referido estudo, entender em que medida as expectativas relacionadas ao gênero são determinantes no momento das escolhas de cursos e carreiras profissionais? Para tanto, Pereira (2013) aplicou questionários, realizou entrevistas em profundidade, e criou um grupo focal com os estudantes do sexo masculino matriculados no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Dessa forma, “foi analisada toda a trajetória social dos sujeitos, suas expectativas em relação ao curso, seu perfil social e cultural e todo o seu percurso escolar até a tomada final da decisão pela Pedagogia” (PEREIRA, 2013; p. 5). Com esse estudo, a autora conclui, entre outros aspectos, que a vivência de um contato prévio com a área da Educação foi fator fundamental para a escolha da maioria dos homens pelo curso de Pedagogia.

Na pesquisa intitulada **“Estratégias de escolarização de homossexuais com sucesso acadêmico”**, Souza (2013), realiza uma investigação acerca do impacto da orientação sexual sobre o desempenho e a permanência de estudantes gays e lésbicas nos espaços escolares. Nessa perspectiva, a autora identifica e analisa as estratégias adotadas por esses estudantes para o ingresso e a permanência nos prestigiados cursos de Direito e Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Partindo de uma abordagem metodológica qualitativa, a referida pesquisa foi composta por duas fontes de coleta de dados: “a primeira etapa, aplicação de cem questionários exploratórios em uma Confraria de homossexuais. A segunda, entrevistas semiestruturadas com duas lésbicas e dois gays estudantes da UFMG” (SOUZA, 2013; p. 56).

De modo geral, boa parte dos ambientes educacionais ainda não estão preparados para lidar com as diferentes formas e expressões que a sexualidade assume. Muitas vezes, o preconceito e a discriminação são reproduzidos nesse ambiente de maneira silenciosa e até mesmo explicitamente, fazendo com que a trajetória e permanência de pessoas LGBT se torne um verdadeiro ato de resistência. Ao se referir à trajetória escolar desses sujeitos, Souza (2013) explica que,

A escola, como qualquer outra organização, também pode promover violências, ou se omitir diante delas, comprometendo a trajetória escolar e profissional, colocando em risco, por vezes e até para sempre, a vida daquelas cujas orientações sexuais fogem à norma. A escola muitas vezes se silencia frente às várias práticas de bullyinghomofóbico, as quais podem causar danos físicos, morais e psicológicos (SOUZA, 2013, p. 40).

Souza frisa ainda que, “comumente os temas relacionados ao sexo e à sexualidade são circunscritos à disciplina de Biologia” (2013, p. 38), o que revela uma precariedade na educação quando abordada a temática na perspectiva da transversalidade. Contudo, conclui-se que os estudantes foram academicamente bem-sucedidos devido à omissão da sua orientação sexual no ambiente acadêmico. Dessa forma, “permanecendo no armário, alunos gays e alunas lésbicas acreditam estar mais protegidos/as das práticas de assédio moral, preconceito e bullying, sendo poupados/as de maiores percalços durante a trajetória escolar” (SOUZA, 2013, p. 94), o que revela um quadro de exclusão implícita contra essa população.

Mello (2013), em sua pesquisa intitulada **“Gênero e Universidade: a presença da mulher aluna nos Cursos do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET) da Universidade Federal do Maranhão”** propôs investigar como tem se configurado as questões de gênero no âmbito dos cursos das ciências exatas na universidade do Maranhão.

Para isso, a autora analisou a distribuição de sexo nessa área, no período de 2001 a 2010, com o objetivo de identificar quais cursos tem maior e menor incidência feminina. O estudo investigou os motivos da escolha dos cursos pelas alunas; as formas relacionais que são construídas entre homens e mulheres estudantes, além de outras questões emergentes no âmbito desses cursos e nos espaços da Universidade (MELLO, 2013).

A perspectiva metodológica adotada no trabalho foi de cunho qualitativo, sendo coletado uma amostra de 121 questionários respondidos pelos alunos, dentre os quais 59 eram do sexo masculino e 53 do sexo feminino, desse universo, 9 mulheres foram selecionadas para a realização de entrevistas semiestruturadas, sendo 4 estudantes dos cursos de dos cursos de Computação, Engenharia Elétrica, Design e Química, 4 professoras que exercem cargos no Centro de Ciências exatas e Tecnológicas- CCET e uma professora aposentada, que já exerceu o cargo de Diretora do CCET da respectiva universidade.

Concluiu-se, ao final do estudo que, apesar do acesso de mulheres à universidade sobressair o de homens, a presença feminina ainda é pouco significativa nos cursos das ciências exatas e tecnológicas, devido a divisão sexual das carreiras profissionais. Mello (2013; p. 93) acrescenta dizendo que:

[...] apesar de todo marco legal dos direitos iguais, ainda persistem preconceitos e discriminação quanto à presença da mulher em áreas ou cursos considerados redutos masculinos, como nos relatos de alguns seguimentos do CCET que nos permitiram ainda visualizar preconceitos, discriminações, mesmo que velados, quanto à presença da mulher aluna nos curso da área tecnológica.

Na tese de Willeman (2013), intitulada “**Condições de acesso e permanência das mulheres da Periferia ao ensino superior: o caso de Duque de Caxias – RJ**”, a autora buscou problematizar os fatores que influenciam e determinam o acesso e a permanência de mulheres da periferia de Duque de Caxias na educação superior. A partir da compreensão do estudo por meio do método dialético, Willeman (2013; p. 6), objetivou:

[...] identificar a percepção destas mulheres sobre a existência de políticas sociais em Duque de Caxias relacionadas à educação e às relações de gênero e políticas sociais públicas voltadas para as mulheres bem como a existência de organizações sociais de outra natureza e redes de mobilizações com os mesmos objetivos; descrever o perfil sócio econômico de mulheres em cursos de nível superior em Duque de Caxias; analisar a trajetória de mulheres de Duque de Caxias cursando o ensino superior, as dificuldades que enfrentam, assim como o que facilita e/ou mobiliza sua permanência nos cursos escolhidos; compreender o papel e o sentido da educação para mulheres de

Duque de Caxias e como as instituições formais influenciam nesta construção nos dias atuais (Estado, família, escola, religião).

A pesquisa foi identificada como sendo de caráter qualitativo e quantitativo, no qual por meio da técnica de análise com base na triangulação trabalha os dados obtidos na pesquisa de campo juntamente com os dados documentais e bibliográficos. A autora aplicou questionários e realizou entrevistas semiestruturadas com mulheres matriculadas em uma IES de Duque de Caxias.

Após análise, Willeman (2013) constatou que as mulheres estudantes da periferia de Duque de Caxias, durante a permanência na universidade, sofrem processos de “alienação de alienação que redundam no enfrentamento contínuo de vivências complexas” (p. 6). Entretanto, os processos vivenciados não se restringem apenas ao contexto dessas mulheres, mas são reflexos das problemáticas que dimensionam as representações do contexto na qual estão inseridas, sendo mulheres da periferia, problemáticas que desponta uma questão política e social que são produzidas a nível local, como também nacional.

No estudo “**Relações de gênero e a formação de engenheiras e engenheiros**”, de autoria de Moraes (2016), é proposta uma análise sobre a questão de gênero no âmbito dos cursos de engenharia, em busca de compreender como a concepção de gênero aparece nesses espaços e até que ponto a universidade tem sido palco de rupturas e permanências, no que diz respeito a divisão sexual das carreiras profissionais.

O estudo trabalha uma abordagem quali-quantitativa. Os instrumentos de coleta de análise foram: 181 questionários respondidos pelos estudantes da engenharia e 16 entrevistas semiestruturadas, sendo 8 homens e 8 mulheres. As entrevistas tiveram o objetivo de investigar e compreender os aspectos subjetivos que envolvem o empoderamento, a dimensão simbólica que diferencia o masculino do feminino e o sexismo.

Ao final do trabalho, Moraes (2016) conclui que as mulheres estão tendo maior acesso aos cursos das engenharias, gerando uma ruptura no campo dessas profissões que são reconhecidas por sua dominação masculina. Entretanto, há permanências que sobressaem principalmente no que diz respeito as relações de poder que são reproduzidas no interior desses cursos, sobre as permanências a autora acrescenta:

A formação nas engenharias se apresenta permeada por valores e preceitos que reafirmam as desigualdades nas relações de gênero, sendo que o espaço acadêmico tende a perpetuar muitas formas as desigualdades de gênero, o que fortalece a divisão sexual do trabalho que se objetivam nas divisões (guetos) dentro da própria área diferenciando atividades mais ou menos femininas ou masculinas. Porém, temos a clareza de que a educação pode ser uma mola



propulsora de transformações sociais, oportunizando que mulheres se insiram no mercado de trabalho e, ao estarem em ambientes ditos masculinos, redimensionem este espaço e a compreensão do mesmo. (MORAES, 2016; p. 85).

A dissertação de Dentz (2016) teve como foco investigativo a trajetória acadêmica de 12 mulheres negras e cotistas, matriculadas na Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa intitulada **“Vozes das mulheres cotistas da Universidade Federal de Santa Catarina (2010-2014)”** buscou compreender, através de alguns conceitos de Pierre Bourdieu, como essas mulheres se enxergam dentro do centro universitário, considerando o campo de prestígio e exclusão social que percorre a história do ensino superior. Dentz (2016) trabalha ainda com o conceito de interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw, no qual categorias como raça, gênero e classe são analisadas conjuntamente e não de maneira isolada. Ao final do trabalho, a autora conclui:

[...] que o campo universitário tem funcionado tanto como gerador de novos conhecimentos, de novas culturas, sendo um campo que prepara jovens para inúmeras profissões, que forma novos pesquisadores, como também, tem amparado as condições para que atos de discriminação e racismo, funcionem no interior das relações estudantis (LIMA, 2016; p. 177).

Dentz (2016) ainda pontua sobre a importância da realização de estudos sobre as mulheres negras no ensino superior, dando ênfase a importância de compreender os diversos contextos em que se situam, pois apesar dos desafios, tais mulheres tem resistido as adversidades, conseguindo permanecer na universidade com bons desempenhos acadêmicos.

A tese de Lima (2016) intitulada **“Gênero no percurso de vida de estudantes do curso de Pedagogia da UFC”** buscou problematizar até que ponto as desigualdades de gênero impactam a vida do estudante matriculado na Pedagogia. A pesquisa trabalhou o conceito de interseccionalidade investigando para além das questões de gênero, questões de raça e classe. O estudo foi denominado pela autora como sendo qualitativo e quantitativo e contou como instrumentos de coleta de dados, a aplicação de questionários e a realização de entrevistas semiestruturadas com grupo focais. O questionário teve caráter exploratório e visou construir o perfil social dos estudantes, enquanto que as entrevistas semiestruturadas buscou compreender aspectos subjetivos que envolvem as questões ligadas a gênero, classe e raça, e seus impactos na trajetória acadêmica. Ao final do estudo, Lima (2016) constatou um perfil comum entre os estudantes de Pedagogia, sendo estes em sua maioria, estudantes pardos e de baixo poder aquisitivo, além disso, observou que o sexo masculino vem ganhando espaço

nesse curso, área que é reconhecida pela presença majoritariamente feminina. Concluiu que questões de gênero e classe afetam a permanência dos estudantes de diversas formas, sendo apresentado nas narrativas dos estudantes, desafios multifacetados.

Por fim, o estudo de Henriquez (2016) investigou a luta das mulheres trabalhadoras e mães para a conclusão do ensino superior. A pesquisa intitulada “**Tensões, estratégias e rearranjos: a luta das alunas mães trabalhadoras pelo direito à educação superior**” analisou as fichas cadastrais de alunas dos cursos de Pedagogia e Serviço Social, nos anos de 2010, 2012 e 2013 com intuito de perceber como tem sido a luta das mulheres mães e trabalhadoras ao ensino superior.

Em síntese, os trabalhos apresentam inferências importantes nas discursões explanadas pelos(as) autores(as), como por exemplo: a identificação de uma presença maior de mulheres em busca da oportunidade de inserção ao ensino superior; a importância da realização de pesquisas sobre as mulheres negras na universidade; a persistência de um quadro de exclusão implícita contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, e Transexuais no ensino superior, em que, ameaça a permanência destes na universidade; o aumento do acesso de mulheres aos cursos das engenharias, gerando uma ruptura no campo dessas profissões que são reconhecidas pela predominância masculina; e a luta das mulheres trabalhadoras e mães para a conclusão do ensino superior; dentre outras inferências.

Não obstante, as discussões presentes nos trabalhos analisados destacaram-se algumas inferências importantes nas discussões desenvolvidas pelos(as) autores(as), tais como: a identificação de uma presença maior de mulheres em busca da oportunidade de inserção ao ensino superior, em relação ao número de homens; a importância da realização de estudos sobre as mulheres negras no ensino superior; um quadro de exclusão implícita contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, e Transexuais no ensino superior, pondo em risco a permanência destes na universidade; o maior acesso de mulheres aos cursos das engenharias, gerando uma ruptura no campo dessas profissões que são reconhecidas por sua dominação masculina; e a luta das mulheres trabalhadoras e mães para a conclusão do ensino superior; dentre outras inferências. Nesse sentido, observou-se a existência de questões de gênero relevantes nos trabalhos analisados.

Contudo, os estudos acerca da categoria permanência numa perspectiva de gênero demandam uma necessidade de novas investigações, em que, possam ampliar o arcabouço teórico e enriquecer os elementos sobre as dimensões que a compõem, sobre tudo, no âmbito da educação superior.

## **5. A Universidade Federal da Paraíba como um estudo de caso: estrutura e políticas para a Permanência**

Nas universidades públicas, a infraestrutura merece destaque, devido a situação de precariedade que muitas enfrentam cotidianamente, sobre tudo, no tocante às suas condições físicas, em que, muitas vezes comprometem o funcionamento e o bom andamento das atividades acadêmicas (ALVES, PEREIRA e MARQUES, 2010).

De acordo com o programa de expansão do sistema federal de educação superior, nos últimos anos, de modo geral, a expansão desse nível de ensino trouxe resultados positivos, em que, representaram possibilidades de acesso às universidades a uma parcela maior da população em várias regiões do país (MICHELOTTO, 2006). Todavia, tal crescimento ocorreu de forma desordenada, interferindo diretamente na qualidade do ensino.

Contudo, outro fator a ser apontado, de acordo com pesquisadores no assunto, “é que muitas instituições se dedicaram somente ao ensino, e não à pesquisa e extensão, o que é fundamental, e muito menos ao oferecimento de uma infraestrutura adequada” (ALVES, PEREIRA e MARQUES, 2010; p. 92). Nesse sentido, grande parte dos problemas que envolvem as instituições de ensino superior, estão atrelados à falta de recursos.

Por exemplo, os países em desenvolvimento gastam muito menos que os países desenvolvidos por aluno. A maioria das universidades públicas são altamente dependentes dos governos centrais para sua situação financeira. Os recursos relacionados a investimentos são, muitas vezes, insignificantes ou inexistentes, e as tentativas de aumentar isso recaem apenas como políticas de governo, e não como políticas de Estado. Os orçamentos são aprovados, normalmente, pelos governos (entende-se poder executivo e legislativo), que podem ter pouco conhecimento do ensino superior em geral, dos objetivos e capacidades de uma universidade específica ou do contexto local em que opera (ALVES, PEREIRA e MARQUES, 2010; p. 92).

Ao adentrarmos no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, no tocante à sua infraestrutura física, destaca-se um aumento significativo acerca do número de espaços físicos que a compõe. De acordo com as informações obtidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), referente ao período 2009 a 2012, a infraestrutura dos centros da UFPB contava com 460 salas de aula, das quais, 343 estão no Campus I, 53 no Campus II, 34 no Campus III e 30 no Campus IV.

Com efeito, a meta estimada estipulada pelo PDI da referida Instituição seria a de construir mais 223 salas até 2012. Essa meta foi atingida no ano previsto, pois já somavam 542 salas de aula, nesse mesmo ano, a quantidade de salas chegou a 725. No tocante às salas

de docentes, havia 580 salas nos Campi da UFPB até 2012, ainda no mesmo ano a quantidade aumentou para 725, e atualmente já constam 832 salas de docentes. Além disso, foram construídas mais 22 salas de coordenações e 19 salas de departamentos para os novos cursos em 2012, que se somaram as 117 e, 82 salas de coordenações e departamentos, respectivamente, já existentes. O PDI dos períodos 2009 a 2012, previa a quantidade de 24 bibliotecas setoriais, no entanto, de acordo com o Relatório de Gestão de 2015, constam atualmente apenas 18 bibliotecas.

**Quadro 04 - Infraestrutura Física das Unidades Acadêmicas – UFPB (2011 – 2015)**

Ações	Quantidade/Ano				
	2011	2012	2013	2014	2015
Área de Lazer	32	55	-	-	-
Auditório	33	44	-	-	-
Banheiros	343	343	-	-	-
Biblioteca	18	18	-	-	-
Laboratórios	122	497	513	-	-
Salas de Aula	460	460	542	-	-
Salas de Coordenação	117	139	242	-	-
Salas de Departamento	82	101	242	-	-
Salas de Docente	580	725	832	-	-

**Fonte:** Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – UFPB 2009 a 2012 e PDI 2014 a 2018. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sites/default/files/pdfs/Relatório%20de%20Gest%C3%A3o%20-%20UFPB%20-%202015.pdf>> Acesso em: 09 de jul. 2017.

A partir das informações descritas no Relatório de Gestão da UFPB ano 2015, as edificações mais antigas, demandam com certa frequência, manutenções corretivas, apesar do seu tempo de construção, atendem adequadamente aos objetivos e necessidades.

Ainda de acordo com o relatório, existe rede de internet em todas as edificações da UFPB. Atualmente, a Universidade federal da Paraíba, encontra-se em fase de seleção de fornecedor para aquisição de equipamentos que darão suporte a rede WI-FI em toda UFPB, mas em edificações existem WI-FI.

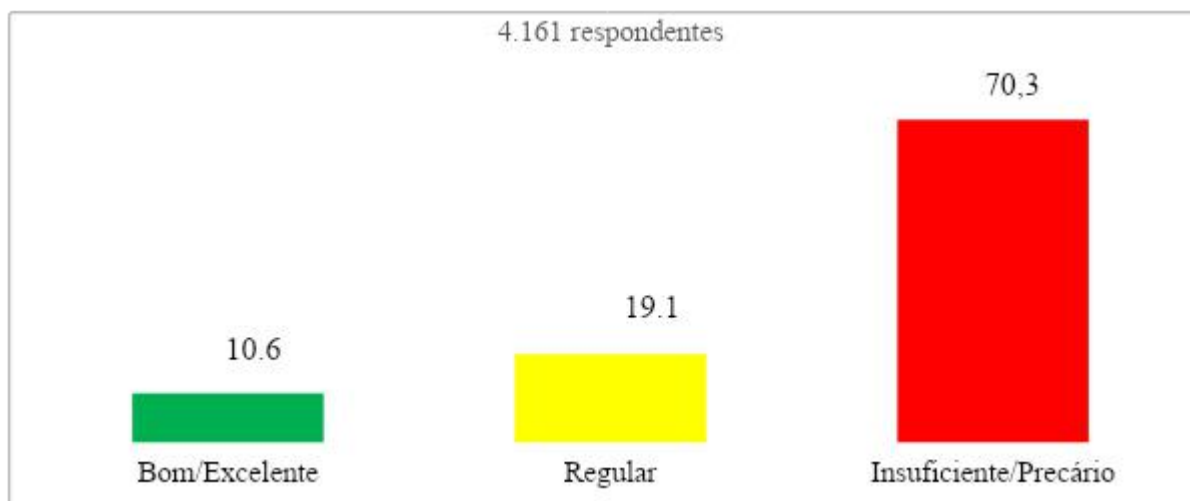
Com o aumento da demanda do corpo discente, foram projetadas e licitadas mais edificações para atender as novas necessidades. Em todas as edificações citadas, as instalações são adequadas e suficientes para o uso a que se propõem. Contudo, as edificações mais recentes atendem ao programa de necessidades para as quais foram projetadas e demandam de pouca manutenção, uma vez que, foram projetadas levando em consideração à eficiência energética.

Segundo consta no Relatório de Gestão UFPB 2014, a Comissão Própria De Avaliação (CPA) montou um plano de avaliação de 2013 a 2017, no qual contempla as 10 dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela LEI nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Um dos itens avaliados foi a infraestrutura física da Universidade, este, que apresenta neste relatório, o resultado da avaliação realizada em 2013, uma vez que as informações relativas ao ano de 2014 estavam em fase final de consolidação.

A avaliação institucional interna (auto avaliação) está inserida no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que, instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 tem, entre suas finalidades, a melhoria da qualidade da educação superior e a expansão da sua oferta (Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065) (apud CPA, 2016; p. 80).

No ano de 2013, a CPA realizou na UFPB uma pesquisa de auto avaliação da infraestrutura. A pesquisa alcançou o número de 4.161 de pessoas. Desse total, 2,373 foram alunos (56%), 959(23%) professores, 765(18,4%) técnicos e 77(1,8%) dirigentes, responderam a mencionada pesquisa.

**Gráfico 10 - Acessibilidade às instalações sanitárias - UFPB - (2013)**

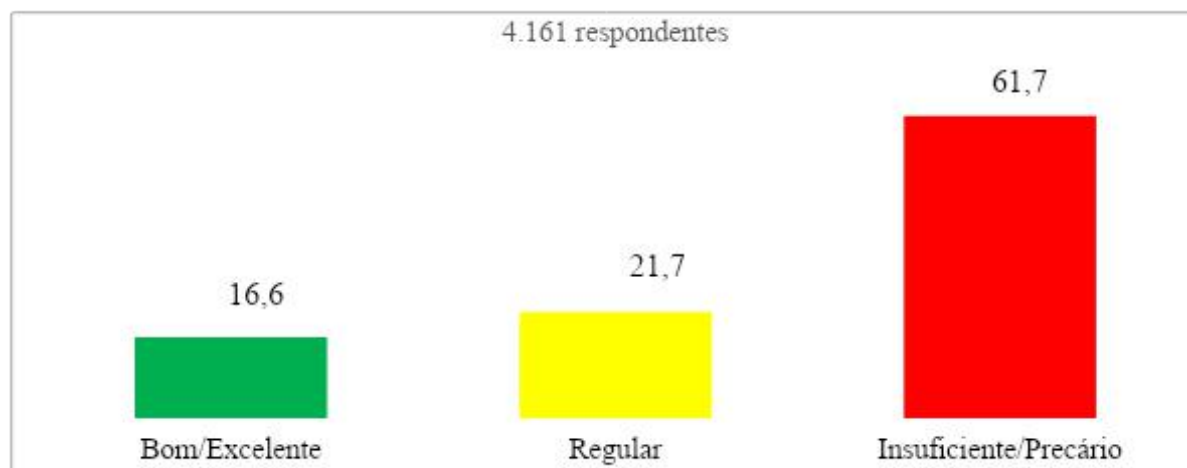


**Fonte:** Frint do Relatório de Comissão Executiva de Avaliação Institucional – Comissão Própria de Avaliação - CPA. Disponível em: <<http://security.ufpb.br/proplan/contents/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2014>> Acesso em: 09 de jul. 2017.

Conforme ilustrado no gráfico acima, 70,3% dos respondentes avaliaram as instalações sanitárias da UFPB como sendo insuficiente/precário, revelando uma avaliação negativa no quesito acessibilidade à esses espaços. Dessa forma, verificou-se um desacordo da

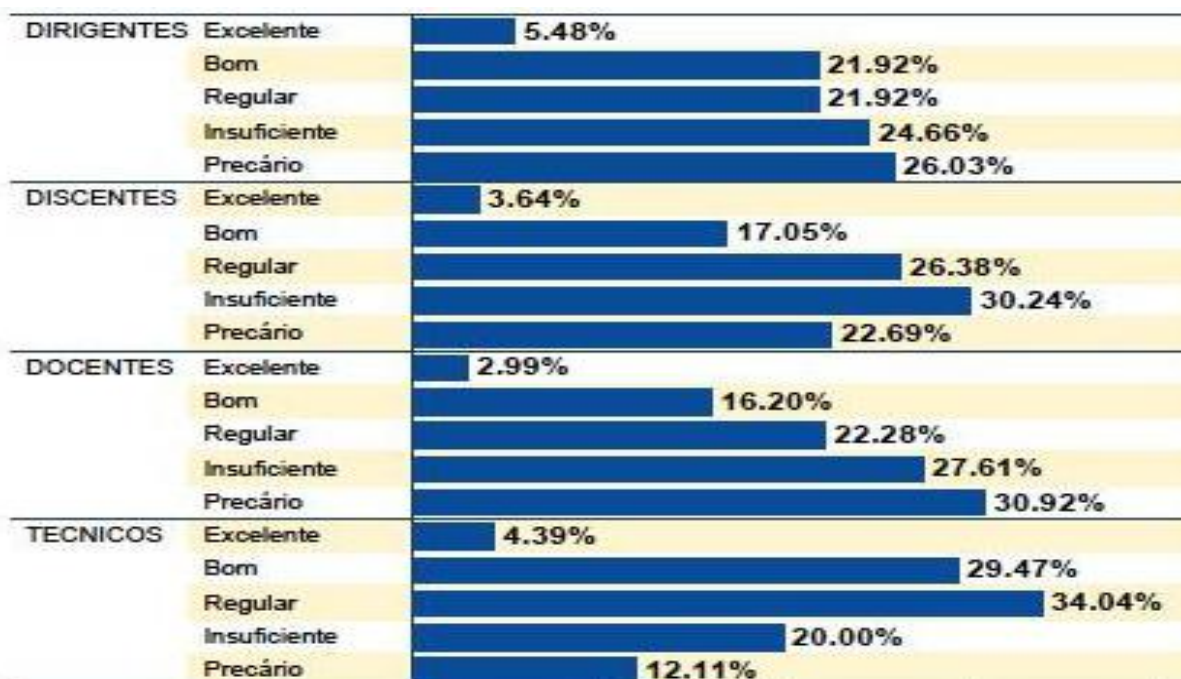
infraestrutura com o disposto na legislação vigente na maioria das questões relativas ao indicador acessibilidade, que é insuficiente.

**Gráfico 11 - Instalações sanitárias - Condições de Higiene - UFPB - (2013)**



**Fonte:** Frint do Relatório de Comissão Executiva de Avaliação Institucional – Comissão Própria de Avaliação - CPA. Disponível em: <<http://security.ufpb.br/proplan/contents/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2014>> Acesso em: 09 de jul. 2017.

Em relação à situação higiênica dos sanitários na UFPB, foi considerada pelos respondentes como insuficientes e precárias por 61,7%, dos usuários. Essa avaliação negativa se deve ao fato da precariedade percebida pela falta de disponibilidade de material de higiene pessoal (CPA, 2013).

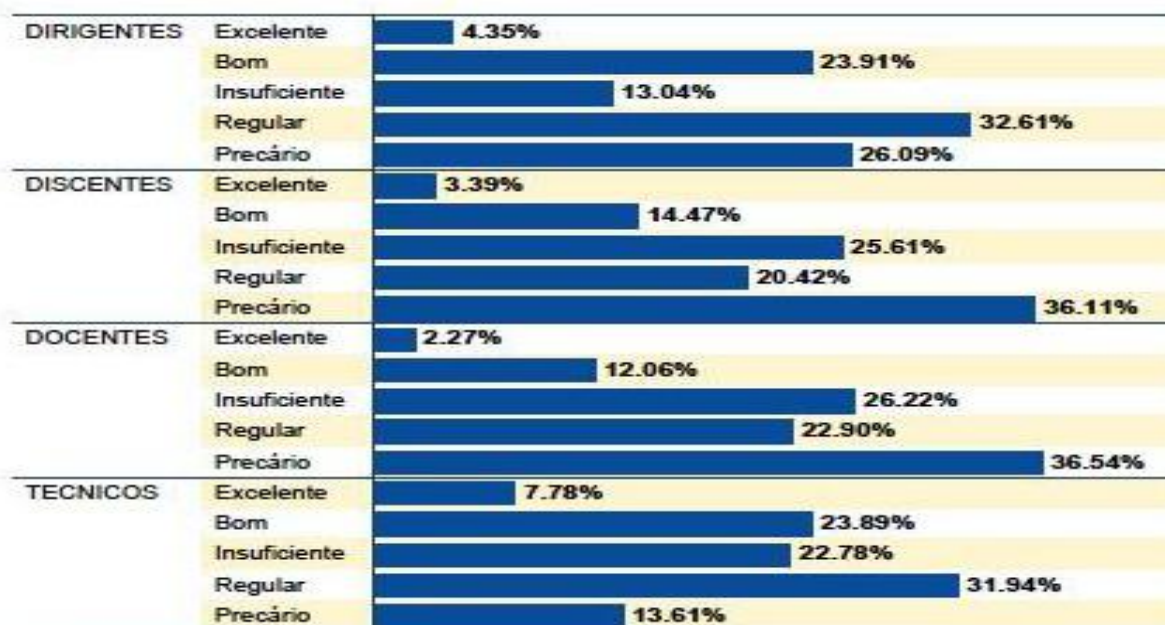


**Figura 01 - Laboratórios - Disponibilidade de Equipamentos - UFPB - (2013)**

**Fonte:** Frint do Relatório de Comissão Executiva de Avaliação Institucional – Comissão Própria de Avaliação - CPA. Disponível em: <<http://security.ufpb.br/proplan/contents/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2014>> Acesso em: 09 de jul. 2017.

No tocante à disponibilidade de equipamentos, destaca-se que dos 1.161 respondentes, dentre esses, 26,03% dos dirigentes, avaliaram como precário, 30,24% dos discentes, e 30,92% dos docentes também apontaram uma avaliação negativa acerca da disponibilidade de equipamento nos laboratórios da UFPB, apenas os técnicos apontaram como regular essa questão, 34,04% avaliações regulares do total. Todavia, vale salientar que em 2014, a UFPB contou com 513 Laboratórios, em que, têm como objetivo fornecer apoio acadêmico aos cursos de graduação e pós- graduação.

**Figura 02: Laboratórios – Acesso à Internet - UFPB - (2013)**



**Fonte:** Frint do Relatório de Comissão Executiva de Avaliação Institucional – Comissão Própria de Avaliação - CPA. Disponível em: <<http://security.ufpb.br/proplan/contents/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2014>> Acesso em: 09 de jul. 2017.

Em relação ao acesso à internet disponível nos laboratórios, os dados apontam que 32,61% dos dirigentes, e 31,94% dos técnicos avaliam como regular. Destaca-se que 36,11% dos discentes, e 36,54% dos docentes avaliam como precário o acesso à internet nos laboratórios da Instituição. Essa avaliação negativa foi também identificada no âmbito das salas de aula, em que, 45,09% dos estudantes apontam uma precariedade no serviço.

Avaliou-se também, as condições térmicas das salas de aula da UFPB, tendo como percentual 26,76,0% de dirigentes que avaliaram como insuficiente, 28,96% de discentes, 26,89 de docentes que avaliaram como precário as condições de climatização das salas de aula, conforme ilustrado na figura a seguir.



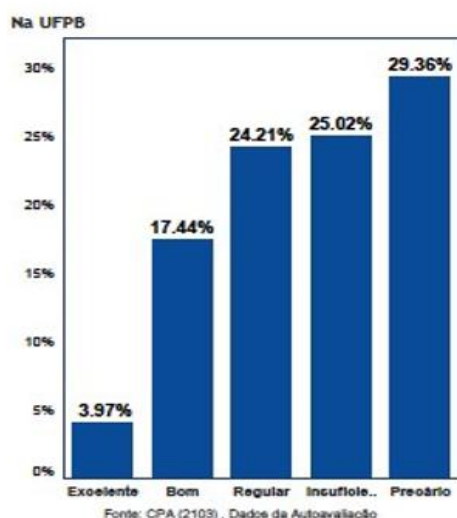
Figura 03 - Salas de aula - Condições Térmicas - UFPB - (2013)



**Fonte:** Frint do Relatório de Comissão Executiva de Avaliação Institucional – Comissão Própria de Avaliação - CPA. Disponível em: <<http://security.ufpb.br/proplan/contents/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2014>> Acesso em: 09 de jul. 2017.

No tocante às bibliotecas setoriais, o acesso à internet foi avaliado pela maioria dos respondentes da pesquisa como precário, 54,4%, do total. Todavia, 17,44% avaliaram como bom, e 3,97% como excelente o serviço, conforme mostra a figura abaixo.

Figura 04 - Bibliotecas Setoriais – Acesso à Internet - UFPB - (2013)



CENTRO	Excelente	Bom	Regular	Insuficiente	Precário
CCTA		7.45%	10.64%	24.47%	57.45%
CCSA	0.74%	7.35%	17.16%	28.43%	46.32%
CBIOTEC	5.00%	5.00%	25.00%	20.00%	45.00%
CEAR	3.33%	13.33%	23.33%	16.67%	43.33%
CCJ	2.81%	17.98%	19.66%	22.47%	37.08%
CCHLA	2.81%	9.27%	23.88%	28.37%	35.67%
CT	2.44%	14.18%	21.27%	27.14%	34.96%
CCA	4.74%	14.22%	19.43%	32.23%	29.38%
CCAE	2.50%	15.00%	24.17%	30.83%	27.50%
CCM	5.00%	25.00%	25.00%	18.33%	26.67%
CCHSA	3.81%	12.38%	30.48%	28.57%	24.76%
CTDR	9.26%	29.63%	18.52%	18.52%	24.07%
CE	4.06%	13.71%	24.37%	34.52%	23.35%
OUTRO SET.	4.23%	23.81%	24.87%	24.34%	22.75%
CCEN	8.11%	28.53%	31.83%	16.82%	14.71%
CCS	6.76%	29.84%	32.40%	17.72%	13.29%
CI	3.77%	26.42%	37.74%	18.87%	13.21%
Total geral	3.97%	17.44%	24.21%	25.02%	29.36%

**Fonte:** Frint do Relatório de Comissão Executiva de Avaliação Institucional – Comissão Própria de Avaliação - CPA. Disponível em: <<http://security.ufpb.br/proplan/contents/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2014>> Acesso em: 09 de jul. 2017.

Em sínteses, acerca da dimensão “Infraestrutura”, destacam-se como preocupantes os indicadores a seguir:

**Quadro 05 - Síntese de indicadores preocupantes acerca da infraestrutura Física da UFPB (2013)**

<b>Falta de acessibilidade</b>
Grave problema em toda a instituição. Ela afronta a legislação federal e implica em frequentes termos de ajuste da universidade, quando reportada nos relatórios das avaliações de curso. Além disso, os atos regulatórios desses cursos, emitidos pelo MEC/SERES ficam sobrestados até que haja a regulamentação desse Requisito Legal.
<b>Bibliotecas setoriais e a Biblioteca Central</b>
Carências sérias, destacando-se entre outras já descritas minuciosamente nos itens anteriores, a falta de instalações compatíveis com o seu uso, de acervo atualizado e compatível com as bibliografias básicas e complementares dos cursos, de número de volumes compatível com a demanda dos usuários e de instalação de rede de comunicação eficiente.
<b>Laboratórios</b>
Considerados regulares em quantidade e qualidade, esperam ação emergencial para que não comprometam a qualidade do ensino, os conceitos dos cursos nem a sua regulação;
<b>Requisitos de segurança</b>
Nas modalidades pessoal, patrimonial e contra incêndios, necessitam urgente ampliação da abrangência.
<b>Instalações de uso geral</b>
A ampliação e a modernização da rede de telefonia, dos pontos de internet e de wireless, em especial, são ações que necessitam de implementação inadiável.

**Fonte:** Informações retiradas integralmente do Relatório de Comissão Executiva de Avaliação Institucional - CPA.

Disponível em: <file:///C:/Users/Jailson/Downloads/Relatorio%20Autoavaliacao%20UFPB%20-%202013%20(1).pdf> Acesso em: 09 de jul. 2017.

O quadro indica a necessidade de reflexão acerca da qualidade da infraestrutura que a UFPB dispõe, em que, espera-se, entre outras decorrências, que a avaliação, alinhada à prática cotidiana como suporte aos processos decisórios, instrumento a implementação das soluções dos problemas e os reparos das deficiências identificadas. Contudo, tanto o levantamento acerca dos programas e ações quanto a situação da infraestrutura física da UFPB, permitem inferir que há uma necessidade de lançar um olhar para a preocupação da Universidade com a permanência do alunado na instituição, de modo que haja uma atenção para a diversidade de elementos que se encontram presentes no interior da mesma.

### **5.1. Os Programas Acadêmicos de Pesquisa na UFPB e a contribuição para a Permanência**

Entende-se que a expansão institucional, conjugada com uma política de inclusão, vem possibilitando o ingresso de sujeitos com diferentes perfis (JEZINE, CASTELO BRANCO e NAKAMURA, 2015). A partir dessas considerações é possível questionar como na UFPB vem se processando a expansão dos Programas Acadêmicos, em paralelo à expansão das matrículas em cursos presenciais.

Dentre os Programas Acadêmicos adotados pela UFPB voltados ao Ensino, Pesquisa e Extensão, buscar-se-á contemplar a expansão dos Programas acadêmicos que se relacionam à Pesquisa. A escolha se justifica por se entender que essa atividade acadêmica contribui para a interseção entre o Ensino e a Extensão, bem como envolve o estudante em ações de produção do conhecimento que podem potencializar a permanência, na perspectiva inclusiva (acesso, permanência e conclusão do curso). Desse modo, objetiva-se identificar o crescimento do número de bolsas e o número de estudantes envolvidos em relação à matrícula, no período de 2010 a 2014.

A pesquisa institucional na UFPB tem no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) a principal agência de fomento de cunho acadêmico relacionado à formação inicial de pesquisadores que buscam, pelas ações relacionadas à Pesquisa científica e tecnológica, a integração de estudantes. Todavia, em suas propostas a dimensão da inclusão social não se apresenta como objetivo. Ainda assim, essa perspectiva vem sendo atendida por meio de programas de ação afirmativa, que viabilizam a inserção de estudantes de graduação que ingressam pelas cotas.

Os programas vinculados ao CNPQ são: Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC); Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – Ações Afirmativas (PIBIC – AF); Programa Institucional de Bolsa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). Por sua vez, os Programas vinculados à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) são: Programa Jovens Talentos para Ciência da CAPES e Ciência sem Fronteiras<sup>8</sup>. Dentre os programas acadêmicos no campo da Pesquisa, os que seguem são desenvolvidos pela UFPB:

**Quadro 06 – Programas Acadêmicos da UFPB e respectivos objetivos**

PROGRAMAS	
PROGRAMAS	OBJETIVOS
PIBIC	O programa tem como objetivo proporcionar a integralidade de estudantes regularmente matriculado na UFPB e acesso ao conhecimento científico e à cultura.
PIBIC – AF	Tem como objetivo despertar o interesse pelo estudo da ciência e incentivar os talentos potenciais para a pesquisa entre os estudantes de graduação que ingressam na UFPB por uma ação afirmativa, em todas as áreas do

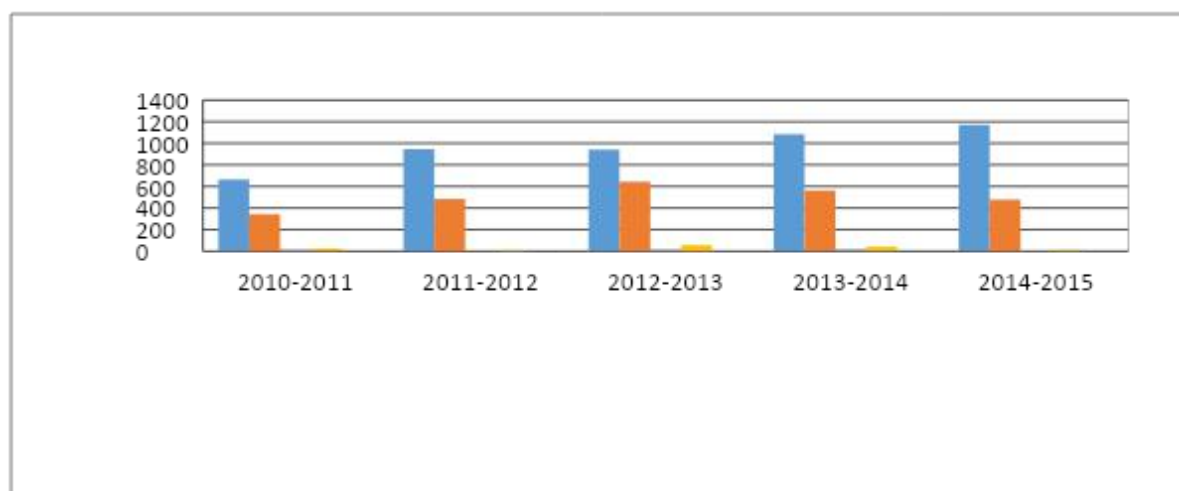
	conhecimento, através da participação em projetos de Pesquisas sob a orientação de professores da UFPB.
PIBITI <sup>9</sup>	O programa tem como objetivo estimular os jovens ingressos na educação superior, no que diz respeito às atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação.
Programa Jovens Talentos para Ciência, da CAPES	O objetivo principal é a preparação de estudantes para participarem do programa institucional de bolsas de iniciação à docência (PIBID) da Capes, Ciência sem Fronteiras (CSF) ou Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ).
Ciência sem Fronteiras	O programa tem como objetivo promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio de intercâmbio e da mobilidade internacional.

**Fonte:** Manual do Estudante Disponível em <[http://issuu.com/ufpbemrevista/docs/manual\\_do\\_estudante\\_ufpb\\_digital](http://issuu.com/ufpbemrevista/docs/manual_do_estudante_ufpb_digital)> Acessado em:08 mar.2017.

Como requisito para a participação de estudantes nos respectivos programas, o critério principal é encontrar-se regularmente matriculado na instituição a partir do 3º período e possuir bom desempenho acadêmico. Dentre os Programas citados nem todos dispõem de recursos financeiros para a oferta de bolsa aos estudantes, cujo valor é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Cabe esclarecer que os contemplados com o PIBIC e o PIBITI são direcionados ao voluntariado, conforme a Resolução Normativa 17/2006/CNPq e Resolução CONSEPE/UFPB nº 17/2007.

Nesse sentido, considerando os dados fornecidos pela coordenação da Pró-reitora de Pós Graduação (PRPG) acerca dos Programas acadêmicos PIBIC, PIVIC, PIBIC-AF, PIBITI e PIVITI, é possível observar, a partir do gráfico seguinte, o número de alunos contemplados em cada Programa, a fim de analisar a relação entre a expansão institucional e os Programas acadêmicos de Pesquisa no âmbito da UFPB.

**Gráfico 18 - Número de Estudantes contemplados nos Programas Acadêmicos da UFPB**



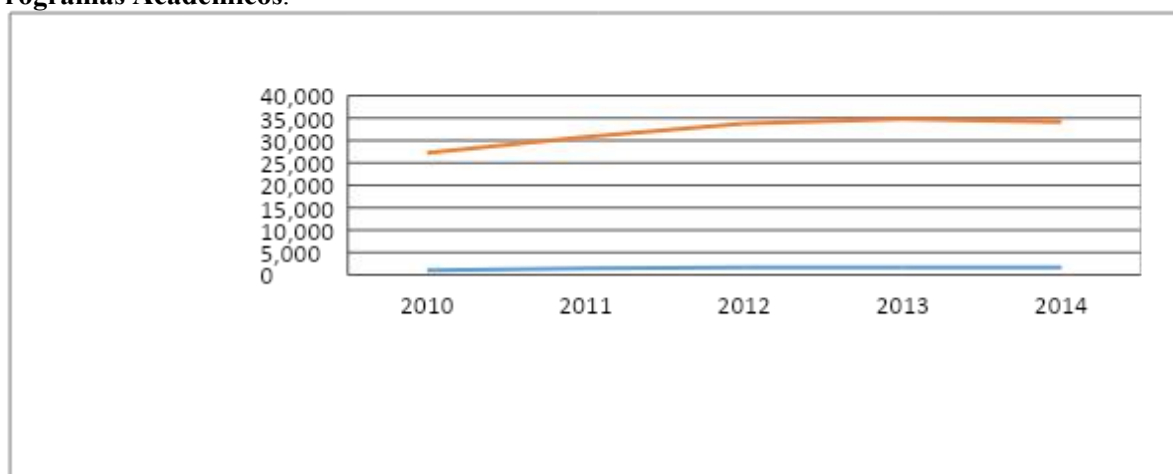
**Fonte:** UFPB/PRPG, 2014.

No ano de 2010, 664 estudantes foram contemplados no programa PIBIC, sendo que de 2011 a 2012 o quantitativo teve uma pequena redução, recuperada posteriormente, no ano de 2013, passando a contemplar 1.084 alunos. No ano seguinte aumenta o número, com registro de 1.171 estudantes. O Programa PIBIC, na instituição, pode ser considerado, no campo da Pesquisa, o de maior relevância, pelo número da oferta de bolsas, acompanhado pelos Programas PIBITI e PIBIC-AF, que oferecem bolsas, embora em menor número. O PIBITI, no ano de 2010, ofertou bolsas a 25 estudantes, diminuindo em 2011, com registro de 8, tendo aumentado no ano de 2012 para 57 estudantes. Em 2013, passa para 41 e cai em 2014 para 11 contemplados.

Por sua vez, o PIBIC-AF, no ano de 2010, atendeu 16 estudantes; no ano de 2011 apenas 1 estudante foi contemplado; em 2012, o número aumentou para 17; em 2013 passa para 19 contemplados; e em 2014 diminuiu significativamente para 3 estudantes.

No que se refere à expansão, tendo como dado o número de matriculados e o número de contemplados, no ano de 2010 apenas 4% dos estudantes foram contemplados com os programas acadêmicos no campo da Pesquisa. Em 2011, o número de matriculados foi 29.364; desses, 4,90% foram contemplados. No ano de 2012, registra-se que 5,16% são contemplados, e o mesmo acontece no ano de 2013. Por fim, em 2014, conforme consta no gráfico que segue, o número de matriculados foi 32.521; desses, 5,10% foram beneficiados com os programas.

**Gráfico 19 - Número de alunos matriculados na UFPB e número de alunos contemplados em Programas Acadêmicos.**



**Fonte:** UFPB/PRPG 2014; UFPB, Superintendência de Tecnologia da Informação (STI).

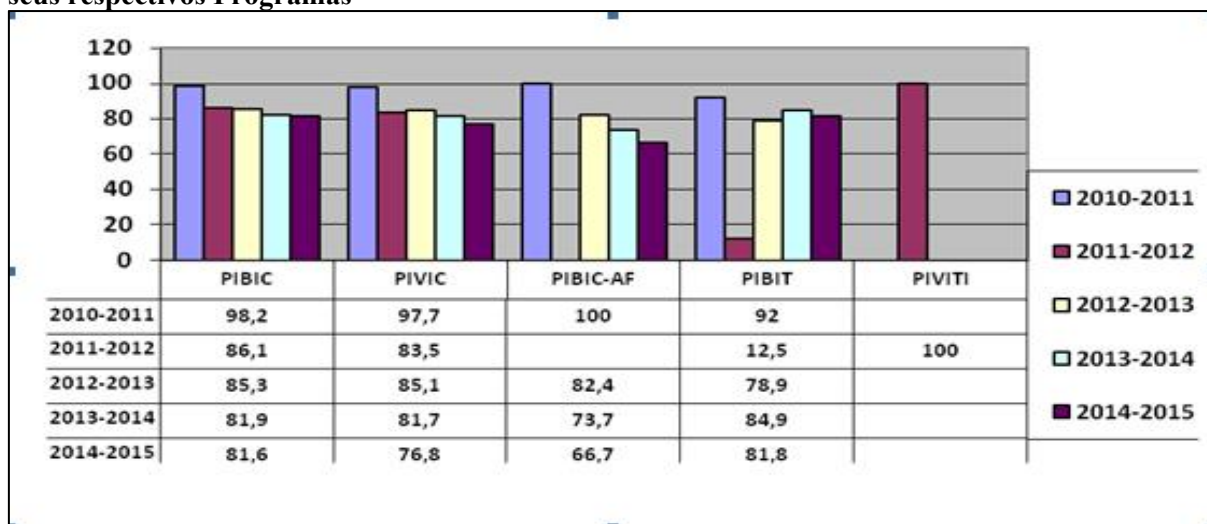
O que representa esse quantitativo de alunos contemplados em programas em relação à matrícula? A eficácia dessa política de expansão, mediante os programas acadêmicos, será



possível se houver um aumento considerável no número de oferta de bolsas, de modo que contemple um número mais expressivo de estudantes, que, por sua vez, espera-se que tenham um resultado qualitativo e inclusivo na sua formação. Afinal, o acesso sem a garantia das condições para o sucesso pode limitar a concretização da permanência inclusiva, ou seja, a conquista da conclusão e do sucesso (ingresso no mercado de trabalho).

Outro aspecto que merece destaque refere-se à importância do envolvimento do estudante em programas acadêmicos de Pesquisa para o desenvolvimento do conhecimento, desde o ingresso à conclusão do curso. A relevância dos programas acadêmicos pode ser assinalada a partir dos dados dos estudantes voluntários, que não são contemplados com bolsas. Observa-se um número expressivo de estudantes que concluem os respectivos projetos, a exemplo do PIVIC. No ano de 2010, o PIVIC contemplou 343 alunos, e concluíram 97,7%. No ano de 2011 o número de contemplados foi 484, tendo concluído 83,3%; no ano de 2012, ingressaram 644 e concluíram 85,1%; e no ano de 2013, foram 562 ingressantes, com o percentual de 81,7% de concluintes. Por sua vez, nos dados mais atualizados, no ano de 2014, ingressaram 478 e concluíram 76,8%(cf. gráfico 3).

**Gráfico 20 - Percentual de estudantes que participam e concluem os Projetos de Pesquisas em seus respectivos Programas**



Fonte: UFPB/PRPG, 2014.

Ao analisar o processo de expansão na Educação Superior e sua imbricação com os programas acadêmicos no campo da Pesquisa, identificamos: a) o quantitativo de estudantes contemplados em Programas de Pesquisa não acompanha a expansão das matrículas; b) o programa que não tem ofertado bolsas apresenta um número expressivo de estudantes que concluem o projeto, revelando, assim, interesse pelo estudo e/ou pela busca da produção do

conhecimento; c) os estudantes participantes dos Programas de pesquisa mantêm o seu engajamento até o final do Projeto; d) a expansão de matrículas em consonância com as políticas de cotas possibilitaram a mudança do perfil dos sujeitos ingressantes.

Em termos gerais, destaca-se que as políticas de expansão e o processo de democratização no acesso geraram nos últimos anos um novo perfil de sujeitos que ascendem à Universidade Federal da Paraíba, o que demanda uma investigação mais detalhada acerca do perfil socioeconômico dos estudantes contemplados com Programas acadêmicos de pesquisa.

Os dados apresentados ao longo do texto provocam indagações que se constituem em desafios para a instituição, na busca de assegurar políticas que possibilitem o acesso, a permanência, a conclusão e o sucesso dos ingressantes na educação superior em geral e, em particular, dos estudantes expostos à situação de vulnerabilidade social. O texto sugere a reflexão também da seguinte problemática: não basta apenas às universidades expandirem cursos e matrículas e criar políticas que democratizem o acesso. Sobretudo, é necessário que assegurem ao estudante efetivas condições de permanência, orientadas para a conclusão e a qualidade na formação para que finalize o seu curso com êxito e, com isso, acesse aos espaços acadêmicos e profissionais.

Ao analisar o processo de expansão na UFPB e caracterizar seus Programas acadêmicos no campo da pesquisa, é possível reconhecer discrepâncias entre o quantitativo de estudantes inseridos em Programas acadêmico de pesquisa e o movimento expansionista, o que implica em comprometimento da ideia de universidade, como uma instituição que articula ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável, e a efetivação da instituição do ensino, apenas.

Os programas que não ofertam bolsas apresentam uma demanda expressiva de estudantes, revelando, assim, o interesse pelo estudo e/ou pela busca da produção do conhecimento. Os participantes dos Programas têm mantido o seu engajamento até o final do Projeto, o que nos permite inferir que a inserção em Programas acadêmicos pode contribuir para a permanência e conclusão do curso.

Nesses termos, a pesquisa indica novas frentes de indagação. Ao se considerar o aumento do ingresso de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, o nicho dos Programas acadêmicos de pesquisa se constitui de grupos privilegiados de capital cultural, como isso diferentes processos de exclusão se formam? Quais as contribuições dos Programas acadêmicos para que os sujeitos em situação de vulnerabilidade social sintam-se concernidos nos aspectos do acesso, permanência, conclusão e sucesso pessoal e profissional?

O estudo sobre a relação inserção acadêmica em Programas Acadêmicos de Pesquisa/Extensão/Ensino ao apontarem um índice de conclusão acima da média nos

possibilita inferir que a inserção acadêmica pode ser considerada um fator que contribuir para a permanência/conclusão de cursos superiores. Todavia, faz-se necessário a investigação acerca dos “fatores que influenciam na permanência de alunos em instituições superiores” a fim de que se possa analisar fatores internos e externos à instituição e ao sujeito, bem como pensar políticas que favoreçam a permanência com sucesso.

## **6. A Escala para Avaliação da Permanência Discente: um instrumento de análise paa a permanência**

Os elementos teórico-metodológicos apontados por Kira (1998), Braga; Peixoto; Bogutchi (2003), Zago (2006), Gisi (2006), Silva Filho et. al. (2007), Baggi & Lopes (2011), Oliveira & Silveira (2011), Ronsoni (2014), Zago, Pereira & Paixão (2015) foram divididos em seis dimensões, que abrangem aspectos antecedentes ao ingresso dos alunos na educação superior, aspectos de natureza acadêmica, incluindo programas de bolsas de pesquisa, e programas assistenciais, ofertados pela instituição.

O instrumento de coleta de dados consiste, portanto, de um questionário elaborado pelos autores, validado<sup>14</sup> e composto por itens, que objetivam traçar o perfil do estudante, cujas respostas são variáveis do tipo nominais, ordinais e escalares; e por itens, que visam avaliar a permanência, elaborados sob a forma de escalas do tipo Likert.

As variáveis escolhidas para o perfil do estudante são: idade, sexo, cor/raça, estado civil, tipo de escola em que cursou o ensino fundamental, tipo de escola em que cursou o ensino médio, turno em que cursou o ensino médio, ano em que concluiu o ensino médio, renda familiar, trabalho remunerado, ocupação do pai, ocupação da mãe, profissão do pai, profissão da mãe, nível de instrução do pai, nível de instrução da mãe, desempenho escolar, frequência a cursinho pré-vestibular e dificuldade de acesso ao ensino superior.

As proposições consistem de afirmações e as respostas são dadas sob a forma de escalas do tipo Likert, muito utilizadas para mensurar atitudes e comportamentos, que carecem de ação, o que dificulta a sua métrica. Então, são atribuídos números a parâmetros descritores de objetos, ou acontecimentos ou situações, de acordo com certa regra (Kaplan, 1975, p. 182). Likert (1976, *apud* Sanches, Meireles & Di Sordi, 2011, p. 2) afirma que o instrumento de

---

<sup>14</sup> O processo de validação efetuado, em relação à análise de pertinência e relevância, foi realizado com a análise de 13 especialistas qualificados (*expertises*), e considerou a Escala adequada e coerente, com **mediana** igual a **5** (nível mais alto da escala), para a obtenção de informações relativas à permanência do estudante em cursos de graduação, podendo ser adaptada para outros contextos ou níveis de ensino.



medida proposto por ele pretende “verificar o nível de concordância do sujeito com uma série de afirmações que expressem algo favorável ou desfavorável em relação a um objeto psicológico”.

As proposições do instrumento utilizado nessa pesquisa foram elaboradas visando aferir as seguintes dimensões ou fatores: dimensão externa ou convicção prévia; permanência; estrutura; programas acadêmicos; programas de assistência; e conclusão do curso. Para cada proposição, é solicitado que o estudante assinale o grau de concordância com 4 níveis: discordância total, discordância parcial, concordância parcial e concordância total. O ponto de neutralidade foi suprimido para evitar as respostas com a tendência central, nem discorda nem concorda, forçando a resposta para uma das posições. É permitido deixar a resposta em branco, caso não seja pertinente ou caso o respondente não se sinta em condições de se posicionar.

A **dimensão externa ou convicção prévia** é composta de proposições que se referem às motivações e convicções anteriores ao ingresso no curso, composta das seguintes afirmações:

- Eu escolhi o curso porque era mais fácil entrar.
- Eu escolhi o curso porque me identifico com o curso.
- Eu escolhi o curso porque me prepara para o mercado de trabalho.
- Eu escolhi o curso porque me proporciona prestígio social.
- Eu estou no curso que sempre desejei cursar.

A **dimensão permanência** é composta de proposições que se referem às situações atuais no curso que apontam para a sua permanência e continuidade do curso, como seguem:

- Eu pretendo continuar matriculado no curso.
- Eu continuo no curso porque a família ajuda.
- Eu continuo no curso porque estou num programa acadêmico de bolsas de estudo.
- Eu continuo no curso porque estou inserido no programa de assistência estudantil.
- Eu continuo no curso por força de vontade.
- Eu continuo no curso porque me proporciona boa perspectiva profissional
- Eu continuo no curso porque proporcionará minha ascensão social.
- Os professores do curso motivam o aluno a permanecer e concluir o curso
- De maneira geral, eu estou satisfeito com o curso.

A **dimensão estrutura** é composta de proposições que se referem à estrutura da instituição que afeta diretamente o dia a dia do estudante, como seguem:

- As salas de aula são confortáveis
- Os laboratórios são bem equipados e confortáveis

- Sempre encontro o que preciso nas bibliotecas da Universidade/Faculdade

A **dimensão programas acadêmicos** é composta de proposições que se referem a bolsas de pesquisas no sentido da permanência, devendo ser submetidos as proposições apenas os que estão ou foram contemplados com este recurso, como seguem:

- Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para qualificação profissional

- Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para produção acadêmica

- Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para formação crítico social

- Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para dar continuidade nos estudos.

- O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é o valor da bolsa de estudos.

- O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a orientação inadequada.

- O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a complexidade no desenvolvimento da pesquisa.

- O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a carga horária excessiva.

É solicitado, ainda, que o estudante registre o tipo do programa acadêmico e a situação atual no programa.

A **dimensão programas de assistência** é composta de proposições que se referem aos programas assistenciais oferecidos pela instituição, tais como, auxílio alimentação, moradia, transporte, etc., devendo, também, ser submetidos às proposições apenas os que estão contemplados com um ou mais destes programas, ou ainda os que tenham se candidatado ou submetido à seleção para o programa.

- Os programas de assistência estudantil são amplamente divulgados.

- É fácil e simples candidatar-se a um programa de assistência.

- Os recursos fornecidos pelos programas são eficientes.

- Os recursos fornecidos pelos programas são suficientes.

É solicitado, ainda, que o estudante registre o(s) tipo(s) do(s) programa(s) de assistência em que está contemplado.

A **dimensão conclusão do curso** é composta de proposições que visam identificar as condições principais que permitiram chegar ao final do curso, devendo ser submetidos a essas proposições apenas os que estão nos últimos períodos do curso.

- A minha permanência no curso foi favorecida pela ajuda da família.

- A minha permanência no curso foi favorecida por estar num programa acadêmico de bolsa de estudos.

- A minha permanência no curso foi favorecida por ter sido contemplado com assistência estudantil.

As proposições foram formuladas com a finalidade de fornecer uma medida da intensidade da pretensão de permanecer e concluir o curso. Algumas proposições foram formuladas de forma invertida, ou seja, a discordância levaria a uma medida maior de permanência e a concordância, ao contrário. Por esta razão, para facilitar o entendimento, na análise, substituiu-se os níveis de concordância ou discordância pela condição favorável ou não à permanência.

O estudo-piloto ora apresentado contou com respostas de 138 estudantes de 5 cursos da área de humanidades e a distribuição das respostas às proposições, agrupadas conforme as dimensões indicadas anteriormente, está apresentada nas tabelas a seguir, onde estão dispostos os números de respostas de cada um dos níveis de concordância ou discordância, os totais de cada nível de cada fator ou dimensão e o grau de concordância da proposição (GCp) que é calculado como sendo o percentual do número de respostas concordantes ou parcialmente concordantes em relação ao total de respostas.

As proposições relativas às convicções anteriores ao ingresso no curso compõem a dimensão “**Convicção Prévia**” e as respostas a estes itens estão dispostos na tabela 01 a seguir e indicaram um elevado percentual no sentido favorável à permanência, conforme mostram a referida tabela e o gráfico 01, onde 43,4% das respostas foram concordantes às proposições e 27,9% parcialmente concordantes, somando 71,3%.

**Tabela 10 - Distribuição das respostas às proposições da dimensão “Convicção Prévia”**

CONVICÇÃO PRÉVIA	Desfavorável	Parcialmente desfavorável	Parcialment e favorável	Favorável	TOTAL	GCp
Eu escolhi o curso porque era mais fácil entrar.**	13	13	32	78	136	80,88
Eu escolhi o curso porque me identifiquei com o curso.	6	20	30	82	138	81,16

Eu escolhi o curso porque me prepara para o mercado de trabalho.	18	40	46	31	135	57,04
Eu escolhi o curso porque me proporciona prestígio social.**	11	17	46	61	135	79,26
Eu estou no curso que sempre desejei cursar.	27	30	36	43	136	58,09
<b>TOTAL</b>	<b>75</b>	<b>120</b>	<b>190</b>	<b>295</b>	<b>680</b>	-
<b>%</b>	<b>11,0</b>	<b>17,6</b>	<b>27,9</b>	<b>43,4</b>	-	-

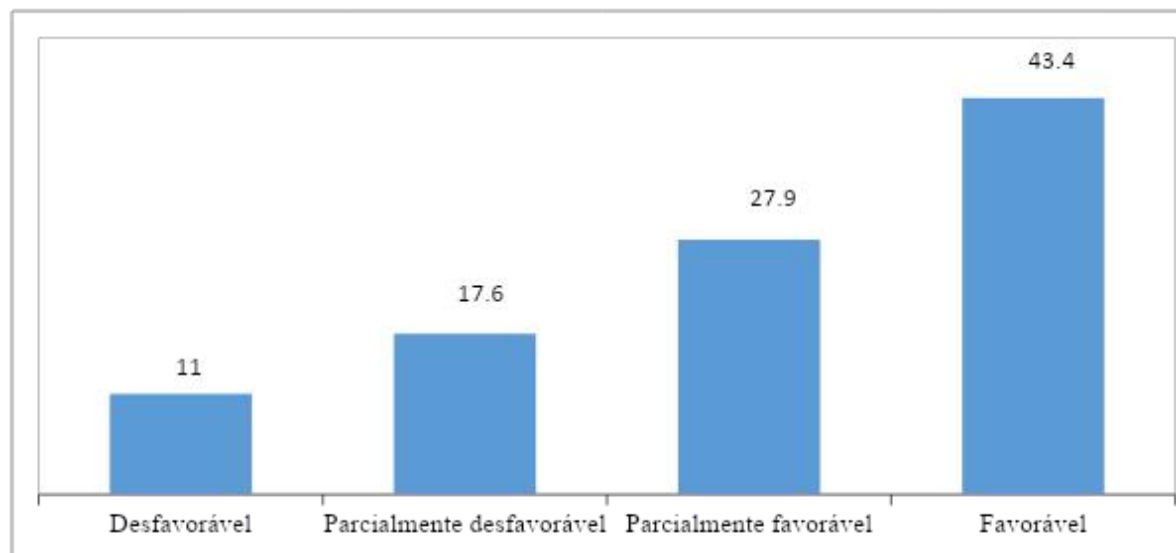
\*\* escala invertida

Fonte: CASTELO BRANCO, JEZINE, NAKAMURA, 2017.

Observe-se que as proposições 1 e 4 tinham as escalas invertidas. As respostas discordantes destas proposições correspondem à condição favorável à permanência. Por exemplo, os que discordaram da proposição “Eu escolhi o curso porque era mais fácil entrar” fizeram a escolha por outra razão, o que aponta para a permanência e conclusão do curso.

Todas as proposições deste fator tiveram o grau de concordância superior a 50, indicando o sentido favorável à permanência.

**Gráfico 12 - Convicção prévia**



Fonte: CASTELO BRANCO, JEZINE, NAKAMURA, 2017.

As respostas às proposições da dimensão “**Permanência**”, dispostas na tabela 11 e gráfico 13, a seguir, indicam que 42,9% apontam para a permanência no curso, 29,3% das respostas concordam totalmente com as proposições e 19,9% concordam parcialmente. Destacam-se as respostas às proposições que se referem à participação em programas acadêmicos e beneficiário de assistência estudantil em que a discordância foi muito alta, o que

pode ser atribuído ao fato de que poucos estão contemplados e, portanto, a permanência para a grande maioria dos respondentes não é função destes recursos.

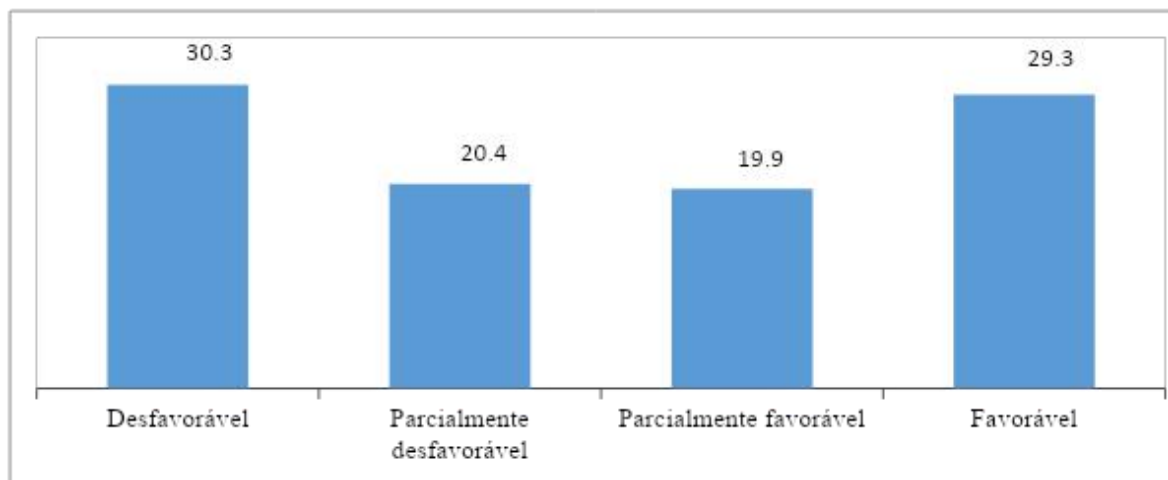
Destacam-se, nesta dimensão, as proposições relativas a programas acadêmicos e programas de assistência em que as respostas são, em sua maioria, discordantes, conforme mostra o GCp. Este fato pode ser explicado pela razão de poucos estarem inseridos ou contemplados por estes programas. Destacam-se, também, a convicção de 89,8% dos respondentes em continuar matriculado no curso e a satisfação com o curso que está realizando (79%).

**Tabela 11 - Distribuição das respostas às proposições da dimensão “Permanência”**

PERMANÊNCIA	Desfavorável	Parcialmente desfavorável	Parcialmente favorável	Favorável	TOTAL	GCp
Eu pretendo continuar matriculado no curso.	4	10	17	106	137	89,78
Eu continuo no curso porque a família ajuda.	49	28	19	40	136	43,38
Eu continuo no curso porque estou num programa acadêmico de bolsas de estudo.	85	16	3	16	120	15,83
Eu continuo no curso porque estou inserido no programa de assistência estudantil.	98	2	4	8	112	10,71
Eu continuo no curso porque me proporciona boa perspectiva profissional	22	50	29	35	136	47,06
Eu continuo no curso porque proporcionará minha ascensão social.	40	52	28	17	137	32,85
Os professores do curso motivam o aluno a permanecer e concluir o curso	12	37	51	37	137	64,23
De maneira geral, eu estou satisfeito com o curso	9	20	59	50	138	78,99
<b>TOTAL</b>	<b>319</b>	<b>215</b>	<b>210</b>	<b>309</b>	<b>1053</b>	<b>-</b>
<b>%</b>	<b>30,3</b>	<b>20,4</b>	<b>19,9</b>	<b>29,3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Fonte:** Dados retirados do artigo “Fatores que influenciam na permanência de alunos em instituições superiores: estudo-piloto na UFPB” (CASTELO BRANCO, JEZINE, NAKAMURA, 2017).

**Gráfico 13 - Permanência**



**Fonte:** Dados retirados do artigo “Fatores que influenciam na permanência de alunos em instituições superiores: estudo-piloto na UFPB” (CASTELO BRANCO, JEZINE, NAKAMURA, 2017).

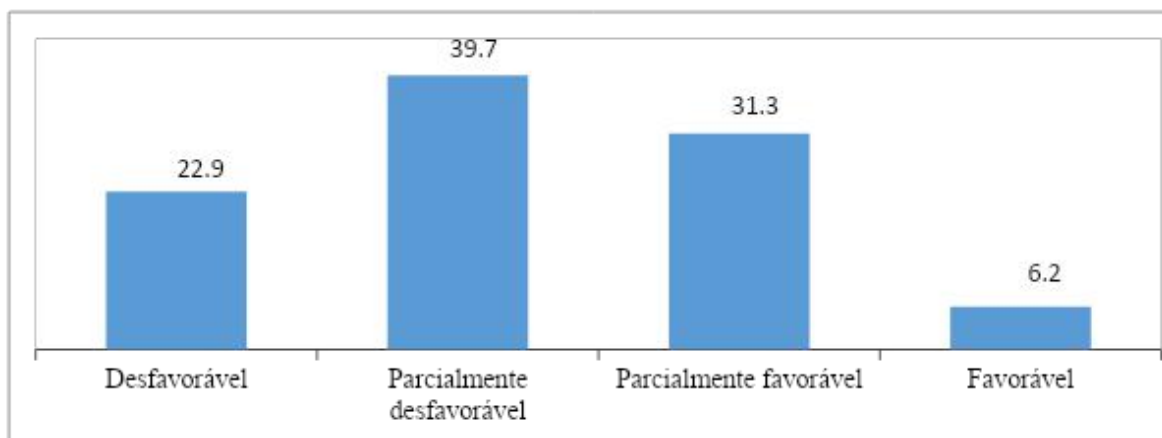
As respostas às proposições referentes à dimensão “**Estrutural**” (tabela 12 e gráfico 14, a seguir) indicam não favorecer a permanência, com 62,6% discordantes, sendo que 22,9% discordam totalmente e 39,7% parcialmente. Todas as proposições têm a mediana em “Discordo parcialmente” e indicam que as condições estruturais não favorecem a permanência.

**Tabela 12 - Distribuição das respostas às proposições da dimensão “Estrutural”**

ESTRUTURAL	Desfavorável	Parcialmente desfavorável	Parcialmente favorável	Favorável	TOTAL	GCp
As salas de aula são confortáveis	26	53	50	8	137	42,34
Os laboratórios são bem equipados e confortáveis	41	53	34	7	135	30,37
Sempre encontro o que preciso nas bibliotecas da UFPB	26	55	43	10	134	39,55
<b>TOTAL</b>	<b>93</b>	<b>161</b>	<b>127</b>	<b>25</b>	<b>406</b>	<b>-</b>
<b>%</b>	<b>22,9</b>	<b>39,7</b>	<b>31,3</b>	<b>6,2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Fonte:** Dados retirados do artigo “Fatores que influenciam na permanência de alunos em instituições superiores: estudo-piloto na UFPB” (CASTELO BRANCO, JEZINE, NAKAMURA, 2017).

**Gráfico 14 - Estrutural**



Fonte: CASTELO BRANCO, JEZINE, NAKAMURA, 2017.

Os “**Programas Acadêmicos**” são vistos como fator de permanência por grande parte dos estudantes, uma vez que 57,4% concordam totalmente com as proposições desta dimensão e 24,2% concordam parcialmente, totalizando 81,63% sinalizando para a permanência. Destacam-se as respostas às proposições que visam aferir a desmotivação em que a discordância total ou parcial é elevada. Observe, também, que as escalas são invertidas nestas proposições, conforme tabela 13 e gráfico 15, a seguir.

Todas as proposições desta dimensão obtiveram níveis altos de concordância resultando em graus de concordância das proposições superiores a 70.

**Tabela 13 - Distribuição das respostas às proposições da dimensão “Programas Acadêmicos”**

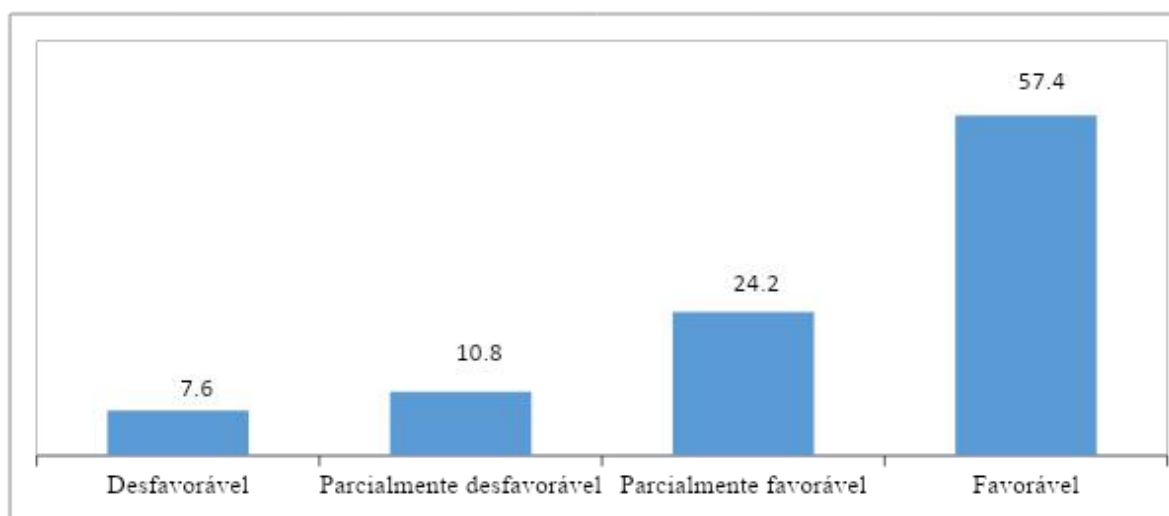
PROGRAMAS ACADÊMICOS	Desfavorável	Parcialmente desfavorável	Parcialmente favorável	Favorável	TOTAL	GCp
Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para qualificação profissional	6	6	9	51	72	83,33
Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para produção acadêmica	4	7	11	47	69	84,06
Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para formação crítico social	5	5	12	47	69	85,51
Minha participação no programa acadêmico contribuiu ou contribuirá para dar continuidade nos estudos	6	6	17	40	69	82,61
O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa	10	11	21	29	71	70,42

acadêmico é o valor da bolsa de estudos.**						
O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a orientação inadequada.**	4	7	20	40	71	84,51
O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a complexidade no desenvolvimento da pesquisa.**	2	7	25	38	72	87,50
O aspecto que desmotivou ou desmotiva a minha participação em programa acadêmico é a carga horária excessiva.**	6	12	22	33	73	75,34
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>61</b>	<b>137</b>	<b>325</b>	<b>566</b>	<b>-</b>
<b>%</b>	<b>7,6</b>	<b>10,8</b>	<b>24,2</b>	<b>57,4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

\*\* escala invertida

Fonte: CASTELO BRANCO, JEZINE, NAKAMURA, 2017.

**Gráfico 15 - Programas acadêmicos**



Fonte: CASTELO BRANCO, JEZINE, NAKAMURA, 2017.

As respostas às proposições sobre os “**Programas de Assistência**” mostraram que a percepção dos estudantes é de que, da forma que são propostos esses programas, não contribuem para a permanência. De acordo com os dados apresentados na tabela 14 e gráfico 16, a seguir, esses programas são pouco divulgados, difíceis de obter e apresentam recursos ineficientes ou insuficientes, uma vez que 86,3% discordaram das proposições sendo que 48,3% discordam totalmente e 37,9% parcialmente.



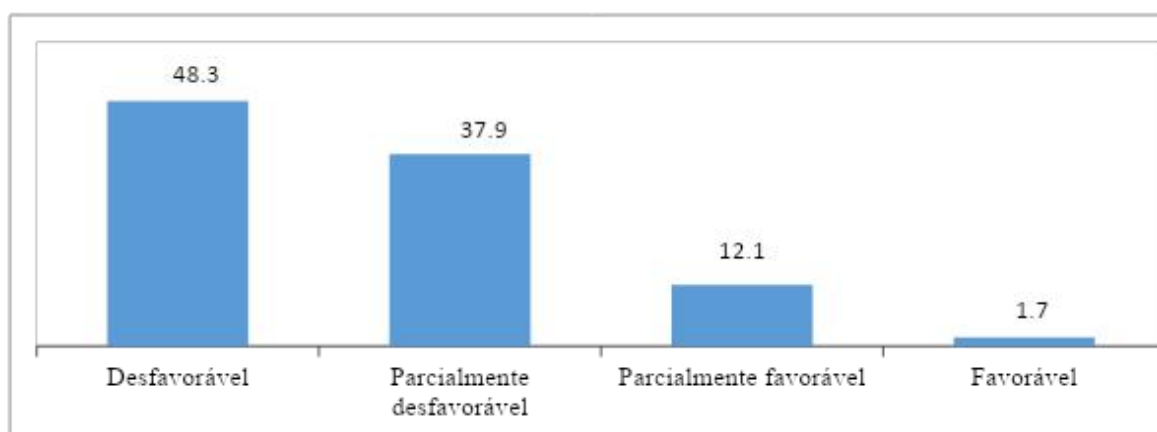
Os graus de concordância destas proposições são muito baixos, indicando, portanto, altos graus de discordância. É bom registrar que as respostas são dadas por aqueles que estão contemplados por algum programa de assistência.

**Tabela 14 - Distribuição das respostas às proposições da dimensão “Programas de Assistência”**

PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA	Desfavorável	Parcialmente desfavorável	Parcialmente favorável	Favorável	TOTAL	GCp
Os programas de assistência estudantil são amplamente divulgados.	33	16	10	2	61	19,67
É fácil e simples candidatar-se a um programa de assistência.	37	19	3	2	61	8,20
Os recursos fornecidos pelos programas são eficientes.	22	28	9		59	15,25
Os recursos fornecidos pelos programas são suficientes.	24	28	7		59	11,86
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>91</b>	<b>29</b>	<b>4</b>	<b>240</b>	<b>-</b>
<b>%</b>	<b>48,3</b>	<b>37,9</b>	<b>12,1</b>	<b>1,7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Fonte:** Dados retirados do artigo “Fatores que influenciam na permanência de alunos em instituições superiores: estudo-piloto na UFPB” (CASTELO BRANCO, JEZINE, NAKAMURA, 2017).

**Gráfico 16 - Programas de assistência**



**Fonte:** CASTELO BRANCO, JEZINE, NAKAMURA, 2017.

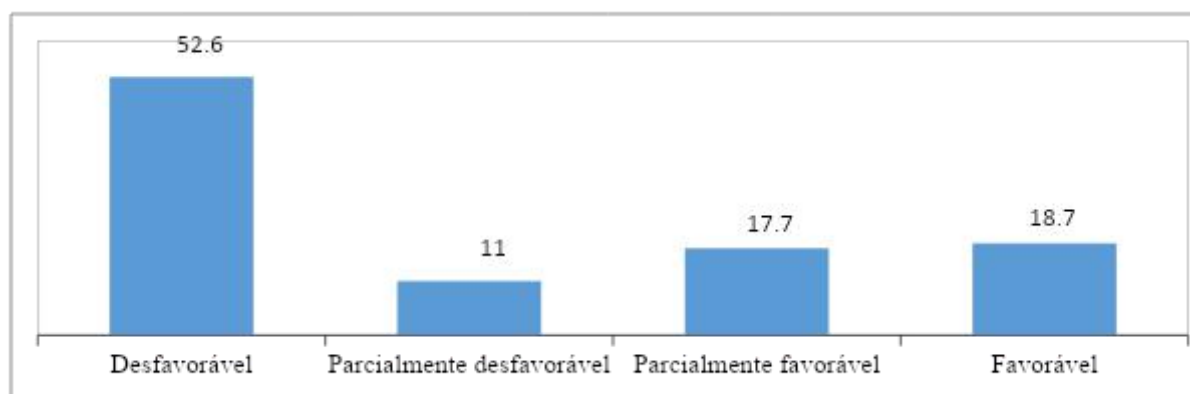
As respostas às proposições que compõem a dimensão “Conclusão”, apresentadas na tabela 15 e gráfico 17, a seguir, indicam que a permanência é função, principalmente, dos fatores pessoais e familiares, como se pode observar pelo grau de concordância da primeira proposição. As discordâncias das proposições que tratam de bolsa de estudos e de assistência se devem, provavelmente, ao fato de que poucos são contemplados.

**Tabela 15 - Distribuição das respostas às proposições da dimensão “Conclusão de curso”**

CONCLUSÃO DE CURSO	Desfavorável	Parcialmente desfavorável	Parcialmente favorável	Favorável	TOTAL	GCp
A minha permanência no curso foi favorecida pela ajuda da família.	16	14	23	21	74	59,46
A minha permanência no curso foi favorecida por estar num programa académico de bolsa de estudos.	38	8	12	12	70	34,29
A minha permanência no curso foi favorecida por ter sido contemplado com assistência estudantil.	56	1	2	6	65	12,31
<b>TOTAL</b>	<b>110</b>	<b>23</b>	<b>37</b>	<b>39</b>	<b>209</b>	<b>-</b>
<b>%</b>	<b>52,6</b>	<b>11,0</b>	<b>17,7</b>	<b>18,7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: CASTELO BRANCO, JEZINE, NAKAMURA, 2017

**Gráfico 17 - Conclusão de curso**



Fonte: Dados retirados do artigo “Fatores que influenciam na permanência de alunos em instituições superiores: estudo-piloto na UFPB” (CASTELO BRANCO, JEZINE, NAKAMURA, 2017).

A partir dos dados apresentados nesse estudo-piloto, podemos apontar importantes elementos para ampliarmos o entendimento e a compreensão da categoria **permanência**, apresentando um percurso teórico-metodológico importante para a feitura de estudos comparativos entre IES, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, dentro da perspectiva da educação comparada.

Encontramos, nos dados preliminares apresentados, indicadores bastante eficientes que podem subsidiar ações e intervenções na gestão universitária e nas práticas docentes, no sentido de ampliar as políticas de assistência, acolhimento e inclusão, assim como os programas acadêmicos, destacando-se que estes são apontados como elementos importantes

para a vinculação do aluno à instituição e ao curso pleiteado, embora atendam a um número pouco expressivo de estudantes beneficiados.

Em síntese, os dados mostram que a permanência do aluno na instituição é função principalmente de convicções do próprio estudante, anteriores ao ingresso no curso, a exemplo do motivo da escolha do curso e expectativas de ingresso no mercado de trabalho; de motivação individual em permanecer no curso, que demonstram o seu desejo em superar obstáculos; e da vinculação aos programas acadêmicos, visto como importantes para a permanência no curso. Já as condições infraestruturais e programas assistenciais são percebidos, pelos estudantes, como fatores que não contribuem para a permanência

## **7. Referências**

ALMEIDA, Edson Pacheco; VELOSO, Tereza Christina M. A. **Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá: Um processo de exclusão.** Cuiabá: UFMT. 2002.

ARAÚJO, B. Z. M. Carla. **Políticas públicas de permanência na educação superior brasileira nos anos 2000.** 36ª Reunião Anual da ANPEd /2013. Disponível em: <[http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt11\\_trabalhos\\_pdfs/gt11\\_3415\\_texto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt11_trabalhos_pdfs/gt11_3415_texto.pdf)> Acesso em 18 nov. 2016.

ARRUDA, L. B. Ana; GOMES, M. Alfredo. Democratização do acesso à educação superior: o REUNI no contexto da prática. **35ª Reunião Anual da ANPEd /2012.** Disponível em: <[http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT11%20Trabalhos/GT112558\\_int.pdf](http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT11%20Trabalhos/GT112558_int.pdf)> Acesso em: 15 dez. 2016.

AVILA, F. O. Sueli. A expansão da educação superior privada no estado do Rio de Janeiro. **36ª Reunião Anual da ANPEd/2013.** Disponível em: <[http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt11\\_trabalhos\\_pdfs/gt11\\_2965\\_texto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt11_trabalhos_pdfs/gt11_2965_texto.pdf)> Acesso em: 17 nov. 2016.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e Avaliação Institucional no Ensino Superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011.

BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. de; MOROSINI, M. (Orgs.). **Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2008. Disponível em: <<http://www.oei.es/pdf2/educacao-superior-brasil-10anos.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998.  
BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. Sobre as artimanhas da razão imperialista. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de educação.** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 17-32.

BRAGA, Mauro Mendes; PEIXOTO, Maria do Carmo L.; BOGUTCHI, Tânia F. A evasão no ensino superior brasileiro: o caso da UFMG. **Avaliação**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 161-189, 2003.

BRASIL. Sinopses Estatística da Educação Superior: 2006 a 2015. Brasília: INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 16 abr. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm). Acesso em: 08 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 09/2010/CONSEPE/UFPB**. Disponível em: [http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep09\\_2010.pdf](http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep09_2010.pdf). Acesso em: 08 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 44/2010/CONSEPE/UFPB**. Disponível em: [http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep44\\_2010.pdf](http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep44_2010.pdf). Acesso em: 08 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 27/2007/CONSUNI/UFPB**. Disponível em: [http://www.ufpb.br/sods/consuni/resolu/2007/Runi27\\_2007.htm](http://www.ufpb.br/sods/consuni/resolu/2007/Runi27_2007.htm). Acesso em: 08 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Razões, Princípios e Programas. Brasília, s/dDisponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 13 abril, 2017.

\_\_\_\_\_. MEC. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 13 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Publicado no D.O.U. Em 20/12/1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 14/04/2017.

\_\_\_\_\_. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de Dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Publicado no Portal do Mec em 12/12/2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf). Acesso em: 18/04/2017.

\_\_\_\_\_. **Resolução Normativa nº 017/2006**. Estabelecer normas gerais e específicas para modalidades de bolsas por quota no País. Disponível em: [http://cnpq.br/view/-/journal\\_content/56\\_INSTANCE\\_0oED/10157/100352](http://cnpq.br/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/100352). Acesso em: 03/05/2017.

\_\_\_\_\_. IBGE. **Notícias**. SIS 2014. **Em nove anos, aumenta a escolaridade e o acesso ao ensino superior**. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?idnoticia=2796&view=noticia>. Acessado em: 24 jul. 2017.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Agenda neoliberal e a política para o ensino superior nos anos 90. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.7, p.83-101, maio/ago. 2007. Disponível em:

<<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=1041&dd99=view&dd98=pb>>.  
Acesso em: 14 abr. 2017.

CARDOSO, Claudete Batista. Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão. 2008. 123 p. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso; JEZINE, Edineide. A expansão da (na) UFPB: avaliando o REUNI (2008 A 2012). **Revista Temas em Educação**. João Pessoa, V. 22, N. 2, p. 60-82, jul.-dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17780/10145>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso; JEZINE, Edineide; NAKAMURA, Paulo Hideo. **Políticas de Expansão, Acesso e Permanência na UFPB (1996 – 2012)**. Disponível em: <<http://coipesu.com.br/upload/trabalhos/2015/6/politicas-de-expansao-acesso-e-permanencia-na-ufpb-1996-2012.pdf>> Acesso em: 30 de jun. 2017.

CASTELO BRANCO, U. V.; JEZINE, E.; NAKAMURA, P. H. Alguns indicadores de permanência/abandono na Educação Superior: elementos para o debate. **Anais XXIII Seminário da rede Universitas/Br: Políticas de Educação Superior no Brasil: a expansão privado-mercantil em questão**. Belém/PA, 20 a 23 de maio de 2015. ISSN 2446-6123.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas SP, 31(111), 485-500, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302010000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000200010)>. Acesso em: 14 abr. 2017.

DENTZ, Schirlei Russi Von. Vozes das Mulheres Negras Cotistas da Universidade Federal de Santa Catarina (2010-2014). **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2016. 200 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/173251>> Acesso em: 29 de jun. 2017.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago.2004.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0101-73302004000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302004000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=en)>. Acesso em: 14 abr. 2017.

FERREIRA, Maxwell. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. UFG, 2011. Disponível em: <[https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual\\_de\\_metodologia\\_cientifica\\_-\\_Prof\\_Maxwell.pdf](https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf)> Acesso em: 28 de jul. 2017.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

GAIOSO, Natália Pacheco de Lacerda. O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil. 2005. 75 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

HENRIQUES, Cibele da Silva. Tensões, estratégias e rearranjos: a luta das alunas mães trabalhadoras pelo direito à educação superior. **Dissertação de Mestrado**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2016. 164 p. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3693654](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3693654)> Acesso em: 29 de jun. 2017.

IBGE. **Resultado do Censo**, 2010. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_paraiba.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_paraiba.pdf). Acesso em: 22/04/2013.

\_\_\_\_\_. Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2012. **Estudos e Pesquisas**. Informações Demográficas e Socioeconômicas. Rio de Janeiro, 2012. ISBN 978-85-240-4259-1

JEZINE, Edineide. SANTOS, Jailson. SANTOS, Maria. Acesso e Permanência nas Produções Científicas Do GT 11 ANPEd – (2010 – 2015). **XXV Seminário Nacional Universitas Br. UnB**, 2017. Disponível em: <[https://drive.google.com/drive/folders/0Bw\\_ptI\\_xxOGFM2QwbFNKRkl4X0U](https://drive.google.com/drive/folders/0Bw_ptI_xxOGFM2QwbFNKRkl4X0U)> Acesso em: 28 de jul. 2017.

JEZINE, Edineide; BITTAR, Mariluce. **Políticas de Educação Superior no Brasil: Expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

JEZINE, Edineide; CASTELO BRANCO, Uyguciara V.; NAKAMURA, Paulo. **Políticas de Acesso à Educação Superior e os desafios da Inclusão Social**. João Pessoa. Editora da UFPB, 2015.

JULIO, Ana Luiza dos Santos. **Negros e Negras no Ensino Superior Privado: um estudo sobre Raça e Gênero. Tese de Doutorado**. Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011. 180 p. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/4847>> Acesso em: 29 de jun. 2017.

KIRA, Luci Frare. A evasão no ensino superior: o caso do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (1992-1996). 1998. 106 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1998.

LIMA, Francisca Joselia Inocencio de. Gênero no percurso de vida dos estudantes do curso de Pedagogia da UFC. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2016. 180 p. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/22077>> Acesso em: 29 de jun. 2017.

LIMA, Paulo Gomes. **Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras**. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141440772013000100006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141440772013000100006&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 14 abr. 2017.

LIMA, Kátia. Plano Nacional de Educação 2014-2024: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XXIV, Ed. 55, fevereiro 2015.

MELO, Alda Maria Duarte Araújo; NETO, Antonio Cabral. A Expansão da Pós-Graduação em Cenários de Globalização: Recortes da situação Brasileira. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 38, n. 2, p. 339-362, maio/ago. 2013.

MOROSINI, Marília Costa, et al. **A expansão da educação superior no Brasil pós LDB/96: organização institucional e acadêmica**. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 119-140, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/15034>>. 14 abr. 2017.

MANCEBO, Deise. Reforma da Educação Superior no Brasil: Análises sobre a Transnacionalização e Privatização. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 7, n. 21, p. 103-123, maio-agosto, 2007. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?ddl=1042&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

MANCEBO, Deise; VALE, Andrea Araujo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan.-mar. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

MANCEBO, Deise. Educação superior no brasil: expansão e tendências (1995-2014). **37ª Reunião Anual da ANPEd/2015**. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wpcontent/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-3726.pdf>> Acesso em: 14 jan. 2017.

MAUÉS, Olgaíses. A expansão e a internacionalização da educação superior. **37ª Reunião Anual da ANPEd /2015**. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wpcontent/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-3897.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2017.

MELLO, Maria Celia Macedo Araújo. Gênero e universidade: a presença da mulher aluna nos Cursos do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Maranhão, São Luís. 2013. 108 p. Disponível em: <[http://www.tedebr.ufma.br//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=878](http://www.tedebr.ufma.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=878)> Acesso em: 29 de jun. 2017.

MORAES, Adriana Zomer de. Relações de Gênero e a Formação de Engenheiras e Engenheiros. **Dissertação de Mestrado**. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão. 2016. 120 p. Disponível em: <[http://pergamum.unisul.br/pergamum/pdf/112206\\_Adrina.pdf](http://pergamum.unisul.br/pergamum/pdf/112206_Adrina.pdf)> Acesso em: 29 de jun. 2017.

NAKAMURA, P. H.; CASTELO BRANCO, U. V.; JEZINE, E. A UFPB nos anos da expansão (2008 a 2012): quantos e quem somos e o que mudou no perfil dos nossos alunos? **Anais do XXI Seminário Nacional Universitatis/Br**: Políticas Públicas para a Educação

Superior, Expansão e Internacionalização. São Carlos: UFSCAR, 2013. 18p. (ISSN 21766746).

NAKAMURA, P. H. Processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal da Paraíba. Perfil dos ingressantes e democratização do acesso, inclusão e equidade. 2014. 199p. **Tese (Doctorado en Ciencias de la Educación)** – Universidad Autónoma de Asunción, Paraguay, 2014.

PAULA, F. C. Maria; VARGAS, M. Hustana. Novas fronteiras na democratização da educação superior: o dilema trabalho e estudo. **34ª Reunião Anual da ANPEd /2011**. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT11/GT11418%20int.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2016.

PEREIRA, Flavia Goulart. Homens no curso de pedagogia: as razões do improvável. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2013. 146 p. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9EFFH6>> Acesso em: 29 de jun. 2017.

PIACITELLI, Lucia. A mulher na educação superior: tendências e trajetórias. **Dissertação de Mestrado**. Universidade de Sorocaba, Sorocaba. 2008. 127 p. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/>> Acesso em: 29 de jun. 2017.

PRESTES, Emília; JEZINE, Edineide; SCOCUGLIA, Afonso. Democratização do Ensino Superior Brasileiro: O caso da Universidade Federal da Paraíba. **Rev. Lusófona de Educação** no.21 Lisboa 2012. Disponível em: <> Acesso em: 16 de jan. 2017.

POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica no universitário: condições de saída e de retorno à instituição. 2000. 167 p. **Tese (Doutorado em Educação)** – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

REAL, C. M. Giselle. **Expansão e avaliação na fronteira: efeitos da política de educação superior**. 36ª Reunião Anual da ANPEd /2013. Disponível em: <[http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt11\\_trabalhos\\_pdfs/gt11\\_2718\\_texto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt11_trabalhos_pdfs/gt11_2718_texto.pdf)> Acesso em: 17 nov. 2016.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, J. (Orgs.). Introdução: **A Educação Superior no Brasil: panorama geral**. In: \_\_\_\_\_ **Educação superior brasileira: 1991-2004**. Brasília: INEP, 2006.

SANTOS, Carlinda Moreira dos. A Mulher Negra no Ensino Superior: Trajetórias e Desafios. **Dissertação de Mestrado**. Universidade do Estado da Bahia, Salvador. 2013. 215 p. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/>> Acesso em: 29 de jun. 2017.

SAVIANI, Demerval. A Expansão do Ensino Superior no Brasil: Mudanças e Continuidades. **Poiesis Pedagógica**, Catalão-GO, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez.,2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação &**



**Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

SILVA JÚNIOR, João reis e SGUISSARDI, Valdemar. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil**. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez: Bragança Paulista, SP. USF-IFAN. 2001.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis da. **Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. **A evasão no ensino superior brasileiro**. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

SIEBIGER, Ralf Hermes. **O processo de Bolonha e sua influência na definição de espaços transnacionais de educação superior**: A universidade brasileira em movimento. Mato Grosso. Universidade Estadual do Mato Grosso. Disponível em: <[http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol\\_15/artigo\\_15/115\\_138.pdf](http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_15/artigo_15/115_138.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2017.

SOUSA, V. José. **Aumento de vagas ociosas na educação superior brasileira (20032008): redução do poder indutor da expansão via setor privado?** 33ª Reunião Anual da ANPEd/2010. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT11-6552--Int.pdf>> Acesso em 15 dez. 2016.

SOUZA, Janice Aparecida de. **Estratégias de escolarização de homossexuais com sucesso acadêmico**. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2013. 113 p. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9BWHB3>> Acesso em: 29 de jun. 2017.

UFPB. **Histórico**. João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/content/hist%C3%B3rico>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO CONSEPE nº 09/2010**. João Pessoa: UFPB, 2010. Disponível em: <[http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep09\\_2010.pdf](http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep09_2010.pdf)> Acesso em: 16 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Manual do Estudante**. João Pessoa: UFPB. Disponível em: <[http://issuu.com/ufpbemrevista/docs/manual\\_do\\_estudante\\_ufpb\\_digital](http://issuu.com/ufpbemrevista/docs/manual_do_estudante_ufpb_digital)>. Acesso em: 14 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO CONSEPE nº 17 2007**. Fixa normas para os Programas Institucionais de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, da Universidade Federal da Paraíba, 2007.

\_\_\_\_\_. Superintendência de Tecnologia da Informação (STI). **Número de matrículas presenciais na UFPB dos anos 2006 – 2015**. Chamado de número: 2017012510000401. Centro de Educação, 2017.

VELOSO, Tereza Christina M.; NOGUEIRA, Patrícia S.; LUZ, Jackeline N. N. Políticas públicas de acesso na educação superior: uma análise a partir dos indicadores da realidade. **Anais do XXII Seminário Nacional Universita/Br**. Expansão da Educação Superior e da Educação Profissional: tensões e desafios, Rio Grande do Norte, v. 1, p 1050 – 1069 2014.

VELOSO, T. C. M. A.; SILVA, M. G.; BERALDO, T. M. (2011). Expansão no ensino superior noturno em Mato Grosso: um processo democrático? In: SILVA, M. G. M. (Org.). **Políticas educacionais: faces e interfaces da democratização**. Cuiabá: Ed. UFMT, p. 39-68.

WILLEMANN, Estela Martini. **Condições de acesso e permanência das mulheres da Periferia ao ensino superior: o caso de Duque de Caxias – RJ. Tese de Doutorado**. Universidade Católica do Rio De Janeiro. 2013. 248 p. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=360166](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=360166)> Acesso em: 29 de jun. 2017.

ZAGO, Nadir. **Do acesso a permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006.

## **8. IMPACTOS DA PESQUISA**

### **8.1. Impactos do projeto para o avanço do estado da arte na área do conhecimento**

O avanço do ‘estado de Conhecimento’ ou ‘estado da arte’ viabilizado pelo projeto se deu a partir de uma visão ampla e atual das atividades de pesquisa ligados ao objeto da investigação – democratização do acesso, políticas de permanência e sucesso no ensino superior – tendo como estudo de caso a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A ampliação do debate acerca dos processos de inclusão/exclusão social no âmbito do ensino superior brasileiro trouxe para o centro das discussões a problemática do acesso e permanência de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, econômica e educacional, reiterando ainda os aspectos ligados a estes sujeitos no contexto da expansão universitária. Para tanto, o levantamento bibliográfico em fontes qualificadas, como o banco de dados da CAPES, reuniões científicas da ANPED e as produções da Rede Nacional de Pesquisas Universitárias/Br, contribuíram para que os trabalhos de final de curso, dissertações e teses de doutorado pudessem apontar os avanços e recuos do debate no campo acadêmico científico, colaborando para trabalhos com maior suporte teórico metodológico. Além disto, o estudo do conhecimento e/ou estado da arte propiciou o reconhecimento de lacunas no debate sobre políticas de educação superior, em que se pode constatar: a) O debate sobre as políticas de expansão da educação superior caminha no mesmo sentido, análise dos dados do censo da educação superior e a supremacia do setor privado na perspectiva da privatização/mercantilização, sendo ausente estudos comparados que possam afirmar contributos da expansão do sistema; b) os estudos de caso, analisados, situam-se em instituições públicas de ensino superior, tendo como contexto governos e respectivas políticas

governamentais em sua continuidade e perspectivas ideológicas; c) a categoria permanência, no conjunto do debate possui incipiente discussão e produção, o que impulsiona os estudos sobre a permanência em um perspectiva de positividade e superação de barreiras existentes.

## **8.2. Contribuição do projeto para inovação de produtos, processos ou políticas públicas.**

A reflexão gerada a partir do estado da arte possibilitou a compreensão acerca das questões que envolve a relação acesso e permanência no campo da educação superior brasileira, o que têm agenciado uma discussão que exige fundamentação qualificada e dados fidedignos que pautam-se na relação agência/estrutura (Base gnosiológico da Sociologia) e possam permitir a compreensão dos fatores externos e internos ao sujeito, que envolvam as condições objetivas e subjetivas à permanência. Para tanto, a inovação do produto para temática foi a construção, testagem e aplicação da “Escala para Avaliação da Permanência Discente – EAPD” (NAKAMURA; CASTELO BRANCO E JEZINE, 2016) que passou por um processo de validação junto aos pesquisadores do sub-projeto 5 – Acesso e Permanência da Rede Universitas/BR, compreendendo as seguintes instituições: Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), da Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT) e Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Para a construção da escala pautou-se no tipo Likert, em que se busca “verificar o nível de concordância do sujeito com uma série de afirmações que expressem algo favorável ou desfavorável em relação a um objeto psicológico” (LIKERT, 1976) e para a análise dos dados, os estudos caminham para a Lógica Paraconsistente. Nesse sentido, a pesquisa a ponta para a necessidade de repensar as políticas públicas de ensino superior, voltadas à materialidade da permanência em que as funções administrativas e pedagógicas da universidade precisam dialogar para prevenir a degradação da função universitária.

## **8.3. Contribuição do projeto para formação de recursos humanos especializados para a academia, educação básica e superior.**

A repercussão dos estudos realizados possibilitou a criação de banco de dados sobre a expansão institucional, o perfil socioeconômico de sujeitos em cursos superiores, as políticas para a permanência e o que pensam os sujeitos sobre as materialidade para a permanência, o que fomentará e subsidiará pesquisas futuras nos temas “acesso, permanência e sucesso na educação superior”, além de promover e ampliar pesquisas comparadas no âmbito nacional e

no cenário internacional com a produção de textos /artigos oriundos da produção de dissertações e teses com pesquisas afins. O projeto em sua execução no Grupo de Estudos e Pesquisas agregou estudantes de Graduação e Pós Graduação dos Programas de Educação (PPGE) e Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV), contribuindo para trabalhos mais qualificados, inseridos na temática que ganha maior expressividade. Nesse sentido, proporcionou orientação adequada e aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, estimulando assim o pensamento crítico e científico. E, para professores-pesquisadores o projeto propiciou a vivência e familiarização com as políticas de educação superior voltadas para as problemáticas que envolve o acesso, permanência, políticas de cotas, trabalho docente, expansão da educação do campo, dentre outras.

#### **8.4. Contribuição do projeto para difusão e transferência do conhecimento**

A difusão e transferência de conhecimento viabilizada pelo projeto se deu a partir da troca de experiências entre grupos de pesquisas local, regional, nacional e Internacional de discentes e docentes, com os seguintes destaques: participação na ANPED (Avaliadora Adoc); Rede Universitas/Br, com a oportunidades dos discentes e docentes participarem com apresentação de resultados de pesquisas; ANPAE (participação em mesas de debate); EPENN (Trabalho encomendado); Comitê Executivo no Encontro de Educação Comparada junto à Sociedade Brasileira de Educação Comparada (SBEC); Investigadora Associada do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CEIED- UHLT/PT); Participação no GT Política de Educação Superior do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO). Publicação de artigo internacional na Revista de la Asociación de la Sociología de la Educación (RASE/ Universidade de Valência); Livro publicado “Políticas de Acesso à Educação Superior e os desafios da Inclusão Social (2015); Educação Superior entre saberes, tecnologias e os desafios para a formação (2017, no Prelo); Promoção e Organização do Colóquio Internacional de Políticas de Educação Superior.

### **9. PRODUÇÃO ACADÊMICA DO GRUPO.**

#### **9.1. Pesquisas resultantes do Projeto.....**

**Pesquisadora: Edineide Jezine**

<b>Título de trabalho acadêmico orientado e concluído</b>
---

CASTRO. Extensão Universitária na UFPB: potencialidades e limites para a permanência de graduandos em Saúde. <b>Dissertação de Mestrado</b> . PPGE. João Pessoa, 2015.
--

SILVA, Isaac da. Educação do Campo e os desafios da formação e constituição da Escola do Campo. <b>Tese de doutorado</b> . PPGE, 2015
---

FELINTO, Jislayne. Acesso e Permanência na Educação Superior: a relação entre as condições sociais e a permanência dos ingressos no curso de Pedagogia – Área de Aprofundamento na Educação do Campo na Universidade Federal da Paraíba – UFPB. <b>TCC</b> . UFPB, 2015.
SANTOS, Jailson. Os desafios da permanência de estudantes LGBT na universidade: uma perspectiva da Diversidade Sexual no Curso de Pedagogia - Educação do Campo. <b>TCC</b> . UFPB, 2017.
<b>Título de trabalho acadêmico em Andamento sob orientação</b>
DINIZ, Edileuda Soares. Intensificação e precarização do trabalho docente na UFPB/CAMPUS I: um estudo de caso no Departamento de Ciência da Informação. <b>Tese (Doutorado em Educação)</b> - Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB/CAMPUS I, João Pessoa, 2017.
CARVALHO, Rayana Andrade de. “No meio do caminho tinha uma pedra”: aspectos subjetivos da condição de permanência dos estudantes de camadas populares do curso de Pedagogia do Campo da UFPB. <b>Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia</b> . Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2015.
CARVALHO, Rayana Andrade de. Uma questão de gênero e origem socioeconômica: análise da permanência em cursos masculinizados e feminilizados da UFPB. <b>Dissertação (Mestrado em educação em andamento)</b> . Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB/CAMPUS I, João Pessoa, 2017.

**Pesquisadora: Uguaciara Veloso Castelo Branco**

<b>Título de trabalho acadêmico orientado e concluído</b>
BRASILEIRO, Diana Simões. Políticas Públicas de Expansão e de Financiamento da Educação Superior: implicações sobre as instituições de ensino superior em Campina Grande-PB. <b>Dissertação de Mestrado</b> . MPPGAV. João Pessoa, 2017.
GOMES, Vanessa da Silva. Educação a distância: gestão e evasão na UFPB. <b>Dissertação de Mestrado</b> . MPPGAV. João Pessoa, 2017.
<b>Título de trabalho acadêmico em Andamento sob orientação</b>
MEDEIROS, Milena Moura. O direito à Educação e as Classes Hospitalares: discurso de gestores de um Hospital-Escola. <b>Dissertação (Mestrado em educação em andamento)</b> , MPPGAV. João Pessoa, 2017 (previsão de defesa).
NASCIMENTO, Waleska Christina de Castro Gondim do. Análise do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento dos Servidores TÉCNICOS Administrativos da Universidade Federal da Paraíba na perspectiva de técnicos e gestores. <b>Dissertação (Mestrado em educação em andamento)</b> , MPPGAV. João Pessoa, 2018 (previsão de defesa).
PINTO, Mirella Rocha Ribeiro. Provimento de Pessoal Técnico-Administrativo na Universidade Federal da Paraíba: instrumento para uma gestão da Educação Superior eficiente. <b>Dissertação (Mestrado em educação em andamento)</b> , MPPGAV. João Pessoa, 2018 (previsão de defesa).

**Pesquisador: Maria da Salete Barboza de Farias**

<b>Título de trabalho acadêmico orientado e concluído</b>
SILVA, Gideon Soares da. Retenção e Evasão no Ensino Superior no contexto da Expansão: o caso do Curso de Engenharia de Alimentos da UFPB. <b>Dissertação de Mestrado</b> . MPPGAV/UFPB. João Pessoa, 2017.
SOUZA, Vanda Lúcia Batista dos Santos. Acesso e Permanência na Educação Profissional

Tecnológica: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB– *Campus Cajazeiras*. **Dissertação de Mestrado**. MPPGAV/UEPB. 2017.

**Título de trabalho acadêmico em Andamento sob orientação**

OLIVEIRA, Angelita Grenfell Quirino de Evasão no Ensino Superior: o caso do Curso de Licenciatura em Pedagogia (presencial) da UEPB – Campus I. **Dissertação de Mestrado (em andamento)**. MPPGAV/UEPB. João Pessoa, 2016.

*Políticas de Educação Superior: os desafios da inclusão, acesso e permanência no contexto da expansão das  
Universidades Federais*